

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS METROPOLITANO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CINTIA APARECIDA MENDES SILVA**

**DIALOGISMO E INTERAÇÃO DISCURSIVA:  
UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DA MOBILIZAÇÃO  
DE REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM REDAÇÕES DO ENEM**

**INHUMAS**

**2023**

**CINTIA APARECIDA MENDES SILVA**

**DIALOGISMO E INTERAÇÃO DISCURSIVA:  
UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DA MOBILIZAÇÃO  
DE REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM REDAÇÕES DO ENEM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás – UnU Inhumas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação  
Linha de pesquisa: Cultura, Escola e Formação

Orientador: Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes

**INHUMAS**

**2023**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS,  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA  
DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n.1087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

**Dados da autora**

Nome Completo: Cintia Aparecida Mendes Silva

E-mail: cintiapro.red@gmail.com

**Dados do trabalho**

Título: DIALOGISMO E INTERAÇÃO DISCURSIVA: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DA MOBILIZAÇÃO DE REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM REDAÇÃO DO ENEM

( X ) Dissertação


Concorda com a liberação documento?

[ X ] SIM [ ] NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa.


Inhumas, 12 de abril de 2023

Local                      Data

Documento assinado digitalmente  
 CINTIA APARECIDA MENDES SILVA  
Data: 12/04/2023 19:50:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Assinatura da autora

Documento assinado digitalmente  
 WESLEY LUIS CARVALHAES  
Data: 12/04/2023 19:16:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Assinatura do orientador

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MIN55      Mendes Silva, Cintia Aparecida  
d              Dialogismo e Interação discursiva: uma análise  
                bakhtiniana da mobilização de repertório sociocultural  
                em redações do Enem / Cintia Aparecida Mendes Silva;  
                orientador Wesley Luis Carvalhaes. -- Inhumas, 2023.  
                141 p.

                Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
                Mestrado Acadêmico em Educação) -- Unidade de Inhumas,  
                Universidade Estadual de Goiás, 2023.

                1. Enem: apontamentos e considerações. 2. Princípio  
                Motriz em Bakhtin: a linguagem. 3. Documentos  
                Educação sobre Produção de texto em Língua  
                Portuguesa: buscando autonomia na linguagem . 4. Da  
                metodologia à análise: marcas de autoria nas redações  
                do Enem. 5. Considerações finais. I. Carvalhaes, Wesley  
                Luis, orient. II. Título.



ESTADO DE GOIÁS  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA  
INHUMAS

Ata Nº **7** da sessão de Defesa de Dissertação de **CINTIA APARECIDA MENDES SILVA** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-PPGE/UEG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e três (22/03/2023)**, a partir das **14:30h**, nas dependências da UnU Inhumas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Dialogismo e heteroglossia: uma análise bakhtiniana da mobilização de repertório sociocultural em redações do ENEM**". Os trabalhos foram instalados pelo Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Profa. Dra. Simone de Magalhães Vieira Barcelos - PPGE/UEG (Membro Interno) e Profa. Dra. Allice Toledo Lima da Silveira - FL/UFG (Membro Externo). Durante a arguição, os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho, que ficou assim definido: "**Dialogismo e interação discursiva: uma análise bakhtiniana da mobilização de repertório sociocultural em redações do ENEM**". A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes, condicionada à incorporação das indicações da banca e à revisão rigorosa de português e de ABNT na dissertação, dentro do prazo estabelecido. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes - PPGE/UEG (Presidente)

Profa. Dra. Simone de Magalhães Vieira Barcelos - PPGE/UEG  
(Membro Interno)

Profa. Dra. Allice Toledo Lima da Silveira - FL/UFG (Membro  
Externo)



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY LUIS  
CARVALHAES, Docente de Ensino Superior**, em 22/03/2023, às 16:33,  
conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto  
nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE DE MAGALHAES  
VIEIRA BARCELOS, Docente de Ensino Superior**, em 22/03/2023, às  
16:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do  
Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o  
código verificador **000038137459** e o código CRC **48D027E9**.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE  
UNIVERSITÁRIA INHUMAS  
AVENIDA ARAGUAIA 400 Qd.14 Lt., S/C - Bairro VILA LUCIMAR -  
INHUMAS - GO - CEP 75400-000 - (62)3514-1345.



Referência: Processo  
nº 202300020002686



SEI 000038137459

CINTIA APARECIDA MENDES SILVA

**DIALOGISMO E INTERAÇÃO DISCURSIVA:  
UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DA MOBILIZAÇÃO  
DE REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL EM REDAÇÕES DO ENEM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás – UnU Inhumas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação  
Linha de pesquisa: Cultura, escola e formação

Dissertação apresentada no exame de defesa, em 22 de março de 2023, à banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes (PPGE/UEG)  
Orientador – Presidente

---

Profa. Dra. Simone de Magalhães Vieira Barcelos (PPGE/UEG)  
Avaliadora interna

---

Profa. Dra. Allice Toledo Lima da Silveira (FL/UFG)  
Avaliadora externa

Dedico os resultados deste trabalho a Gustavo Emílio Ferreira da Silva, companheiro com quem tive a sorte e a bênção de Deus de partilhar os momentos mais maravilhosos, que proporcionou a minha integral dedicação a esta pesquisa, assumiu os cuidados da nossa casa e não cobrou minha presença total. Dedico, também, aos nossos filhos, Letícia Mendes Ferreira e Lucas Emílio Mendes Ferreira, por terem-me incentivado e amparado com falas tão caras nos meus momentos de angústia durante a realização deste trabalho. Palavras são insuficientes para expressar minha gratidão. Obrigada! Amo vocês muito.



À memória de meu pai,  
João Cândido Mendes,  
que sempre mostrou a importância dos estudos  
e de sermos éticos, com quem aprendi muito  
sobre a vida e a gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por tudo que tenho realizado desde sempre, pela saúde e pela energia que me proporciona para produzir tal trabalho.

Agradeço aos queridos familiares pela compreensão da ausência e pela torcida neste intenso trabalho, por ouvir meus receios e angústias e, sempre solícitos, emanar energias e palavras de apoio. Tudo o que fiz e conquistei até aqui só foi possível, porque pude contar com pessoas tão caras à minha vida: ao meu esposo, Gustavo Emílio, que, afetuosamente, recolhia meu material para guardar no momento do descanso, amparava-me, lendo meus escritos e participou efetivamente, incentivando-me com seu alto astral, companheirismo e carinho sempre dedicado a mim e a nossos filhos, Letícia e Lucas Emílio, que compreenderam os meus momentos de reclusão e estavam sempre dispostos a ajudar todas as minhas demandas e as da casa; à minha mãe, Maria Inácia Mendes, pela compreensão da ausência nestes dois anos e pelas boas vibrações e votos de sucesso; a todos os meus irmãos, principalmente, Marília e Mariza, pelo carinho de sempre; aos meus sogros Inoir e Terezinha pela atenção que sempre tiveram comigo; às minhas cunhadas, por quem tanto apreço tenho, obrigada pela força!

Agradeço aos amigos zelosos: à amiga de coração que a vida me apresentou, Daniela Hilda, a afeição e o incentivo para este mestrado, pois, sem isso, talvez, eu não teria conseguido, além dos “puxões de orelha” sempre assertivos, do ombro amigo, das conversas constantes e do carinho de sempre. Tenho muito orgulho de você. Sua amizade é deveras cara para mim. À Bia, irmã de coração e afilhada querida, e ao Davi, amigo leal, a presença amorosa nos maus e bons momentos, o apoio e a compreensão de entender minha ausência nos anos de pesquisa e por sempre verem em mim uma pessoa muito além do que de fato sou. Simone e Ronaldo, Edna e Luiz, Adriana e Ronaldo, por estarem sempre presentes em minha vida. Obrigada pelo incentivo nesta conquista e por acreditarem na minha capacidade. Às minhas colegas de trabalho, Luciana Andrade e Gilmara, obrigada pelo carinho e pela disposição em sempre ouvir meus anseios.

Agradeço aos meus grandes mestres: ao professor doutor Wesley Luis Carvalhaes, por ter-me apresentado a teoria bakhtiniana com tamanha dedicação, sabedoria e paixão; obrigada pelas orientações valiosas, por mostrar-me, tão competentemente, o caminho da ciência, possibilitando que eu trabalhasse com independência e, na medida certa, com exigências que propiciaram meu crescimento intelectual. Aos professores que participaram da minha banca de qualificação agradeço a disponibilidade: professora doutora Simone de Magalhães Vieira

Barcelos e professora doutora Elisandra Fileti Moura pelos apontamentos precisos no texto, pelas considerações e pelas sugestões de melhoria aos pontos frágeis de forma clara e generosa. À professora doutora Allice Toledo Lima da Silveira, agradeço pelas contribuições na banca de defesa. Aos professores do mestrado do PPGE/Inhumas que tanto fizeram para meu crescimento intelectual e pelo incentivo à minha pesquisa: professora doutora Renata Ramos, professora doutora Simone de Magalhães, professora doutora Valdirene Oliveira, professor doutor Made Miranda, professor doutor Rodrigo Roncato, professora doutora Liliane Barros, pelas aulas e pelos ensinamentos e, principalmente, por mostrar o caminho para o vir a ser.

Aos colegas do mestrado, especialmente ao Higo Gabriel Santos Alves, por toda a atenção, as dicas de estudo, o material, o incentivo cotidiano e por ouvir-me em todas as horas, agradeço o convívio durante esses dois anos. O curto tempo permitiu-nos a experiência acadêmica que vamos levar para toda a vida.

A todos vocês, para sempre, minha gratidão!

O fato de ser ouvido, por si só, estabelece uma relação dialógica. A palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*.

(BAKHTIN, 2020)

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva discutir a mobilização de repertório sociocultural em redações modelares<sup>1</sup> elaboradas por estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), edição de 2020. O estudo parte do que é esperado pela competência 2 da matriz de referência do exame, segundo a qual o candidato, além de compreender a proposta de redação, deve utilizar conhecimentos de áreas diversas no tratamento de um tema para a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo. É possível afirmar, com base em conceitos bakhtinianos, que esse processo de produção textual realiza-se por meio das relações dialógicas inerentes ao processo de interação discursiva que se concretiza nos textos avaliados pelas bancas de correção do Enem. Entre esses textos, ganham destaque aqueles que obtêm a maior nota, o famigerado 1.000, e que se tornam modelo e paradigma para discentes e egressos do ensino médio que também desejam ter sucesso na prova. Esta investigação está ancorada na perspectiva sócio-histórica e aborda os discursos mobilizados pelos candidatos no uso da linguagem, com vistas a efetivar seu pensamento e ocupar seu lugar no mundo. Assim, coloca em discussão as redações analisadas, considerando a posição sócio-histórica do sujeito-autor e as vozes que constituem seu discurso. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo, e toma as redações modelares do Enem como elementos que revelam traços de uma cultura pedagógica acerca do trabalho com o texto na escola. O *corpus* deste estudo é composto por dez redações que obtiveram nota 1.000 na edição 2020 do Enem, analisadas com base em conceitos formulados por Bakhtin e por outros autores que também partem da compreensão de que a língua é um processo de interação, marcado pelo dialogismo, sendo o texto um produto social que concretiza um discurso, uma forma de ver, de pensar e de atuar no mundo. Assim, a pesquisa reflete sobre o dialogismo materializado nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020, visando contribuir com o debate sobre linguagem, sobre língua e sobre o ensino de produção textual. Entre os principais resultados do trabalho, ressalta-se a percepção de que o texto do Enem, como processo e produto de relações dialógicas dadas em determinado contexto social, cultural e histórico, resulta da mobilização de vozes sociais marcadas e não marcadas na tessitura textual, relevando o que os estudiosos do Círculo de Bakhtin denominaram dialogismo e interação discursiva.

**Palavras-chave:** Redação do Enem; Mobilização de repertório sociocultural; Interação discursiva; Dialogismo.

---

<sup>1</sup> Redações modelares são as redações nota 1000 do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

## ABSTRACT

This research intends to discuss the mobilization of sociocultural repertoire in model essays elaborated by students that executed the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 2020 edition. The study starts from what is expected by competency 2 from the exam's reference program, according to which the candidate, besides comprehending the essay's proposal, should utilize knowledge from diversified areas, related to the proposed theme, in order to elaborate an argumentative and dissertation text. It is possible to affirm, according to bakhtinian concepts, that this process of texting production occurs by means of dialogical relations, inherent to the process of discursive interaction that materializes itself in essays evaluated by the correction board of the exam (ENEM). Among these essays, the ones with the highest scores, 1.000 points, are highlighted, and they become a template and paradigm to students and graduates from high school that also want to succeed in the exam. This investigation is anchored on the social and historical perspective, and approaches the mobilized speeches by the candidates' use of language, in means to effect their thought and occupy their place in the world. In this way, the analyzed essays are discussed, considering the social and historical position of the author-subject and the voices that constitute their speech. This study is a bibliographical and documentary research of qualitative character, and takes the Enem's model essays as elements that reveal traces of a pedagogical culture about text labor in school. This study's *corpus* is composed by ten essays evaluated with a thousand points in the 2020 edition of ENEM, analyzed based on concepts formulated by Bakhtin and other authors, that also start from the comprehension that language is an interaction process, marked by dialogism, as the text is a social product that materialize a speech, a way of seeing, of thinking and of acting in the world. In this way, the research reflects the dialogism materialized in text products of the 2020 ENEM's candidates, in order to contribute to the debate about speech, about language and about textual production teaching. Among this study's mains results, it emphasizes the perception that ENEM's essay, as a process and production of dialogical relations given in a determined social, cultural and historical context, results from the mobilization of marked and unmarked social voices in the textual texture, revealing what the scholars of *Bakhtin's Circle* named dialogism and heteroglossia.

**Key words:** Enem essays; Mobilization of social and cultural repertoire; Discursive interaction; Dialogism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

- Quadro 1 – Figura 1: Tema da proposta de redação do Enem/2020.
- Quadro 2 – Figura 2: Textos motivadores ou de apoio para a proposta de redação do Enem/2020.
- Quadro 3 – Figura 3: Proposta para o texto dissertativo-argumentativo da redação Enem/2020.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Dados do Sisu

Tabela 2- Competências do Enem

Tabela 3- Competência 2



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PROUNI	Programa Universidade para Todos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério Educação e Cultura
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. ENEM: APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES</b> .....	20
1.1 Aspectos históricos e estruturais.....	20
1.2 Avaliação <i>versus</i> seleção.....	29
1.3 Vozes críticas dissonantes.....	31
1.4 Vozes favoráveis e concordantes.....	33
1.5 Nosso pilar: a linguagem.....	38
<b>2. PRINCÍPIO MOTRIZ EM BAKHTIN: A LINGUAGEM</b> .....	41
2.1 Língua na perspectiva bakhtiniana.....	42
2.2 O texto e sua constituição material e ideológica.....	49
2.3 O discurso: entrecruzamento de vozes.....	52
2.4 Perspectivas bakhtinianas.....	56
2.5 Relações dialógicas.....	58
2.6 Enunciado: vozes percorridas nos discursos sociais.....	62
<b>3. DOCUMENTOS EDUCACIONAIS SOBRE PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA: BUSCANDO AUTONOMIA NA LINGUAGEM</b> .....	66
3.1 LDB: uma base como direção.....	67
3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): um norte para a educação.....	70
3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): um norte para a etapa final da educação básica.....	76
3.4 A BNCC e o ensino médio: um olhar para o protagonismo.....	79
3.5 Cartilha do participante do Enem: orientando para o sucesso.....	88
<b>4. DA METODOLOGIA À ANÁLISE: MARCAS DE AUTORIA NAS REDAÇÕES DO ENEM</b> .....	94
4.1 Método: um olhar social.....	95
4.2 Metodologia: o norte para a realização da pesquisa.....	97
4.3 Contexto social: momento pandêmico.....	99
4.4 Revelando a textualidade: vozes dialógicas no discurso.....	100
4.5 Vozes dialógicas: interação entre os sujeitos.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

Nossas escolhas pessoais refletem nossos interesses, e, com o objeto de minha pesquisa, isso não foi diferente, pois está inteiramente voltado às minhas propensões associadas à minha formação e inclinações teóricas. Como profissional da área de língua portuguesa, mais especificamente, de produção textual, parti, decisivamente, da pressuposição de que a linguagem é a qualidade mais significativa do ser humano, por permitir, mediante o ininterrupto processo de interação verbal, a relação social entre os indivíduos, além de ser o principal recurso na mediação do processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos. No que tange à reflexão sobre a linguagem, a teoria bakhtiniana configura nossa base da pesquisa, visto que situa a linguagem como um eixo central. Como observa Mikhail Mikhailovitch Bakhtin<sup>2</sup>, “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2020, p. 11).

Em 2008, já lecionava produção textual no ensino médio em uma grande escola estadual de Goiânia. Logo, introduzi, em minhas aulas de produção textual, uma metodologia diferenciada. Os alunos não produziam textos regularmente, só uma vez por bimestre; então combinei redações quinzenais sobre temáticas sociais relevantes e, nesse contexto, pude experimentar outras práticas educativas com outros colegas da área de língua portuguesa e de linguagens e parcerias relevantes para meu futuro profissional.

Durante momentos livres que tinha, conversa sobre as produções textuais dos alunos e a carência nessa atividade. Também, com meus colegas, falava como os alunos estavam empolgados com a nova metodologia de produções textuais quinzenais e com as devolutivas sobre os aspectos estruturais e argumentos apresentados nas redações. As contribuições e as considerações, em forma de bilhetes, feitas no corpo do texto, auxiliavam a elaboração de novos textos, nascendo, assim, um projeto para melhoria das aulas de redação, gerando,

---

<sup>2</sup> Mikhail Mikhailovitch Bakhtin nasceu no dia 16 de novembro de 1895 em Orel, pequena cidade ao sul de Moscou. Era de família aristocrática empobrecida, aos 9 anos foi estudar em Vilna, capital da Lituânia, cidade que convivia com uma diversidade de línguas, teve uma vivência desde cedo com a poliglossia. Aos 15 anos foi estudar em Odessa, também cidade com um plurilinguismo forte. Estudou na Universidade de São Petersburgo, onde fez Letras Clássicas e se formou em História e Filologia. Como a maioria dos intelectuais da sua época, apoiou a Revolução de 1917. Foi professor em Nevel (1918 a 1920), onde constituiu um círculo de amigos que manteve e ampliou-se mais tarde, formando assim o Círculo de Bakhtin. Bakhtin morreu em 1975, na região de Moscou. (FIORIN, 2020).

consequentemente, maior interesse nas produções textuais. Planejei aulas com temáticas que atendiam outras disciplinas, e havia debates significativos para a construção de visões sobre o mundo e sobre temas diversos, constituindo um conjunto de repertórios para o uso em redações futuras. Não foi um projeto exitoso sempre; houve momentos em que algumas turmas não tinham interesse, embora a maioria apresentasse um engajamento significativo.

Em virtude desse projeto de redação, foi possível aprimorar a escrita dos alunos, pois havia interesse deles pelas devolutivas e pelos apontamentos avaliativos. Todos os que participaram dessa iniciativa perceberam a mudança na escrita dos textos dos alunos envolvidos. Diante disso, como professora de produção textual, notei como muitos alunos têm resistência à leitura e à produção de textos, principalmente, para amparar a construção de seu projeto argumentativo no processo de redação. A esse respeito, em minhas aulas, observei o quanto ficavam apreensivos sobre a avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois havia, por parte deles, muitas dúvidas acerca das competências, entre elas, a 2, que demanda um texto autoral. Sobre esse assunto, apresentei aos alunos da segunda e terceira série do ensino médio a matriz de referência do Enem e seus eixos cognitivos, comuns a todas as áreas de conhecimento:

- I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (BRASIL, 2020, p. 1).

Os eixos cognitivos privilegiam aspectos relevantes para a produção textual e são importantes para a elaboração de um texto, levando o aluno a mobilizar vozes, discursos de outras áreas do conhecimento, para sedimentar seu argumento. Nesse sentido, minha experiência materializou-se e, ao analisar os textos dos alunos, percebi como construam os discursos, mobilizando vozes para a temática proposta.

Quando surgiu o processo de seleção para o mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, observando as características da linha de pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação, percebi que o objeto de interesse “a produção textual dos alunos candidatos ao Enem” se adequaria a esse contexto. Como professora na área de produção textual, tive enorme interesse em analisar algumas redações dos candidatos ao Enem, ancorada a teoria de *Bakhtin e do Círculo*, a fim de refletir acerca da linguagem e das vozes mobilizadas pelos candidatos para materializar seu discurso. O Enem aplica uma relação triangular entre Estado, sociedade e sujeito, para sua abordagem temática. Desse modo, o exame amplia o olhar para o discurso social.

A partir desse escopo, meu interesse pelas redações dos candidatos ao Enem, especialmente sobre o repertório sociocultural materializado em suas produções, requisito importante para a competência 2 do exame, foi engendrado com base na perspectiva bakhtiniana, a qual norteia a análise do *corpus* desta pesquisa. Com isso, na intenção de auxiliar os discentes a compreender melhor a autoria no texto, minha pesquisa direcionou-se a analisar a capacidade de o aluno mobilizar vozes e discursos, para fundamentar seu argumento. Assim, recorri à *Cartilha do participante – Enem 2020*<sup>3</sup> e constatei a dificuldade de o discente entender a noção de autoria, uma vez que o assunto é complexo e necessita de um olhar atencioso desde o ensino fundamental II, principalmente nos anos finais, pois o estudante já visualiza o certame tão falado e aclamado em nossa sociedade. Do mesmo modo, mediante as angústias deles e as minhas inquietações sobre discurso, autoria e repertório, fui instigada a acompanhá-los nessa etapa. Nesse processo, passei a questionar sobre como os alunos constroem repertório, como auxiliá-los a compreender a noção de autoria e sua mobilização nos textos.

A sala de aula é uma realidade complexa e propõe questões a serem pensadas à luz da teoria. Cotidianamente, temos muitas demandas e lacunas a serem trabalhadas e, com isso, ficamos angustiados. A reflexão sobre a realidade escolar indica como essa temática se tornou relevante, pois, nas aulas de produção textual das séries finais do ensino médio, o foco é a produção textual para o Enem. Entendo que não deveria ser esse o objetivo principal da escola e do aluno, pois um texto vai muito além da aprovação em um certame, por isso não está acabado; sempre há possibilidades de novo olhar.

---

<sup>3</sup> Documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com notas importantes sobre a produção de redação para o Enem, além de exemplos de textos nota 1000 do certame anterior, para que o candidato possa orientar-se.

Nesse sentido, refletindo sobre o empenho dos alunos, aproveitei o interesse por parte deles e fiquei instigada a definir o *corpus* para a pesquisa. Além disso, há um modelo de texto perseguido pelos estudantes que buscam alcançar a nota 1.000<sup>4</sup>, a qual indica eles terem contemplado e cumprido todas as exigências relativas às cinco competências da matriz de referência para a avaliação do texto. Esse resultado pode conduzi-los à aprovação no Enem e à vaga no ensino superior. As cinco competências são:

Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (BRASIL, 2020, p. 8).

Tais competências determinam critérios que o aluno com o texto nota 1.000 contemplou em sua produção. O Documento do Enem (BRASIL, 1998) exhibe as seguintes definições sobre competências e habilidades:

Competências – são modalidades estruturais e estruturantes da inteligência, ou melhor, são ações e operações mentais (“saber aprender”) que realizamos, ao estabelecer relações com objetos, situações, fenômenos e pessoas, assim como as relações entre eles.

Habilidades – são ações e operações práticas decorrentes dos saberes transformados em competências.

Assim, as orientações sobre competências e habilidades para a avaliação do Enem mostram que o aluno deve apresentar requisitos necessários para ler e interpretar os textos de linguagem verbal e não verbal e os enunciados da avaliação, além de saber relacionar as informações para a construção de seu texto de forma clara, em sua plenitude. Diante disso, selecionei dez redações notas 1.000, analisando a capacidade do aluno em mobilizar vozes em suas redações, sobre a temática apresentada, de maneira a tecer criticidade argumentativa e refleti sobre como as marcas de autoria são relevantes na produção textual do modelo do Enem, de acordo com a competência 2. Com isso, pretendi verificar a capacidade dos alunos em expor seu discurso e repertório sociocultural, para sustentar seus argumentos. Nesse sentido, priorizei

---

<sup>4</sup> As redações nota 1000 contemplam integralmente as cinco competências cobradas pelo Exame Nacional do Ensino Médio. No resumo foi referido como “redações modulares”.

evidenciar que os alunos dos anos finais do ensino básico devem dominar a linguagem, para apresentar seu pensamento. Assim, eu e outros professores de redação da escola onde ministro aula de produção textual desde 2008 aspiramos levar os discentes à obtenção da nota 1.000, e também fazê-los compreender que o trabalho com a produção de texto a partir de uma perspectiva discursiva possibilita manifestar suas opiniões, seu pensamento acerca de questões relevantes da sociedade e de interesse de todos os cidadãos. Ademais, a obtenção da nota 1.000 mostra o desenvolvimento pleno da escrita e o domínio temático do aluno em relação às cinco competências do Enem.

Esta pesquisa está ancorada na perspectiva sócio-histórica e interpreta os discursos mobilizados pelos sujeitos no uso da linguagem. Assim, coloca-se em discussão o sujeito autor de texto, considerando a posição sócio-histórica e as vozes que constituem seu discurso com base no pensamento do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Assim, este trabalho percorre a trilha documental e bibliográfica e discorre sobre documentos oficiais importantes sobre a educação no Brasil. Sob esse viés metodológico, a pesquisa é qualitativa, o que nos possibilita conhecer e interpretar o discurso dos sujeitos mediante as orientações de Goldenberg (2013, p. 50) que afirma: “o pesquisador qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura em que estão inseridos”. Acredito, portanto, que minhas escolhas foram adequadas, pois as escolas são ambientes sociais repletos de grupos sociais díspares com valores, interesses e ideologias distintos, mas que interagem entre si.

Como esta pesquisa toma as redações analisadas como documentos (GOLDENBERG, 2013) a serem investigados, os egressos que as produziram, candidatos ao Enem 2020, não são considerados informantes da pesquisa. Desse modo, a pesquisa não pretende tratar dos autores dos textos analisados, mas pode discutir o sujeito autor que emerge nas redações. Esses sujeitos, principalmente quando oriundos da rede pública, enfrentam inúmeros desafios e defasagem no ensino, mas também sonham com a educação superior, o que se revela pela escrita deles. Os dez textos discutidos neste trabalho foram escolhidos aleatoriamente, com apenas um traço comum: são redações que obtiveram nota máxima no Enem 2020. Com esse *corpus* de análise, foi possível mostrar a mobilização de vozes na produção textual dos alunos.

Avaliar a produção escrita dos candidatos ao Enem não é uma tarefa fácil. Além disso, ressalte-se que também não é o ideal numa população tão grande como a nossa no Brasil. Afinal, não há vagas nas instituições superiores (IES) que contemplem todos os alunos nos anos finais da educação básica. Muitos deles não fazem o Enem, pois necessitam entrar no mercado de trabalho para sustentar-se. Portanto, refleti se esse modelo de certame seria o ideal e se a

avaliação é eficiente para o público a que se destina. Muitos são os questionamentos quando se trata de uma avaliação em larga escala como é o modelo do Enem.

Nesse sentido, a perspectiva meritocrática do Enem não é ideal, pois deveria haver vaga e acesso às instituições superiores para todos os candidatos. A maioria dos estudantes que participam do Enem são oriundos da rede privada de ensino, ficando em menor proporção os alunos da rede pública. Segundo Mello Neto *et al* (2014), “entre 2008 e 2009 – quando da transformação do Enem em ‘Novo Enem’, o percentual de participação dos estudantes da rede privada de ensino médio foi de 58,861%, enquanto, na rede pública, o percentual variou de 29,384% para 30,4%.” Esses dados demonstram que a desigualdade de acesso ao Enem reproduz as desigualdades de acesso à educação e as desigualdades sociais em geral que marcam a realidade brasileira, como demonstram Catani, Hey e Gilioli (2006).

O Enem apresentou aspectos positivos em relação aos modelos tradicionais de vestibulares, por ser interdisciplinar, interpretativo e mais democrático, uma vez que possibilita a entrada de um público diversificado nas universidades. Instituições públicas e privadas aderiram ao exame, e isso proporcionou aos estudantes fazer a prova em datas específicas, com única inscrição em todo o país, sem necessidade de deslocamento, o que demandava custos excessivos. A taxa de isenção para alunos de baixa renda possibilita que os mais carentes façam o exame e tenham acesso ao curso superior. Além disso, o tipo de prova baseia-se em aquisição de competências e habilidades, o que representa mudança na avaliação. A prova de redação do Enem pode levar os participantes a mobilizar várias vozes sociais e políticas, para apresentar autoria em seus textos. Portanto, pretende-se entender a forma como o candidato expressa seu repertório e mobiliza vozes para argumentar sobre uma temática, além de discutir a competência 2, a qual propõe “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2019, p. 6). Nesse sentido, entendi ser possível colocar em discussão o repertório sociocultural mobilizado pelo candidato, um recurso do candidato para a obtenção da nota mais alta possível.

Com base nessas considerações, o *corpus* desta pesquisa apresenta dez redações analisadas sob a perspectiva bakhtiniana, no que tange à mobilização de vozes, ao discurso que emerge na produção do aluno ao apresentar sua argumentação e ao repertório sociocultural selecionado por ele. Os critérios utilizados para a análise são os previstos na competência 2 da matriz de referência do Enem. Desse modo, após a leitura atenta e a análise dos textos, identifiquei evidências de autoria e, a partir disso, observei a mobilização de vozes de acordo



com a teoria bakhtiniana. Segundo o módulo 4 do *Manual de leitura do Enem*, conforme Cantarin, Bertucci e Almeida (2016), alguns argumentos que caracterizam o repertório são as provas concretas (dados ou fatos sobre o tema), os exemplos (fatos similares ou relacionados ao tema), o argumento de autoridade (citação de especialistas sobre o tema), o raciocínio lógico (causa e consequência, por exemplo) e o senso comum (o que, normalmente, as pessoas pensam sobre o tema).

Este trabalho propõe-se, assim, a produzir reflexões, com base na noção bakhtiniana de dialogismo, sobre a mobilização de vozes sociais materializada nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020, visando contribuir com o debate sobre linguagem, a partir do tema proposto. Pretendi verificar como o estudante candidato ao Enem que obteve a nota máxima na redação organiza seu repertório, considerando as vozes que constituem seu discurso. Entendo que esta pesquisa pode contribuir com as discussões sobre o ensino de língua portuguesa, notadamente o de produção textual, bem como as investigações que abordam o Enem e seus desdobramentos na realidade educacional do Brasil. Como toda pesquisa, esta que ora apresento é um dos dizeres possíveis sobre a produção de texto no Enem e, considerando-se o que afirma Bakhtin (2020, 2020b) acerca da atividade enunciativa, configura-se como uma resposta a enunciações outras ao mesmo tempo em que pode suscitar a elaboração de outras pesquisas como respostas a esta.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1, *Enem: apontamentos e considerações*, apresenta, de forma sucinta, a trajetória do Enem desde seu surgimento, na sociedade brasileira, no final da década de 1990. Não há intenção em aprofundar sobre o sistema, apenas contextualizá-lo para compreendermos o modelo de exame em que está inserida a prova de produção textual. O capítulo 2, denominado *Princípio matriz em Bakhtin: a linguagem*, apresenta o referencial teórico de Mikhail Bakhtin e de outros autores que também se baseiam na perspectiva bakhtiana, base para a análise do *corpus* da nossa pesquisa. Expõem-se o dialogismo e os principais conceitos, como língua, linguagem, texto, discurso, enunciado, mediante a perspectiva de Bakhtin e do Círculo, que consideram a importância da linguagem e da língua no contexto social. No capítulo 3, *Documentos educacionais sobre produção de texto em língua portuguesa: buscando autonomia na linguagem*, põem-se em questão os documentos oficiais que referenciam a escrita no Enem e a relevância deles para a configuração da prova de redação. Por sua vez, no capítulo 4, intitulado *Da metodologia à análise: marcas de autoria nas redações do Enem*, analiso o *corpus*, a amostragem de dez redações nota 1.000 do Enem de 2020, considerando a competência 2, a fim de examinar as marcas de autoria mediante a

perspectiva dialógica de Bakhtin, verificando aspectos como a mobilização das vozes na escrita, o repertório sobre a temática da prova, o dialogismo social e a interrelação dialógica. Em seguida, nas considerações finais, abordo questões reflexivas com base nas contribuições bakhtinianas.

## CAPÍTULO 1

### ENEM: APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) suscita recorrentes questionamentos em sala de aula, entre os estudantes. No imaginário estudantil, essa avaliação institucional, que representa uma das vias de acesso à educação superior, provoca curiosidades, debates e apreensões, pois sua importância abrange a formação e a qualificação profissionais em âmbito nacional. Neste capítulo, propõe-se uma abordagem sobre a trajetória do Enem, com breve levantamento histórico de sua implementação. Em seguida, apresentamos considerações pertinentes de nomes relevantes da educação, primeiramente, em perspectiva dissonante, e, depois, algumas vozes concordantes, ou seja, favoráveis ao Enem.

#### 1.1 Aspectos históricos e estruturais

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado por meio da Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Sua função é servir como mecanismo de avaliação educacional do governo federal, com o fim principal de aferir o desempenho de alunos concluintes e egressos do ensino médio.

Art. 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:  
I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;  
II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;  
III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; (BRASIL, 1998, art. 1º).

O Enem possibilita aos estudantes seguir sua formação, propiciando-lhes, posteriormente, adentrar ao mercado de trabalho, mediante conhecimentos obtidos ao longo da educação básica. Trata-se de um procedimento avaliativo, individual em larga escala, criado em 1998. Apresentava, inicialmente, a intenção de avaliar os discentes que terminavam o ensino médio, a fim de verificar o nível da educação básica no Brasil e colaborar em formulação de políticas públicas educacionais, conforme a Portaria nº 7 (BRASIL, 2006), que promoveu outra alteração nos desígnios do exame e adicionou novo objetivo: “IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais”. Assim, o Enem seria o termômetro para perceber as falhas e aprimorar o desempenho educacional, pois o exame também investigava se o aluno conseguia apreender bem, se estava preparado para o mercado de

trabalho e se teria qualidade suficiente para progredir em seus estudos e cursar o ensino superior (BRASIL, 1996). Segundo Quinalia *et al* (2013, p. 67):

Os documentos publicados à época, tanto pelo Inep quanto pelo MEC, explicavam que o objetivo do exame era ser um instrumento de avaliação das competências e das habilidades básicas apreendidas durante o ensino médio, para a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho e da prática da cidadania; é dizer, integração profissional e política social. Considera-se, pois, esse o paradigma do Enem enquanto política pública.

O Enem sofreu algumas mudanças na sua trajetória até os dias atuais, como em 2004, quando passou a orientar que as notas dos participantes fossem usadas para a distribuição de bolsas de estudos em instituições particulares, com o Programa Universidade para Todos (Prouni)<sup>5</sup>. Além disso, serviu como certificação de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o antigo supletivo.

Houve, posteriormente, novas mudanças no certame, nos anos de 2009 e 2013, quando as universidades públicas federais passaram a adotar o desempenho no Enem como habilitação para o ingresso dos participantes, em substituição ao vestibular, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), um processo informatizado que, por meio da nota dos candidatos ao Enem, indica as vagas disponíveis em cursos superiores oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior do país. Assim, as instituições participantes do Sisu utilizam a nota obtida pelo candidato para ingresso nos cursos de acordo com as vagas disponíveis, publicadas pelo portal do Ministério da Educação. Com isso, os candidatos podem escolher as instituições superiores mediante seu desempenho na nota do Enem (BRASIL, 1996).

Além disso, o Enem tem a proposta de retomar os conhecimentos obtidos e acumulados na educação básica, que contempla a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Esse último período escolar habilita o estudante a ingressar no ensino superior, a fim de continuar sua formação e qualificação profissional.

O Enem é organizado e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Iniciou-se timidamente e tornou-se um exame consolidado no sistema educacional. Nos primeiros anos do século XXI, era um instrumento de certificação de conclusão do ensino médio e de acesso ao ensino superior mediante programas de políticas públicas, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) (MACHADO;

---

<sup>5</sup> O Prouni, do Ministério da Educação, é um programa que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, com base na avaliação do Enem.

LIMA, 2014). O exame nacional tem o objetivo primordial de avaliar as competências necessárias ao efetivo exercício de cidadania, como vemos nos objetivos que seguem:

- a) Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua autoavaliação com vista às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b) Estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- c) Estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior. (BRASIL, 2002, p. 7-8).

Assim, o Enem possibilita aos estudantes o planejamento de seu futuro escolar e sua inserção ao mercado de trabalho. Ademais, visa estruturar a avaliação da educação básica como alternativa ou complemento aos processos de seleção em cursos profissionalizantes e acesso às instituições de ensino superior de nosso país. Diante desses objetivos, infere-se que esse instrumento revela a perspectiva centralizadora das políticas educacionais do país.

A escala de proficiência do Enem (1997-2018) considera como referências norteadoras a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação sobre a Educação Básica e Ensino Médio e os textos da reforma do ensino médio (1997). Conforme o documento básico do Enem:

Para estruturar o Exame, concebeu-se uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do ensino fundamental e médio que são próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo, correspondente ao término da escolaridade básica. Tem como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas de Conhecimento, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB. (BRASIL, 2002, p. 5-6).

Nessa perspectiva, as referências norteadoras são basilares para a realização desse exame que acontece anualmente, em nosso país. Ademais, a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB nº 9.394/96 dá suporte à estrutura do Enem conforme podemos observar:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

[...]

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;  
VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;  
VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; [...]. (BRASIL, 1996).

O Enem, segundo o Governo Federal, está a serviço da educação básica e confere autonomia aos estudantes, visando contemplar sua formação escolar em todas suas dimensões práticas, críticas e éticas. O artigo 35 da LDB aponta que: “o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”. Nesse diapasão, o Enem o instrumento que finaliza a política educacional do Estado brasileiro que vai ao encontro da prerrogativa constitucional de educação para todos.

A iniciativa de criação de uma avaliação geral do sistema de ensino teve como um dos objetivos provocar mudanças nos currículos de ensino médio, ou seja, o Enem foi implementado, com o intuito de avaliar, anualmente, o desempenho do estudante no final da sua educação básica e, com isso, auxiliar na elaboração de políticas públicas (SILVA; LUZ, 2018). Além disso, segundo Silva e Luz (2018, p. 12), “o exame ficou responsável por deliberar parâmetros e critérios para a realização dos mecanismos de seleção”. Na sua segunda edição, o Enem foi usado como alternativa de acesso aos processos seletivos de mais de 90 instituições de ensino superior. Primeiramente, o Inep, ao criar o exame, visava apresentá-lo como:

Instrumento de avaliação individual de desempenho por competências ao término da escolaridade básica, serve como referência de autoavaliação a milhares de jovens e, ao mesmo tempo, dá uma medida das respostas que a escola apresenta diante dos desafios impostos pelos mecanismos estruturais da sociedade (BRASIL, 2002, p. 6).

Sob esse viés, o Enem permitiu traçar o perfil do aluno egresso do ensino médio mediante amostra registrada em um questionário socioeconômico, para melhor entendimento da realidade e dos desafios das políticas públicas. O instrumento foi sintetizado em três eixos:

O primeiro, a superação dos entraves macroestruturais que prejudicam o acesso do jovem à formação sob condições ideais, por meio de medidas de adequação da realização do ensino às condições objetivas que caracterizam a dinâmica do jovem que precisa trabalhar e tem menor acesso aos recursos. O segundo, a intervenção para o aperfeiçoamento dos modelos de ensino e preparo para a vida profissional, igualmente nas escolas públicas e privadas,

superando a situação presente que tanto reproduz, de forma aguda, a desigualdade social, quando estabelece patamares insatisfatórios para as camadas menos beneficiadas da sociedade, tal como apontam as médias gerais de desempenho obtidas para o grande contingente de participantes.

Finalmente, o terceiro eixo é o alargamento do gargalo imposto pelas condições do sistema de ensino superior público e do mercado profissional de trabalho. Produto das ações de ampliação do acesso à educação, a escola brasileira apresenta hoje ao mercado de trabalho e ao vestibular um grande contingente de jovens com fortes expectativas pessoais e profissionais e demandas por inserção na esfera produtiva e cultural. O quadro atual indica com clareza novas demandas à educação pós-média e ao ensino superior, exigindo novas respostas com maior diversificação e flexibilização da oferta de cursos. (BRASIL, 2002, p. 7).

Com base nesses eixos, o Inep e o MEC aprovaram a gratuidade da inscrição aos estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, criaram-se mecanismos para aferir as condições socioeconômicas dos candidatos, a fim de amenizar entraves sociais, fortalecendo o acesso às instituições superiores.

O MEC instituiu o Enem com base na matriz curricular apoiada em conteúdos e conhecimentos estabelecidos na educação básica, especificamente, no ensino fundamental e no ensino médio, que, segundo informações do Inep, foi elaborada por profissionais especialistas em diversas áreas do conhecimento. Essa referência deveria estar em conformidade com as competências e as habilidades exigidas ao estudante concluinte dessa etapa educacional e presentes nos PCN, nas matrizes curriculares da LDB e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do “saber fazer”. Por meio das ações e das operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências. (BRASIL, 2002, p. 11).

Assim, a matriz de referência elaborada sob a coordenação do Inep teve como objetivo construir uma avaliação de maneira diferente dos vestibulares tradicionais, elaborados pelas universidades públicas e privadas, ou seja, uma avaliação que não exigisse a memorização dos conhecimentos, mas que contemplasse “o saber fazer” (BRASIL, 2002, p. 12).

A noção de competência utilizada pela matriz de referência do Enem é fundamentada na concepção postulada pelo sociólogo suíço Phillipe Perrenoud, segundo o qual competência é “uma capacidade de agir eficazmente em determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENOUD, 1999, p. 7). Logo, os estudantes,

nessa perspectiva, devem, mediante problemas do dia a dia, apresentar, de acordo com os conhecimentos adquiridos, competência para as práticas sociais vivenciadas.

Desde a década de 1990, a educação brasileira, mais precisamente a LDB 9.394/96, com suas diretrizes, tem recebido influência desse teórico. Conforme Ricardo (2003, p. 9), “ao que parece, a discussão acerca da noção de competências na educação brasileira ganhou força após a LDB/96”. Um dos autores que tem sido fonte de leitura e discussão sobre esse tema é Philippe Perrenoud, teórico que contribuiu para a formulação da matriz de referência do Enem, ao referir-se a competências e habilidades.

Uma competência nunca é a implementação "racional" pura simples de conhecimentos, de modelos de ação, de procedimentos. Formar-se em competências não pode dar as costas à assimilação de conhecimentos, pois a apropriação de numerosos conhecimentos não permite, *ipso facto*, sua mobilização em situações de ação (PERRENOUD, 1999, p. 5).

Nesse sentido, a matriz de referência do Enem constitui-se de 5 competências e 21 habilidades necessárias aos estudantes do ensino médio.

#### Competências:

- I. Dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.
- II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

#### Habilidades:

1. Dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno, de natureza científica, tecnológica ou social, identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para realização ou interpretação do mesmo.
2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.
3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.
4. Dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área de conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa.



5. A partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores.
6. Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.
7. Identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social e comparar diferentes recursos e opções energéticas.
8. Analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos.
9. Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida, em sua relação com condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana.
10. Utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico.
11. Diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos.
12. Analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento e às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores.
13. Compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana.
14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.
15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.
16. Analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental.
17. Na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais.
18. Valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares.
19. Confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados.

20. Comparar processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.

21. Dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais. (BRASIL, 2002, p. 12-14).

O MEC visava à criação de um currículo único, ou seja, um currículo nacional do ensino básico a partir do qual pudessem ser aferidas as competências e as habilidades do estudante que, por sua vez, deveria apresentar a apropriação dos conhecimentos obtidos na fase final de seus estudos, de forma plena (OLIVEIRA, 2014). O exame ganhou dimensão nacional e tornou-se mais um mecanismo de seleção do que de avaliação. O número de inscrições a esse processo seletivo ampliou-se consideravelmente, a cada nova edição.

Em 2004, a nota do exame passou a ser utilizada como acesso a instituições superiores particulares, ou seja, o participante oriundo da rede pública, o bolsista da rede privada e o candidato com renda familiar de até três salários-mínimos poderiam usar a nota obtida no Enem para ingressar no ensino superior mediante um programa de políticas públicas do governo federal, o Prouni, com finalidade social, visando ampliar o acesso ao ensino superior. Na página eletrônica do Prouni, o estudante tem acesso à seguinte informação:

O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudos, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior, além de professor de escola pública que passa a poder concorrer as bolsas, mesmo já tendo uma graduação, de acordo com a Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021. (BRASIL, 2004).

De acordo com informações no sítio do MEC, os participantes do Enem, que não obtiverem nota zero na redação e alcançarem nota média de 450 pontos, podem candidatar-se ao Prouni. Assim, esse programa pretende incluir os estudantes com base na qualidade e no mérito alcançados no Enem e visa democratizar o acesso à educação, além de favorecer as instituições superiores privadas (CATANI, 2006).

Com o objetivo de tornar mais acessível o sistema de ingresso ao ensino superior, em 2009, o “novo Enem” foi implementado pelo MEC em todo o território nacional, como uma avaliação unificada, para aferir o desenvolvimento dos estudantes mediante competências e habilidades percebidas como indispensáveis ao sujeito nessa etapa de seu desenvolvimento cognitivo. Além disso, o exame considera os valores para o exercício da cidadania como podemos conferir na escala de proficiência (1998-2008):

O Exame Nacional do Ensino Médio é um dos instrumentos a serviço de uma educação básica que confere efetiva autonomia aos jovens brasileiros, concebido e aperfeiçoado de forma a contemplar todas as dimensões práticas, críticas e éticas da formação escolar, sinalizadas pela LDB; incorporar o caráter dinâmico do conhecimento e de sua aplicação na vida pessoal e social; permitir ao estudante uma avaliação comparativa de seu preparo geral para a vida em sociedade, garantindo seu direito de divulgar ou não seu resultado individual; considerar, respeitar e valorizar a unidade e a diversidade cultural no Brasil. (BRASIL, 2018, p. 9).

O “novo Enem”, visa à democratização de acesso às instituições públicas de ensino superior (IPES) e à articulação com outras políticas públicas do governo federal (GOMES, 2013). Além disso, foi criado o sistema que possibilitou a utilização da nota do Enem como único processo seletivo para muitas instituições superiores no país, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (BRASIL, 2006).

O Sistema de Seleção Unificada – Sisu foi instituído em janeiro de 2010. Trata-se de um sistema informatizado, gerenciado pela Secretaria de Educação Superior, por meio do qual instituições públicas gratuitas de educação superior ofertam vagas em cursos de graduação a estudantes, que são selecionados exclusivamente pelas notas obtidas no Enem. O processo seletivo unificado, implementado a partir de 2009, tem por diretriz a democratização do acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior (BRASIL, 2014, p. 60).

Com o Sisu, o estudante que participa do Enem pode concorrer às vagas disponibilizadas pelas instituições superiores em todo o território da federação, sem arcar com custos de deslocamento, estada e taxas de inscrições como acontecia com os antigos vestibulares. O Sisu possibilita um cruzamento de informações sobre as vagas disponibilizadas pelas universidades do país, e o estudante, por sua vez, pleiteia a vaga de seu interesse.

Assim, o Enem, tornou-se interessante para grande parte dos candidatos ao exame, pois passou a ser usado para a obtenção de bolsa de estudos integral ou parcial, pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Ademais, tornou-se critério para pleitear certificado de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Enfim, o Enem surge como instrumento de ingresso na educação superior e como acesso aos cursos profissionalizantes. A tabela 1, abaixo, apresenta dados sobre o Sisu em relação ao número de instituições, participantes, cursos e respectivas vagas.

**Tabela 1: Dados do Sisu**

EDIÇÃO	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	VAGAS	CURSOS COM OFERTA DE VAGAS
1 <sup>a</sup> /2010	51	49.913	1.319
2 <sup>a</sup> /2011	83	83.125	2.570
3 <sup>a</sup> /2012	95	108.560	3.328
4 <sup>a</sup> /2013	101	129.319	3.752
5 <sup>a</sup> /2014	115	171.401	4.723

Fonte: Portal MEC

Na tabela 1, constatamos o aumento na adesão ao Sisu desde sua criação, em 2009, quando o Ministério de Educação publicou o Termo de Referência – Novo Enem e o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, no qual estão expostas as opções de adesão ao Enem, o que não implicaria abandonar outras formas de processos seletivos garantidos pela LDB/1996 (SILVA; LUZ, 2018). Assim, podemos perceber o aumento no número de instituições que aderiram ao Enem embora esses dados não signifiquem necessariamente que o exame seja uma forma justa de acesso ao ensino superior. Com o Sisu, o MEC visa proporcionar aos estudantes a escolha de uma instituição superior que possa atendê-los.

Com a formação na educação básica, o estudante pode pleitear a continuidade aos estudos no ensino superior. Para esse seguimento, faz-se necessária a apropriação dos conteúdos básicos, de forma que o indivíduo obtenha autonomia em sua vida social, destacando a inserção ao mercado de trabalho. Assim, “desde a sua criação, o Enem foi desenhado para propiciar, aos participantes que a ele se submetessem voluntariamente, autoavaliação, com vistas às escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos” (BRASIL, 2018, p. 7).

Segundo informações do MEC, a concepção do Enem foi possível a partir da LDB nº 9.394/96, ao assegurar, em seu artigo 35 que o ensino médio, que é a etapa final da educação básica e cuja finalidade é consolidar e aprofundar os conhecimentos obtidos no ensino fundamental, além de preparar o estudante para o trabalho e a cidadania, leva o educando a vivenciar a plena cidadania com formação ética, desenvolvendo a autonomia intelectual e o pensamento crítico, direcionado para o mundo do trabalho (BRASIL, 1996).

## 1.2 Avaliação *versus* seleção

A experiência escolar e acadêmica, desde a infância, é marcada por uma palavra: “avaliação”. Nos anos finais da educação básica, deparamo-nos com outro termo: “seleção”, citado no discurso recente do Enem. O *modus operandi* das escolas e das instituições educacionais é aferir o conhecimento mediante a avaliação, o que ocorre também nas políticas

educacionais. Somos avaliados em circunstâncias, como o atendimento em mercado, o atendimento telefônico e outras situações cotidianas. A avaliação seria uma forma de medição do conhecimento? Mas, afinal, o que é avaliação? Segundo Dias Sobrinho (2002, p. 20),

O primeiro grande significado de avaliação que se foi consolidando em boa parte do século XX corresponde à ideia de técnica de elaboração de instrumentos para medir, classificar, selecionar e quantificar com credibilidade e fidelidade, os rendimentos dos estudantes individualmente.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem do sujeito é relevante para identificar possíveis falhas no conteúdo ministrado. Portanto, durante o processo de ensino-aprendizagem, avaliamos os alunos no final de cada etapa. De acordo com Catani e Gallego (2010, p. 74),

É um equívoco pensar que tomamos conhecimento desses processos somente por “observações” dos alunos, ao realizarem atividades em sala, observações essas nem sempre dirigidas e registradas. Ao se examinarem propostas de avaliações previstas em planos de ensino ou projetos das escolas, é comum constar, no campo destinado ao modo como se procederá à avaliação, expressões, como “contínua”; “processual”; “qualitativa”; “se dará por observações”; “participação dos alunos”; “envolvimento”; “comprometimento”, entre outras tantas que indicam a valorização não apenas de momentos específicos destinados a avaliar, como também do conjunto de comportamentos que os alunos exibem quando estão na escola.

Isso evidencia que a aprendizagem acontece ao longo do processo acadêmico, porém os professores necessitam de uma metodologia para averiguar o conhecimento obtido pelo aluno, por isso a avaliação é uma prática realizada em vários âmbitos escolares. Segundo Freitas (2022, p. 18), “a avaliação parece ser atividade carregada de sinalizadores do quanto esta cultura favorece ou despotencializa os processos de mudanças desejados (independentemente das lógicas das quais estão impregnados)”. Assim, o professor é protagonista no processo avaliativo. De outro modo, o que vem a ser seleção?

Observamos, nos últimos anos, principalmente, nas organizações sociais, as pessoas serem consideradas como “produtos”, elementos de produtividade, ou seja, são mão de obra. Assim, somos levados a executar, com muita eficiência, uma tarefa e, com isso, chegamos à palavra “competitividade”. No recrutamento de pessoas em empresas com avaliações em larga escala, há o processo de seleção, ou seja, um procedimento que mede as competências necessárias dos sujeitos envolvidos. De acordo com Faissal *et al* (2015, p. 14):

Assim, em lugar da prática simplista e limitada de apenas preenchermos uma vaga, característica do modelo tradicional de recrutamento e seleção, é necessária visão sistêmica e integrada da organização e de seus objetivos, dos

candidatos e de suas expectativas, dos ambientes interno e externo, na busca conjunta do alcance dos objetivos organizacionais futuros. Portanto, se pensamos a longo prazo, a preocupação em escolher o melhor candidato estende-se pela certeza de que devemos retê-lo. Para isso, no início do processo de seleção, devemos avaliar, antecipadamente, seu potencial de crescimento e prognosticar sua adaptação à cultura organizacional, projetando suas competências para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais traçados.

Nesse sentido, a seleção recruta sujeitos competentes que tenham potencial para ocupar uma vaga de determinada organização. No caso específico, trata-se de um processo seletivo em larga escala nacional. O Enem utiliza-se de um teste escrito, para aferir o grau de conhecimento, a capacidade e a habilidade dos sujeitos envolvidos no exame. Logo, postula-se em nossa sociedade a ideia de meritocracia, a qual implica o sujeito superar suas limitações sociais, principalmente, por meio de mecanismos educacionais, conforme Treiman (1970): “A educação seria o principal vetor de mobilidade social, permitindo que indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, raça ou sexo, alcançassem melhores posições do que sua geração anterior”. Estamos inseridos socialmente nessa perspectiva.

### **1.3 Vozes críticas dissonantes**

O Enem, a cada ano, expande os objetivos de política educacional nos âmbitos, público e privado. Desde seu surgimento, em 1998, o exame está presente no quadro educacional brasileiro. Visa ser uma avaliação de larga escala com caráter individual e permite ao estudante fazer escolhas pela aferição do desenvolvimento de competências e habilidades, fato que, em nosso ponto de vista, torna o Enem mais um exame de seleção que um processo avaliativo.

Esse exame nacional é duramente criticado por estudiosos, especialistas e profissionais da área da educação, assim como já acontecia com os vestibulares. Leher (2009, p. 2), em seu artigo, assim se expressa: “o vestibular é um instrumento de seleção que somente tem sentido porque o direito à educação não é assegurado pelo Estado”. Essa fala rebate o que promulga a Portaria 438/98 no artigo 1º, ao instituir o Enem: “objetivo I - conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho”. Além disso, ressalta Leher,

O vestibular atual sequer assegura as vagas daqueles estudantes que foram aprovados nas provas (gerando os chamados excedentes que, em 1968, impulsionaram a rebeldia estudantil e que o vestibular unificado veio fazer desaparecer!). Contudo, a seleção feita pelas próprias universidades, em âmbito estadual, tem o mérito de poder ampliar as interações das escolas de ensino básico com a universidade em cada estado, buscando maior

congruência entre a universidade e as escolas, por meio de desejáveis articulações educacionais com a rede pública da educação básica. (LEHER, 2009, p. 2).

Assim, constata-se que há falhas no processo de admissão nas instituições superiores do país, desde meados do século XX. Seguindo esse viés, Oliveira (2014) enfatiza a visão de alguns representantes de grandes universidades contrários à unificação dos exames de acesso ao ensino superior, por considerar injusta esta forma. Roberto de Souza, da Universidade Federal Fluminense (UFF), pondera: “alguns candidatos da região Sul e Sudeste possuem melhor desempenho no Enem, por isso ocupariam as vagas dos alunos do Norte e do Nordeste, tirando a oportunidade de moradores dessa região” (OLIVEIRA, 2014, p. 47). Além disso, estudantes de estados com maior renda *per capita* teriam melhores chances de sucesso.

Segundo o “novo Enem” de 2009, o Sisu poderia proporcionar melhor mobilidade dos estudantes pelo país. Conforme explana Ivonildo Rêgo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), “nosso país ainda precisa aferir se essa mobilidade estudantil é positiva, visto que há muitas fragilidades em políticas de inclusão” (OLIVEIRA, 2014, p. 55). Se políticas de inclusão são frágeis em nosso sistema educacional, o que se diria sobre a flexibilidade da mobilidade estudantil pelo sistema do Sisu?

Um dos objetivos do Enem ressalta: “estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior” (BRASIL, 2002, p. 8). Nesse sentido, o ex-presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, em uma entrevista publicada em março de 2012, foi questionado sobre como deveria ser a prova do Enem. Em resposta, Fernandes indagou: “para que serve a escola?” Também questionado sobre o Enem possibilitar o acesso às universidades, ele declarou não ser problema, visto que, em todo o mundo, há indicadores de qualidade escolar ligados à seleção para o ensino superior, embora acredite ser prudente haver mais estudos sobre as habilidades dos estudantes e os testes aplicados (TRAVITZKI, 2013). Dessa forma, consideramos não haver perfeição no mecanismo de seleção usado hoje, no Brasil.

Outro ponto contrário é o do professor Remi Castioni, da Universidade de Brasília (UnB), que considera o uso do Enem como avaliação única para o acesso às universidades um prejuízo ao perfil educacional das instituições. O professor ressalta que o Enem foi feito para resolver vários problemas que são de competência do MEC, não sendo a melhor forma de acesso dos estudantes às instituições de ensino superior (IES). Além disso, para o professor Castioni, “a proposta baseada no parecer 15/1998, do Conselho Nacional de Educação, o qual

prevê mudanças no ensino médio, não foi implementada e diz que as diretrizes curriculares não chegaram às salas de aula, apesar de serem muito bem elaboradas”.

As opiniões dos especialistas citados levam-nos a refletir sobre o Enem. É o melhor modelo de política pública de acesso ao ensino superior? É uma avaliação que consegue, de fato, verificar as habilidades e as competências dos concluintes do ensino médio? Muitos são os questionamentos que merecem posterior aprofundamento. A seguir, apresentam-se as ideias contrárias às deste tópico, ou seja, as vozes favoráveis ao Enem.

#### **1.4 Vozes favoráveis e concordantes**

Para referirmo-nos ao Enem, é necessário tratar da LDB, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente do artigo 9º inciso VI, o qual delega à União a tarefa de “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). Assim, a União promove o instrumento de avaliação, visando indicar um caminho para a educação, no país. O Enem, portanto, foi criado sob diretrizes e bases que visam assegurar à população a avaliação de âmbito nacional. A LDB teve um papel essencial para a sua concretização, pois buscou reparar alguns problemas no ensino do país (BRASIL, 2002, p. 5).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) vem conferir nova identidade ao ensino médio, determinando que ensino médio é educação básica. A Constituição de 1988 já prenunciava essa concepção, quando, no inciso II do artigo 208, garantia como dever do Estado “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 14/96 modificou a redação desse inciso, sem alterar o espírito da redação original, inscrevendo, no texto constitucional, “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”. A Constituição, portanto, confere a esse nível de ensino o estatuto de direito de todo cidadão. (BRASIL, 2000, p. 10).

Assim, o Estado visa ofertar o ensino médio à população na perspectiva que atenda a todos os estudantes que desejarem, e a LDB reforça essa obrigatoriedade. O Enem, na visão de alguns estudiosos, apresenta aspectos positivos. Um deles é o Sisu, que atua em larga escala no processo de alocação dos estudantes aprovados às vagas disponíveis pelo país. Esse sistema, para Andriola (2011), favorece ao estudante a mobilidade entre as instituições de ensino superior pelo país e possibilita a pessoas oriundas de remotas localidades deslocar-se para outras regiões mais desenvolvidas.



Em vista disso, permite-se a intercambialidade e o enriquecimento cultural em relação aos estados brasileiros, pois são estudantes de várias regiões em busca de uma vaga para seu curso. Conforme Andriola (2011, p. 120),

A mobilidade regional permitirá aos futuros profissionais conhecer rincões distantes das suas regiões de origem; ter acesso à riqueza da gastronomia e da cultura popular, presentes nesses lugares; identificar os mais graves problemas da nossa República Federativa e, assim, proporcionar reflexões acerca dos nossos potenciais para solucioná-los a contento; criar uma identidade nacional, com bases nessas experiências, aspecto extremamente salutar para as futuras gerações de brasileiros.

Segundo o autor, a mobilidade regional favorece a apreensão cultural de toda a federação. Porém, questiona-se se este sistema é mesmo uma ferramenta de democratização e se esses estudantes têm condições de migrar de um estado a outro.

Alguns estudiosos tecem críticas ao Enem, porém vale ressaltar que uma avaliação dessa magnitude, em um país de tamanho proporcionalmente continental e com desigualdades sociais, inevitavelmente, está sujeita a problemas, deixando feridas no sistema. Como ressalta Andriola, (2011, p. 16), “o Enem não será a panaceia para o ensino superior, muito menos para os graves problemas enfrentados pelo ensino médio. Portanto, haveremos que ter prudência quanto às potencialidades e vantagens do novo Enem.”

Uma visão positiva sobre o Enem é a do coordenador da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), Renato Pedrosa: “Acredito que, diante dos vestibulares existentes, o Enem pode representar melhora do processo seletivo, tornando-se boa influência.”

Assim, verifica-se que o Enem apresenta problemas, como concorrência entre as escolas particulares, sobrecarga de conteúdo, o excesso de testes simulados aos alunos, mas nada que o macule enormemente. Na perspectiva do MEC, a avaliação do Enem considera-o boa prova para aferição do desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias ao estudante para o pleno exercício da cidadania, além de oferecer o acesso a muitas instituições de ensino superior do país, conforme vemos nos documentos básicos:

A utilização dos resultados do Enem nos processos de seleção das instituições de ensino superior é a primeira modalidade social de uso do exame e, desde sua implantação, constitui-se o mais forte atrativo aos que a ele se submetem. O número crescente de instituições que a cada ano utilizam os resultados do Enem como forma alternativa ou complementar de acesso aos seus processos seletivos revela, a cada edição, maior credibilidade junto às Instituições de Ensino Superior (IES) do país. (BRASIL, 2002, p. 27)

As instituições de ensino superior utilizam os resultados obtidos nas seleções conforme seus critérios internos. O objetivo principal do Enem, desde a sua origem, é democratizar as oportunidades de acesso às universidades para os estudantes que almejam a graduação, para complementar sua educação básica. Como ressaltam Silveira e Barbosa e Silva (2015): “os exames de seleção, os concursos vestibulares ao ensino superior, eram formulados por equipes locais país a fora, e formatos diferentes ocorriam nas diversas universidades”. Logo, havia heterogeneidade nos concursos decorrente da diversidade cultural e de formação dos sujeitos interessados no ensino superior. Com o Enem, houve a democratização da avaliação e da seleção. A prova exige conhecimentos básicos, considerados importantes para o exercício pleno da cidadania, para o mundo do trabalho e o prosseguimento de estudos em qualquer nível, a partir do término da educação básica (BRASIL, 2002).

Por outro lado, observamos obstáculos para o caminho mais assertivo de ingresso ao ensino superior. Salientamos que o Enem guarda algumas aproximações aos antigos modelos conteudistas de vestibulares, pois, para selecionar os candidatos, continua valendo a velha “fórmula” da meritocracia conforme Barbosa (2003, p. 22): “como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”. Desse modo, a meritocracia surge em um sistema sociopolítico em que os privilégios são alcançados pelos mais qualificados e competentes.

Por essa razão, é necessário que os governos promovam políticas governamentais, visando à busca por melhoria dos sistemas de educação, sem desconsiderar que o ensino superior, desde o seu surgimento, sempre foi para poucos, por isso é um desafio que nosso país enfrenta há vários anos. Também, faz-se necessário que se promovam debates, diálogos com vários grupos da sociedade, buscando garantir que o acesso ao ensino superior seja um direito de todos os estudantes e não apenas de uma parcela privilegiada. A questão não diz respeito apenas ao acesso, mas também à formação ofertada. Conforme Coelho (2016, p. 97),

A sociedade, o Estado, a escola, o ensino superior e a universidade em geral têm negado a muitos o direito à formação que garanta a todos os humanos – no convívio com a cultura, o saber, as letras, as artes, a filosofia, o pensamento e a ciência – a permanente iniciação no pensamento, no cuidado com o outro, nas questões da igualdade, da coisa pública e do bem comum.

Assim, cabe a reflexão de como podemos melhorar a educação em nosso país. Uma das ações possíveis é levar nossas crianças a gostar de ler. Segundo Coelho (2016), para a formação autônoma, faz-se necessário que a sociedade civil, juntamente com o Estado, promova a

iniciação à cultura, à busca do saber. A LDB, em seu artigo 36, parágrafo 1º e inciso I, delinea um perfil dos estudantes e dos egressos do ensino médio e apresenta um atributo ligado à preparação básica para o trabalho: “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” (BRASIL, 1996, p. 26).

É importante ressaltar que estamos inseridos na sociedade da informação e do conhecimento do século XXI. Por consequência, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) estão presentes em todas as esferas sociais, desde a década de 90, inclusive no meio educacional. Sendo assim, o ensino superior adapta-se para receber o novo público, os cidadãos com perfil tecnológico. Conforme Machado e Lima (2014), no Parecer nº15/98 (BRASIL, 1998, p. 19), “o trabalho e a cidadania são mencionados como os principais contextos nos quais a capacidade de aprender (e continuar aprendendo) deve ser aplicada, para que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade”. Logo, o mundo tecnológico está presente no discurso da organização das políticas públicas do ensino médio.

A revolução tecnológica, por sua vez, cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, *entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras.* (BRASIL, 2000, p. 14, grifos do autor).

Assim, o currículo do ensino médio está voltado para o novo significado do trabalho em um contexto globalizado, ou seja, o sujeito, nos anos finais do ensino básico, deve apropriar-se do conhecimento, aprimorando-se para o mundo do trabalho e sua prática. Nesse viés, a LDB contém determinações, tais como: “a) a educação deve cumprir triplo papel: econômico, científico e cultural; b) a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.” (BRASIL, 2000, p. 15).

Em 2022, o Enem completou 24 anos de existência, e mudanças significativas ocorreram na trajetória dessa avaliação. Assim, não cabe enfatizar somente características negativas, pois há, sim, aspectos positivos para os alunos do ensino médio, entre eles, a possibilidade de os estudantes terem data anual única para a realização do exame, o que facilita para as famílias organizarem o calendário, além de utilizar as notas como critério de entrada em instituições privadas, por meio do Prouni.

Além disso, algumas mudanças foram divulgadas pelo Inep, levando em conta as diretrizes do novo ensino médio, já em implantação no país, como a validação das matrizes de avaliação nas quatro áreas do conhecimento para a formação básica e os itinerários formativos, visando adequar o novo ensino médio conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O novo Enem começará a valer a partir de 2024, com alterações:

Por meio da Portaria nº 411, de 17 de junho de 2021 (BRASIL, 2021), é instituído Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de discutir e propor as diretrizes estruturantes do Enem e do Enceja, tendo em vista as recentes alterações ocorridas no âmbito da Educação Básica. Finalmente, a Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio, atualizando a matriz de avaliação do Novo Enem, com os seguintes prazos:

- 2021: elaboração e consolidação da versão preliminar das matrizes de avaliação das quatro áreas de conhecimento para a formação geral básica e os itinerários formativos;
- 2022: validação pedagógica das matrizes das quatro áreas do conhecimento, para a formação geral básica e os itinerários formativos, e elaboração da versão final; elaboração do documento básico do exame; publicação da portaria do Enem;
- 2024: aplicação do Novo Enem adaptado ao novo Ensino Médio e à BNCC. (BRASIL, 2022, p. 10).

A partir do exposto, considera-se que o Enem é a forma de acesso ao ensino superior mais democrático e acessível para a grande maioria de estudantes de nosso país. Vale ressaltar que problemas e disparidades sociais persistem desde o surgimento das primeiras universidades. Mediante o diálogo entre agentes do governo federal, instituições de ensino superior, entidades empresariais e sociedade civil, alcançaremos objetivos em comum.

Ademais, urge que o Brasil aumente o número de vagas do ensino superior. Também é necessário melhorar a qualidade educacional no país, em todas as esferas da educação básica, visando garantir a educação de qualidade a todos os cidadãos, assegurando condições para que os conhecimentos alcançados nos anos finais do ensino fundamental possibilitem dar seguimento aos estudos, conferindo aos estudantes a cidadania mais efetiva e plena, conforme apregoa a LDB em seu artigo 35:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

III - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 12)

Nesse sentido, a LDB orienta e auxilia os caminhos das políticas educacionais implantadas no país. Cabe salientar que o Enem não é a tábua de salvação para o ensino médio nem para o acesso ao ensino superior, mas oferece possibilidade de o aluno candidato inscrever-se em diferentes programas sociais, cursos e universidades (MELLO NETO et al, 2014).

### **1.5 Nosso pilar: a linguagem**

Esta pesquisa reflete sobre a linguagem. Para tratar desse tema tão complexo, partimos do que o Enem entende por linguagem:

A linguagem é considerada como a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e as experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. Podemos, assim, falar em linguagens que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas. Isso envolve a apropriação demonstrada pelo uso e pela compreensão de sistemas simbólicos sustentados sobre diferentes suportes e de seus instrumentos como instrumentos de organização cognitiva da realidade e de sua comunicação. Envolve ainda o reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, entre outras, estruturam-se de forma semelhante, sobre um conjunto de elementos (léxico) e de relações (regras) que são significativas: a prioridade para a língua portuguesa, como língua materna geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade; o domínio de língua(s) estrangeira(s) como forma de ampliação de possibilidades de acesso a outras pessoas e a outras culturas e informações; o uso da informática como meio de informação, comunicação e resolução de problemas, a ser utilizada no conjunto das atividades profissionais, lúdicas, de aprendizagem e de gestão pessoal; as artes, incluindo a literatura, como expressão criadora e geradora de significação de uma linguagem e do uso que se faz dos seus elementos e de suas regras em outras linguagens; as atividades físicas e desportivas como domínio do corpo e como forma de expressão e comunicação. Importa ressaltar o entendimento de que as linguagens e os códigos são dinâmicos e situados no espaço e no tempo, com as implicações de caráter histórico, sociológico e antropológico que isso representa. *É relevante também considerar as relações com as práticas sociais e produtivas e a inserção do aluno como cidadão em um mundo letrado e simbólico. A produção contemporânea é essencialmente simbólica e o convívio social requer o domínio das linguagens como instrumentos de comunicação e negociação de sentidos.* No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (BRASIL, 2020, p. 19-20, grifo nosso).

Nesse sentido, discutimos a linguagem com base em sua natureza mediante a epistemologia das ciências humanas sustentada pelos estudos teóricos do Círculo de Bakhtin. A intenção é apresentar o olhar do sujeito e a manifestação ou a materialidade de seu discurso na realização de seus textos no Enem, quanto à competência 2. Assim, há uma inquietação com relação à construção discursiva do estudante em seu projeto textual, ou seja, o sujeito, ao enunciar seu discurso, tem a sua peculiaridade que se constrói gradualmente, em uma esfera social e, ao ancorar seu discurso, utiliza um repertório sociocultural como parte de sua constituição. Esse repertório é um dos critérios utilizados pela grade de correção da avaliação de produção textual do Enem, logo há relevância sobre o seu uso na construção do texto.

Nesse viés, o estudante, ao concretizar seu discurso, indica suas apreciações axiológicas como sujeito social. Na interação discursiva, ambos se revelam, ou seja, o sujeito inserido em uma sociedade, em determinado momento histórico e ideológico, apresenta sua intencionalidade discursiva no texto do Enem. Cada sujeito está inserido em determinado campo social e na realidade que o cerca. Assim, esse sujeito, nesse caso, o aluno candidato aponta o seu discurso, considerando também o contexto social e histórico daquele momento, ou seja, cada sujeito parte de um lugar que ocupa socialmente e projeta suas ideologias, valores, vivências e discurso em seu texto, no qual enfatizamos a análise dialógica, pois é no texto que o sujeito tem o que dizer, apreciar e é onde haverá relações dialógicas com outros dizeres, com outros discursos, conforme ressaltado por Bakhtin:

A complexidade do ato bilateral de conhecimento-penetração. O ativismo do cognoscente e o ativismo do que se abre (configuração dialógica). A capacidade de conhecer e a capacidade de exprimir a si mesmo. Aqui estamos diante da expressão e do conhecimento (compreensão) da expressão. [...]neles se cruzam e se combinam duas consciências (a do eu e a do outro); aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro. (BAKHTIN, 2020, p. 394).

Desse modo, sempre haverá duas ou mais vozes que interagem nas relações dialógicas, nos mais variados contextos sociais, ou seja, haverá o eu e o outro nos entrecruzamentos dialógicos. Ao produzir os textos do Enem, os estudantes apontam, em seus discursos, o encontro de vozes, ou seja, o dialogismo, o que já foi dito por outras vozes. Assim, constituem-se relações dialógicas na produção textual, e, nesse viés bakhtiniano, todo discurso relaciona-se com outro já dito e com outro que será dito.

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos, revelam relações dialógicas se entre eles há, ao menos, alguma convergência de sentidos (ainda

que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista etc. (BAKHTIN, 2020, p. 331).

Mesmo sendo discursos distantes temporal e historicamente, a compreensão é sempre dialógica. Assim, vamos tratar da competência 2 da redação do Enem, que avalia a compreensão da proposta do tema, a interdisciplinaridade e a adequação à estrutura do texto dissertativo, quando podemos verificar como o estudante se apropriou das habilidades de leitura no contexto escolar e nas leituras de mundo, o que exige o repertório sociocultural.

Nessa direção, a pesquisa recorre à teoria bakhtiniana, pois o texto do estudante é sustentado por outras vozes, outros discursos que culminarão em novo discurso, pois, mesmo voltando ao que já foi dito, o que o estudante tem a dizer é novo, já que há, na relação dialógica, a absorção da palavra do outro. Segundo Volóchinov (2020), quando expressamos, apreendemos os enunciados de outros; não somos mudos, mas, ao contrário, somos repletos de palavras anteriores.

Em outra direção, faz-se necessário esclarecer que a pesquisa representa um estudo para colaborar em futuras discussões acerca de metodologias eficazes sobre o ensino de produção textual. Além disso, busca-se fomentar debates, em sala de aula, com os alunos que farão a prova de redação de futuras edições do Enem. Visa, também, contribuir para o debate sobre linguagem e produção textual com reflexões, sugestões que provoquem alguma mudança no contexto do ensino de língua materna.

Para a sua realização, adotamos a perspectiva bibliográfica, seguida de pesquisa documental com análise de dez redações nota 1.000 do Enem de 2020, considerando a competência 2 da matriz avaliativa. Assim, para dar sequência à relação dialógica, mais precisamente, sobre a escrita do estudante do Enem, mobilizamos, no capítulo 2, o referencial teórico do Círculo de Bakhtin acerca de linguagem.

## CAPÍTULO 2

### PRINCÍPIO MOTRIZ EM BAKHTIN: A LINGUAGEM

A obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Valentin Volóchinov (2018), é a base desta pesquisa, pois propõe os tópicos de suma importância aos estudos da linguagem, que, para Bakhtin e o Círculo<sup>6</sup>. O Círculo de Bakhtin refere-se a um grupo de intelectuais (oriundos da mesma época, por volta de 1890) de diferentes formações, como filósofos biólogos, pianista, professores e estudiosos de literatura, todos se reuniam regularmente entre os anos de 1919 a 1929 em São Petersburgo (conhecida também como Leningrado), na Rússia. Estes integrantes se reuniam para debater suas ideias. Os principais integrantes da área da linguagem são Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev.

Valetin Volóchinov era professor, tinha um interesse em história da música, porém formou-se em estudos linguísticos em 1927, dedicou na pós-graduação na mesma área do conhecimento. Pável Medviédv era formado em direito, tendo também a carreira de educador e de gestor na área de cultura, atuou também no jornalismo e lecionou literatura no Instituto Pedagógico Herzen, em Leningrado. Mikhail Bakhtin formou-se em estudos literários, atuou como professor, embora sem vínculos institucionais. Foi exilado, por motivos políticos, no Casaquistão. Somente após a Segunda Guerra Mundial encontrou um emprego permanente como professor de literatura no Instituto Pedagógico de Saransk (Mórdovia), onde aposentou em 1969, passando seus últimos anos de vida na região de Moscou, onde faleceu em 1975. Esse grupo recebeu este nome pelos encontros constante durante uma década e pela paixão pela filosofia e pelo debate de ideias. Mergulharam fundo nas discussões filosóficas tanto do passado vivido como em seu tempo. Não se pode deixar de mencionar a grande paixão dos integrantes do Círculo, a paixão pela linguagem. (FARACO, 2003). É muito mais do que olhar o sistema da língua, pois é pela linguagem que a interação humana se realiza. Conforme Bakhtin (2020, p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Consequentemente, a linguagem é fundamental para o desenvolvimento do ser humano e permite aos sujeitos compreender o mundo em que estão inseridos. Assim, a teoria bakhtiniana leva-nos a compreender as relações existentes entre os membros de uma sociedade.

---

<sup>6</sup> O Círculo de Bakhtin é a denominação dada pelos pesquisadores ao grupo de intelectuais russos que se reunia regularmente, no período de 1919 a 1974, entre os quais fizeram parte Bakhtin, Volóchinov e Medvedev.



A autoria de Valentin Volóchinov (2018) enfrenta controvérsias principalmente a partir dos anos de 1970. Grillo (2018) observa que a primeira edição de *Marxismo e filosofia da linguagem*, lançada em 1929, registra o nome de Volóchinov na capa. Brait e Pistori (2020) indicam que a primeira edição brasileira aponta Bakhtin e Volóchinov como autores com o nome deste último entre parênteses, como um pseudônimo ou uma forma de ressaltar a autoria do primeiro. Nessa direção, Fiorin (2020) esclarece que o livro assinado por Volóchinov é considerado de Bakhtin e, embora explicita sua opinião de que a obra seja de Volóchinov, pontua que o debate sobre essa autoria é amplo e ainda não concluído.

Quando foi professor em Nevel, entre 1918 e 1920, Bakhtin tinha um grupo de amigos, que, posteriormente, ampliou-se e passou a ser denominado de Círculo de Bakhtin, ao qual Volóchinov pertencia (FIORIN, 2020). Dessa maneira, conquanto, em algum momento, conclua-se que a obra não possa ser atribuída a Bakhtin, é inegável que haja conceitos de seu Círculo. Esse fator, somado ao debate sobre a autoria e as ideias de Bakhtin visíveis na obra, autoriza que a teoria exposta por Volóchinov seja chamada de bakhtiniana, como é defendido neste trabalho.

As noções de língua, texto e discurso são basilares da perspectiva bakhtiniana e são contempladas neste trabalho<sup>7</sup>. Além disso, a perspectiva dialógica, social e ideológica da linguagem permeia essa reflexão conceitual. Para Bakhtin e o Círculo, a linguagem produz e é produto das continuadas interações discursivas estabelecidas por sujeitos socialmente organizados em um contexto histórico, mediante relações dialógicas. Nesse sentido, apresentam-se as noções de língua, texto e discurso mediante o alicerce bakhtiniano, seguido pelo dialogismo, pelo enunciado e pelas vozes nos discursos sociais, no tocante à produção de texto, mediante estudos bibliográficos, de forma conceitual e reflexiva sobre a noção de língua na perspectiva bakhtiniana e do Círculo.

## 2.1 Língua na perspectiva bakhtiniana

A linguagem sempre foi interesse do homem, e decodificá-la é uma curiosidade para humanidade e um objeto de estudo. Contudo, não é interesse deste trabalho tratar das múltiplas

---

<sup>7</sup> As reflexões tecidas neste conciso trabalho não dão conta de toda a complexidade e fecundidade da teoria concebida por Mikhail Bakhtin. Assim, refletimos sobre algumas concepções que, em nossa visão, contribuem para os estudos da linguagem. Por mais que muitos conceitos de Bakhtin e do Círculo não estejam sistematicamente organizados na perspectiva analítica fechada, são reflexões que não se findam. Há, enfim, numerosos estudiosos, que buscam um ponto de partida para refletir sobre língua, texto, discurso e outras concepções relevantes. Consideramos que este trabalho pode ser mais um aporte para os esforçados iniciantes na filosofia bakhtiniana, pois possibilita estudar conceitos essenciais das ciências humanas.

definições de linguagem e de língua, mas construir um caminho para apresentar a linguagem na perspectiva bakhtiniana. Por meio da linguagem, o homem apresenta sua visão de mundo, sua cultura, até mesmo sua vida.

Bakhtin e o Círculo apontavam que a língua sofre influências ideológicas, ou seja, há uma carga de valores culturais que expressam as diferentes opiniões e as contradições dos sujeitos de determinada sociedade, logo torna-se um lugar de conflitos entre os falantes. No contexto histórico-social e de luta de classes, a língua é, ao mesmo tempo, produto e produtora de ideologias.

Nesse sentido, a teoria bakhtiniana distanciou-se da abordagem do suíço Ferdinand Saussure (1857-1913), para quem “a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir essa faculdade aos indivíduos” (SAUSSURE, 1975, p. 17). Por sua vez, a linguagem, sob a perspectiva bakhtiniana, é um processo constante de interação mediado pelo diálogo, não apenas um sistema autônomo.

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, é possível perceber que os conceitos sobre linguagem são diferentes da linguística saussuriana ou da estilística tradicional (BRAIT, 2005). Bakhtin, sobre questões da linguagem, não se restringiu à formalização abstrata nem às especificidades individuais, mas não despreza a contribuição desses estudos, conforme demonstrado em ser: “o papel da língua na contribuição do universo significante e o papel da literatura enquanto gênero discursivo privilegiado no que diz respeito à representação da complexa natureza dialógica da linguagem.” (BRAIT, 2005, p. 96).

No processo de interação verbal, o papel da língua é comunicar uma situação concreta, ou seja, a comunicação verbal é sempre acompanhada por situações sociais discursivas e não discursivas. Conforme Volóchinov (2018). Conforme, “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.” (Volóchinov, 2018, p. 220). Desse modo, a comunicação social acontece na interação discursiva dos falantes pela linguagem, em que os falantes assimilam e constroem seus discursos.

Diante disso, faz-se necessário apresentar a língua mediante a perspectiva bakhtiniana. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos, ou seja, é a realização da comunicação discursiva em todas as esferas da atividade humana, por isso o enunciado passa a refletir acontecimentos específicos de um campo social (Bakhtin, 2020). Assim, os preceitos bakhtinianos e a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* consideram

a concepção de linguagem construída com base na crítica radical às duas grandes correntes do pensamento filosófico-linguístico: o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato.

Na filosofia da linguagem e nas seções metodológicas correspondentes da linguística geral observamos duas tendências principais na solução do nosso problema, isto é, o problema do isolamento e da delimitação da linguagem como um objeto específico de estudo. Obviamente essa divergência fundamental entre as duas tendências compreende não só essa questão, mas também todos os demais temas da ciência da linguagem. A primeira tendência pode ser chamada de subjetivismo individualista na ciência da linguagem, e a segunda, de objetivismo abstrato. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 147).

Primeiramente, o subjetivismo individualista baseia-se na enunciação monológica da língua, no ato meramente individual como uma expressão da consciência e analisa o ato discursivo individual e fecundo como base da língua. Portanto, a primeira tendência do pensamento linguístico tem por premissas:

- 1) A língua é atividade, um processo ininterrupto de criação (ἐνέργεια), realizado por meio de atos discursivos individuais;
- 2) As leis da criação linguística são, em sua essência, leis individuais e psicológicas;
- 3) A criação da língua é uma criação consciente, análoga à criação artística;
- 4) A língua como um produto pronto (ἔργον), como um sistema linguístico estável (dotado de vocabulário, gramática, fonética), representa uma espécie de sedimentação imóvel, de lava petrificada da criação linguística, construída de modo abstrato pela linguística com o objetivo prático de ensinar a língua como um instrumento pronto. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 148).

Nesse sentido, as leis que regem a língua são subjetivas e individuais. Além disso, a língua é opaca, não é transparente nem um produto pronto. O mais importante teórico e fundador dessa primeira tendência foi Wilhelm von Humboldt, que influenciou outros nomes russos importantes nessa mesma linha de pensamento, como A. A. Potehniá<sup>8</sup> e seus seguidores. As ideias humboldtinianas indicam que a linguagem constitui o pensamento e, em seguida, o conhecimento, por isso é concebida como condição para expressar a vivência individual do sujeito e sua subjetividade na comunicação.

Por essa razão, coloca-se em primeiro plano o aspecto consciente-ideológico da língua. O principal propulsor da criação linguística é o gosto linguístico, que é uma espécie particular de gosto artístico. O gosto linguístico é aquela verdade linguística que mantém a língua viva e que o linguista deve revelar

---

<sup>8</sup> Este linguista não será referencial para estudo neste momento, embora tenha contribuído para o estudo da filosofia da linguagem.

em cada fenômeno da língua, se realmente quer compreendê-lo e explicá-lo. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 152).

Desse modo, o propulsor da criação linguística é particular, subjetivo e está internalizado com toda sua completude social, psíquica, política, econômica e cultural. A língua é um produto estável, e o falante, mediante o arcabouço linguístico e o aspecto consciente e ideológico, realiza atos discursivos individuais. Como segunda tendência do pensamento, há o objetivismo abstrato, que considera a língua um sistema ideal de formas linguísticas.

A diferença entre a primeira e a segunda tendência pode ser ilustrada com muita clareza do seguinte modo: as formas idênticas a si mesmas que compõem o sistema imóvel da língua (ἔργον) eram, para a primeira tendência, apenas uma estratificação morta da formação linguística real, que é a verdadeira essência da língua, realizada por meio de um ato individual, criativo e irreproduzível. Para a segunda tendência, justamente esse sistema de formas idênticas a si mesmas torna-se a essência da língua; já a refração individual e criativa e a variação das formas linguísticas são, para ela, apenas resíduos da vida linguística ou, mais precisamente, da imobilidade linguística monumental, apenas sobretons imperceptíveis e desnecessários do tom principal e permanente das formas linguísticas. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 161-162).

Desse modo, a diferença entre as duas tendências dá-se pelo fato de a primeira reduzir a língua a um sistema imóvel, realizado individualmente e a segunda perceber a língua como expressão interna da realidade, priorizando o interior, a subjetividade que lhe dá fundamento.

Para continuar essa reflexão, faz-se necessário apresentar Ferdinand Saussure, importante linguista suíço que, em meados do século XIX, apresentou as bases do pensamento científico da linguística atual e “parte da distinção de três aspectos da língua: linguagem (*langage*), língua como sistema de formas (*langue*) e fala (*parole*) ou ato individual discursivo, enunciado.” (VOLÓCHINOV, 2018). Saussure foi um linguista que influenciou bastante outros estudiosos da linguagem.

De acordo com Saussure, a linguagem (*langage*) não pode ser o objeto da linguística. Ela, por si só, é privada de unidade interior e de leis independentes e autônomas. Ela é heteróclita, isto é, heterogênea. É difícil de compreender a sua composição contraditória. É impossível, permanecendo em seu terreno, dar uma definição precisa do fato linguístico. A linguagem não pode servir como ponto de partida de uma análise linguística. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 166).

Pela perspectiva bakhtiniana, a verdadeira substância da língua não está no subjetivismo individualista nem no objetivismo abstrato, já que o primeiro se baseia na enunciação monológica da língua, no ato genuinamente individual como uma expressão da consciência,

enquanto o segundo não considera a língua um fato social, mas um objeto abstrato ideal que abandona as manifestações orais individuais e propõe um sistema abstrato de formas linguísticas. A verdadeira substância da língua está no fenômeno social da interação verbal, conforme Volóchinov (2020), “na sociedade contemporânea, depois do estudo das formas e dos tipos de comunicação discursiva ou interação verbal e das mudanças que essas formas e tipos sofrem sob a influência direta da ordem sociopolítica e das relações de produção.”

Assim, não há uma definição única do que seria língua. Para os russos do Círculo, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (VOLÓCHINOV, 2018, p. 101), o signo ideológico, ou seja, o material semiótico que se dá pela interação entre indivíduos em determinadas sociedades, constitui uma parte material da realidade em que estamos inseridos e penetra no organismo individual. Nesse caso, a linguagem permeia as relações sociais entre os sujeitos falantes da língua e permite ao ser humano entender o mundo que o cerca. Nas relações importantes e indispensáveis entre os sujeitos, a língua é considerada um lugar de embates e lutas sociais, evidenciando, assim, uma carga ideológica. Além disso, a ideologia é um conceito relevante que abrange lugares importantes, como a arte, a ciência, a religião, a ética, a filosofia e a política, que, por sua vez, são reflexos da realidade social.

O conceito de signo ideológico é a chave para tratar da relação entre o pensamento e a língua e, segundo Volóchinov (2018), abre caminho para a importância da linguagem, que gera a atividade mental, tornando o signo e a enunciação de caráter social, na medida em que a ideologia a determina. Logo, tudo que é ideológico contém significado. Em outras palavras:

Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade. Qualquer fenômeno ideológico sócio é dado em algum material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante. Nesse sentido, a realidade do signo é bastante objetiva e submete-se unicamente ao método monista de estudo objetivo. O signo é um fenômeno do mundo externo. Tanto ele mesmo, quanto todos os efeitos por ele produzidos, ou seja, aquelas reações, aqueles movimentos e aqueles novos signos que ele gera no meio social circundante, ocorrem na experiência externa. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 94).

Assim, o signo ideológico está inserido em cada campo da sociedade e tem o caráter de realizar-se socialmente e refratar o mundo a seu modo. Logo, o signo ideológico é a materialização do convívio nas relações entre os indivíduos da sociedade em que se encontram. Na perspectiva bakhtiniana, a língua apresenta condições de materializar esse aspecto semiótico do signo. Como ressalta Stella (2020, p. 178):

Não somente a palavra, mas também a linguagem em geral, é concebida e tratada de uma outra forma, levando-se em conta sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso. Isso significa que, no pensamento bakhtiniano, a palavra reposiciona-se em relação às concepções tradicionais, passando a ser encarada como um elemento concreto de feitura ideológica.

Nesse sentido, a palavra faz parte do cotidiano de todos os falantes de forma concreta, em todas as línguas e em todos os contextos sociais. Ela apresenta nossa ideologia nas relações dialógicas empregadas com os sujeitos nas interações sociais cotidianas, em todo momento histórico. Portanto, a palavra está inserida em nossa comunicação, em todos os campos sociais, relaciona-se à vida e faz parte do processo de interação entre os sujeitos. Na sociedade, o falante, ao relacionar-se com o outro, expressa valorações presentes em toda sua vivência e, ao interagir com o interlocutor, compartilha esses atributos.

O falante, ao dar vida à palavra com sua entoação, dialoga diretamente com os valores da sociedade, expressando seu ponto de vista em relação a esses valores. São esses valores que devem ser entendidos, apreendidos e confirmados ou não pelo interlocutor. A palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva. (BRAIT; STELLA, 2020, p. 178).

Desse modo, os sujeitos, pela palavra, atribuem valorações e posicionam-se historicamente, na sociedade em que estão inseridos. Assim, ao pensar em campos sociais, ou seja, nas atividades, nos diversos papéis que desempenhamos historicamente, efetuamos nossas relações comunicativas pela linguagem, ou seja, o lugar de interação verbal. É pela língua que as atividades, os compromissos e os vínculos acontecem. Como postula Bakhtin (2020, p. 261):

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua.

Os sujeitos estão ligados ao uso cotidiano da linguagem por meio das relações sociais. Segundo Bakhtin (2020), a língua efetua-se em forma de enunciados orais ou escritos, proferidos pelos integrantes de determinado campo de atividade humana. O enunciado, na perspectiva bakhtiniana, é entendido como unidade de comunicação discursiva. Para Bakhtin (2020), é necessário diferenciar a palavra da língua do enunciado concreto. Segundo o autor, a palavra da língua é desprovida de emoção, de juízo de valor, e o enunciado concreto é dotado de expressividade. Na concepção do Círculo, o enunciado é constituído por duas partes

inseparáveis: os fatores verbais e linguísticos e os fatores extraverbais e sociais. Nas palavras de Volóchinov (2018, p. 155):

Todo ato criativo individual, todo enunciado é individual e único, porém em todo enunciado há elementos idênticos aos dos outros enunciados de um dado grupo discursivo. São justamente esses elementos idênticos - fonéticos, gramaticais, lexicais - e, portanto, normativos para todos os enunciados que proporcionam a unicidade de dada língua e sua compreensão por todos os membros de dada coletividade.

A partir dessa concepção, cada falante tem, em sua subjetividade, uma valoração sobre o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado. Portanto, é por meio da língua que a consciência do indivíduo, em suas relações sociais, entra em contato com outros indivíduos e, assim, organiza suas experiências e modifica a si mesmo e aos outros. É pelo signo ideológico que a língua, o mais importante material semiótico, propaga ideologias provenientes de esferas da comunicação social.

A língua no processo de sua realização prática não pode ser separada do seu conteúdo ideológico ou cotidiano. Para separar de modo abstrato a língua do seu conteúdo ideológico ou cotidiano, também seria necessária uma orientação específica, não condicionada pelos objetivos da consciência falante. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181).

Na análise bakhtiniana, a língua é entendida como um fenômeno social de interação verbal, realizada pela enunciação. Não é constituída apenas por um sistema linguístico com leis internas e externas, mas pela língua realizada na fala, na interação social entre um ou mais sujeitos, em um diálogo “compreendido de modo mais amplo, não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 219). Assim, a língua é fundamental para a comunicação social entre os sujeitos, e sua existência está inserida na vida social e cotidiana, como na arte, na literatura, no cinema, ou seja, nos espaços sociais de interação verbal entre os falantes. É necessário, então, considerar a linguagem como fator de constituição dos sujeitos nas relações sociais e nas suas interações.

A evolução real da língua também ocorre na mesma ordem: a comunicação social se forma (fundamentada na base), nela se criam a comunicação e a interação verbal e nessa última se constituem as formas dos discursos verbais e, por fim, essa formação se reflete na mudança das formas da língua (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220-221).

Na concepção bakhtiniana, a interação discursiva constitui a realidade fundamental da língua e sua existência comunicativa na vida cotidiana, na arte, na literatura, na ciência, enfim, em todos os campos sociais aos quais os sujeitos interagem. Logo, a noção bakhtiniana de língua está atrelada a uma concepção de comunicação discursiva ampla, em que se situa o conceito bakhtiniano de *texto* como construto material e ideológico, do qual tratamos a seguir.

## 2.2 O texto e sua constituição material e ideológica

Fiorin (2018, p. 178), retomando o estudo de Brait e Melo, destaca que “há uma dificuldade em distinguir os conceitos de texto, enunciado e discurso na obra de Bakhtin. Ora eles se equivalem; ora se distinguem”. A noção de texto é uma categoria não exclusivamente verbal, mas está em todas as linguagens. Conforme Fiorin (2018, p. 178), “sendo o texto ‘um conjunto coerente de signos’, ele não é uma entidade exclusivamente verbal. Na verdade, ele é uma categoria presente em todas as linguagens, em todas as semióticas”. Logo, conforme Fiorin (2020), em Bakhtin, o texto manifesta o pensamento, a emoção, o sentido, o significado. Há, na perspectiva bakhtiniana, a distinção entre texto e enunciado, segundo a qual o texto:

É um todo de sentido, marcado pelo acabamento, dado pela possibilidade de admitir uma réplica. Ele tem a natureza dialógica. O enunciado é uma posição assumida por um enunciador, é um sentido. O texto é a manifestação do enunciado, é uma realidade imediata, dotada da materialidade que advém do fato de ser um conjunto de signos. O enunciado é da ordem do sentido; o texto, do domínio da manifestação. O enunciado não é manifestado apenas verbalmente, o que significa que, para Bakhtin, o texto não é exclusivamente verbal, pois é qualquer conjunto coerente de signos, seja qual for sua forma de expressão (pictórica, gestual etc.). (FIORIN, 2020, p. 57).

Nesse viés, texto e enunciado distinguem-se e interrelacionam-se. O texto é a materialidade, a manifestação do enunciado, que indica, pelo conjunto de signos, a posição assumida pelo enunciador na realidade da expressão. Além disso, o texto não é somente verbal, pode ser manifestado em todas as suas possibilidades do signo e concretiza o enunciado, que contém a ordem do sentido.

Nas relações dialógicas, em toda sua completude não só verbal, mas também em toda forma de expressividade, há diferença entre texto e discurso. O texto tem um papel vasto no campo da linguagem, pois constitui a realidade, tornando-a perceptível, assim, podendo representar o homem social e a sua linguagem, pois sua construção e sua linguagem são mediadas pelo texto, por meio do qual o homem apresenta suas ideias, sentimentos e outras



possibilidades (BAKHTIN, 2020). Assim, inferimos que essa concepção de texto vai ao encontro da noção de enunciado.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2020, p. 261).

Para Bakhtin, o emprego da língua ocorre por enunciados, entendidos como unidade real da comunicação discursiva (2020). O texto é a materialização de nossa atividade enunciativa e é fundamental para apresentar nossa realidade e nossa ideologia. Conforme Volóchinov (2018, p. 213), “os sistemas ideológicos formados - a moral social, a ciência, a arte e a religião - cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência”. Desse modo, o texto coloca os sujeitos diante do mundo tal como é construído e idealizado por eles.

Nesse sentido, o sujeito sendo um ser social ao se expressar, o enunciado é composto por ecos e ressonâncias de outros enunciados no âmbito das relações discursivas (BAKHTIN, 2020). Por isso, segundo Volóchinov (2018, p. 204), “o enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados, e, na ausência de um interlocutor real, ele é ocupado, por assim dizer, pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence.”

Quando pensamos em enunciados, referimo-nos aos sujeitos que mantêm relações discursivas no meio em que estão inseridos socialmente. Logo, cabe considerar as ideologias presentes em seu texto enunciado, repleto de valorações. Os sujeitos, no momento da materialização dos enunciados, apresentam um discurso ideológico único e individual, que não é igual nem repetido nas relações dialógicas materializadas, pois o enunciado muda em relação aos sujeitos, ao tempo e ao espaço. Nas palavras de Volóchinov (2018, p. 155):

Todo enunciado é individual e único, porém em todo enunciado há elementos idênticos aos dos outros enunciados de um dado grupo discursivo. São justamente esses elementos idênticos - fonéticos, gramaticais, lexicais - e, portanto, normativos para todos os enunciados que proporcionam a unicidade de dada língua e sua compreensão por todos os membros de dada coletividade.

Ao tratar das relações dialógicas, remetemo-nos ao diálogo. Conforme Volóchinov (2018, p. 219), “o diálogo, no sentido estrito da palavra, é somente uma das formas da interação

discursiva, apesar de ser a mais importante”. Assim, o diálogo não se restringe à comunicação direta entre os falantes, face a face, mas é compreendido como qualquer comunicação discursiva. Segundo Brait (2018), a afirmação do caráter dialógico da linguagem aponta para a consideração do diálogo como um conceito irradiador e organizador da reflexão.

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva. (MARCHEZAN, 2018, p.116).

Nesse diapasão, há uma reciprocidade entre os sujeitos, em cada enunciado que envolve o diálogo. Conforme Brait (2018 p. 117), “diálogo e enunciado são, assim, dois conceitos interdependentes”, ou seja, o enunciado de um sujeito possibilita e provoca o enunciado do outro, o que permite uma resposta na interação e na comunicação social entre os sujeitos. Dessa forma, pode-se afirmar que “a evolução real da língua também ocorre na mesma ordem: a comunicação social se forma (fundamentada na base), nela se criam a comunicação e a interação verbal” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220-221).

O estudo bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem em várias manifestações artísticas e na vida cotidiana, conforme Brait (2018). Desse modo, considerando a dimensão comunicativa, conceber única noção de texto é limitante. Assim, podemos considerar que:

As noções enunciado/enunciação têm papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente porque a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos. (BRAIT; MELO, 2020, p. 65).

Sobre esse ponto, o pensamento bakhtiniano permite grandes reflexões acerca de enunciado e enunciação relacionadas estreitamente à esfera social comunicativa e vinculada à valorização ideológica (BRAIT, 2020). Na mesma perspectiva, Brait e Melo (2020, p. 65) afirmam que “a concepção de enunciado/enunciação não se encontra pronta e acabada em determinada obra, em determinado texto: o sentido e as particularidades vão sendo construídos”.

Dessa forma, as noções de enunciado e enunciação estão diretamente ligadas a outros conceitos segundo Brait (2018). Nos estudos dialógicos e de linguagem, sob o viés bakhtiniano, a noção de texto está de tal forma ligada à de enunciado que se torna difícil não considerar

texto e enunciação como única entidade. Logo, o texto deve ser compreendido como um fato da interação social que inter-relaciona códigos verbais, não verbais e culturais. O termo “texto-enunciado” significa todos os discursos materializados que integram e constituem o sujeito socialmente. Para continuarmos neste aspecto teórico, o tópico seguinte faz um recorte sobre a noção de discurso, conceito complexo do estudo bakhtiniano sobre a linguagem.

### **2.3 O discurso: entrecruzamento de vozes**

A comunicação está presente nas relações que estabelecemos socialmente, por meio da natureza dialógica da linguagem. Segundo Fiorin (2020, p. 21), para Bakhtin, “a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica”. Nesse viés, pode-se afirmar que “todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2020, p. 22). Na construção do discurso, o sujeito falante deve considerar o “discurso de outrem, que está presente no seu”. Dessa forma, entende-se dialogismo como “relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (FIORIN, 2020, p. 22). Portanto, na perspectiva bakhtiniana, consideramos que o discurso está presente em nosso cotidiano e sempre dialoga com outros discursos.

Na sociedade, em suas várias esferas sociais, os sujeitos, em suas mais diversas relações, revelam seus posicionamentos pelos enunciados, e todos os enunciados são dialógicos, ou seja, todo enunciado constitui-se a partir de outro, portanto há vozes nesse fio discursivo. Sobre essa reflexão, Fiorin (2020, p. 28) explica que:

As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. A relação contratual com o enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais.

Assim, é nas relações dialógicas que os sujeitos buscam, mediante o discurso, entender-se na sociedade heterogênea em valorações. Dessa forma, os enunciados são sempre lugares de luta entre vozes sociais, pois sempre alguém tem o que dizer, e haverá outro a complementar o enunciado anterior ou discordar do outro que já proferiu anteriormente o enunciado. Por sua vez, o sujeito é constitutivamente dialógico, sempre haverá múltiplas vozes interagindo socialmente. Dessa maneira, o mundo é composto de diferentes vozes em relações ora concordantes, ora discordantes. Como sempre se relaciona com outros sujeitos, seu discurso

está sempre em constante vir a ser (FIORIN, 2020, p. 61). Nessa construção de discursos, as vozes são assimiladas de diferentes formas:

Há aquelas que são incorporadas como voz de autoridade. São aquelas a que se adere de modo incondicional, que são assimiladas como uma massa compacta e, por isso, são centrípetas, impermeáveis, resistentes a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. (FIORIN, 2020, p. 61).

As vozes de autoridade são representadas nas diversificadas esferas sociais, como instituições religiosas, grupos políticos, associações etc., são assimiladas e incorporadas pelos sujeitos em diferentes posições, desde o mais simples até o mais poderoso socialmente. A sociedade constitui a língua, e, em determinada comunidade, os sujeitos e os falantes compreendem o sentido dos discursos que envolvem sempre o “eu” e o “outro”. Segundo Fiorin (2020, p. 60), “o princípio geral do agir é que o sujeito atua em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro”. Assim, “o sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que compõem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas” (FIORIN, 2020, p. 61). Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico, e seu mundo é formado por diferentes vozes que ora se convergem, ora divergem. Isso ocorre em toda e qualquer sociedade e em todas as esferas sociais.

Nesse ponto, a proposta bakhtiniana pressupõe que tanto o aspecto social como o individual podem ser analisados a partir das relações dialógicas existentes, ou seja, “todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem” (FIORIN, 2020, p. 31). Logo, nas relações dialógicas entre os indivíduos, em uma sociedade, as vozes sociais na perspectiva bakhtiniana podem ser tanto sociais como individuais. Assim, em Bakhtin:

Os conceitos de individual e de social não são simples e estaques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta de opiniões dos indivíduos é social. Em segundo lugar, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. (FIORIN, 2020, p. 31).

Em várias esferas sociais, é possível entender que a identidade do *superdestinatário* varia entre os grupos, quanto ao momento sócio-histórico e ao espaço temporal dos sujeitos. O discurso será diferente em cada ação comunicativa em que o sujeito estiver inserido, pois as atividades humanas são diversas. Em uma sociedade, o sujeito relaciona-se com outros sujeitos; a partir das relações discursivas, situa-se em um contexto, apreende o mundo e constitui-se

mediante as várias vozes, tornando-se um ser social em uma realidade heterogênea, pois absorve não só uma voz, mas diversas vozes na interação. Conforme Fiorin (2020, p. 61), “como está sempre em relação com o outro, o mundo interior não está acabado, fechado, mas em constante vir a ser, porque o conteúdo discursivo da consciência vai alterando-se”. Assim, essas vozes são assimiladas, e os sujeitos constituem-se no vir a ser contínuo, percebido nas produções textuais dos candidatos ao Enem que, ao mobilizar as vozes sociais, usam discursos do passado, do presente e deixam, em aberto, o futuro, pois o texto nunca está acabado.

É interessante ressaltar que no processo de construção da subjetividade e da individualidade do sujeito, as vozes são obtidas continuamente, nos diversos campos sociais. Por isso, nas relações comunicativas, é necessário que dois indivíduos sejam socialmente organizados, ou seja, componham uma coletividade.

A consciência se forma e se realiza no material sígnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada. A consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis. A lógica da consciência e a lógica da comunicação ideológica, da interação sígnica de uma coletividade. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 97-98).

Na interação discursiva, na coletividade, a consciência individual constrói-se, reflete e refrata a voz coletiva. Desse modo, ao pronunciar-se, o sujeito movimenta a comunicação ativa e responsiva ao mesmo tempo, pois, ao apresentar seu discurso, o sujeito assume posição sobre determinada ideologia. No enunciado materializado pelo discurso, o sujeito responde a ele e espera uma resposta ativa do outro que lhe apresente ou mostre uma reflexão acerca desse movimento discursivo. Logo, a interação discursiva é uma troca entre os falantes, que esperam uma tomada de decisão ativa e responsiva.

Em cada ato discursivo, a vivência subjetiva é eliminada no fato objetivo da palavra-enunciado dita; já a palavra dita, por sua vez, é subjetivada no ato de compreensão responsiva, para gerar mais cedo ou mais tarde uma réplica responsiva. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 140).

Assim, as palavras são palcos para as demandas sociais e as lutas diversas. Nosso pensamento e o valor social interpenetram-se em único processo e objetivo para a comunicação social, conforme Volóchinov (2018). Percebe-se, portanto, que a responsividade é caracterizada pelo fato de que a “adesão incondicional ao dizer de outrem, se dá justamente no ponto em que este dizer se tensiona com outros dizeres, ou ‘outras vozes sociais’” (FARACO, 2009, p. 69). Não há como falar em diálogo e não se referir a enunciado, pois ambos são interdependentes,

ou seja, ao pronunciar um enunciado, o sujeito externa um pensamento, provocando no outro uma resposta. Esse diálogo social é a movimentação do discurso, ou seja, a alternância de vozes.

Assim, o diálogo, no sentido amplo do termo (“o simpósio universal”), deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais (uma espécie de guerra dos discursos), no qual atuam forças centrípetas (aquelas que buscam impor certa centralização verbo axiológica por sobre o plurilinguismo real) e forças centrífugas (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos tais como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a polêmica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc.). (FARACO, 2009, p. 69-70).

Nas relações discursivas, há os jogos do poder entre discursos circulantes na sociedade, e o sujeito apresenta sua valoração pela dialogização entre as interações. Logo, o discurso é como uma corrente e permite que o sujeito tenha uma compreensão melhor do processo comunicativo entre os falantes. Observa-se, na relação dialógica, a responsividade do falante, que, ao mesmo tempo em que fala, é também ouvinte. “Seu foco efetivo de atenção são as relações dialógicas, entendidas como relações de sentido que decorrem da responsividade (da tomada de posição axiológica) inerente a todo e qualquer enunciado” (FARACO, 2009, p. 121).

O homem, em toda a sua complexidade, relaciona-se com outros, portanto não é falso afirmar que o sujeito é social por natureza, e sua constituição na sociedade com outros sujeitos dá-se pela vivência verbal e sua interação discursiva. Como observa Bakhtin (2020, p. 164), “o espírito, leia-se a cultura, não pode ser dado como coisa, mas como produto da interação discursiva entre os indivíduos, isto é, como produto de diálogo e interação cultural que os indivíduos entabulam através de textos”.

A movimentação discursiva do homem dá-se, portanto, pela interação verbal e não verbal presente entre os sujeitos sociais, nas relações dialógicas. Os estudos de Bakhtin tratam de dialogismo e dividem o termo em duas dimensões: i) o diálogo entre interlocutores, que se baseia em interação da linguagem; ii) a relação entre discursos, conceituada por polifonia, ou seja, vozes alheias que marcam nosso discurso.

O diálogo, no sentido estrito da palavra, é somente uma das formas da interação discursiva, apesar de ser a mais importante. No entanto, o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo. (VOLÓCHINOV, p. 219)

O discurso é realizado socialmente, na interação entre os sujeitos, sob variadas formas, na comunicação, em suas diversas esferas. Ao produzirmos discursos em nossa sociedade, em

nossa cultura, não há único sujeito falante, pois os discursos ocorrem nas relações dialógicas. Assim, discurso é movimento, é transformação, pois a vida humana, em sua completude, tem a natureza dialógica. Conforme Faraco (2009, p. 76),

Viver significa tomar parte no diálogo: fazer perguntas, dar respostas, dar atenção, responder, estar de acordo e assim por diante. Desse diálogo, uma pessoa participa integralmente e no correr de toda sua vida: com seus olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com seu corpo todo e com todos os seus feitos. Ela investe seu ser inteiro no discurso e esse discurso penetra no tecido dialógico da vida humana.

Desse modo, o sujeito, em suas relações dialógicas e na interação com o outro, espera comunicar-se, ou seja, precisa do outro para tornar-se (FARACO, 2009). Portanto, o dialogismo está nas relações que estabelecemos uns com os outros, em constante interação discursiva, em determinado momento sócio-histórico em que os sujeitos estejam instaurados. Em seguida, apresentamos o referencial teórico que subsidia as considerações sobre o objeto de pesquisa.

#### **2.4 Perspectivas bakhtinianas**

A *Cartilha do participante de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, edição de 2020, orienta o candidato sobre o tipo de texto a ser produzido, em prosa e dissertativo-argumentativo, a matriz de referência para a redação de 2020 e as cinco competências de avaliação, além de fornecer redações de alunos do ano anterior, 2019. Esta pesquisa, em razão do objetivo traçado, focaliza a competência 2, que contempla “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2020, p. 8). Ademais, “outro aspecto da competência 2 é presença do repertório sociocultural, o qual configura uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta” (BRASIL, 2020, p.16), verificando, por conseguinte, se o participante está capacitado a aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento, mostrando ter autoria sobre a temática em questão.

Assim, buscamos, por meio deste estudo, traçar uma análise do *corpus* de 10 textos produzidos pelos participantes do Enem, investigando a heterogeneidade da escrita, ou seja, observando a complexidade discursiva e os diferentes argumentos mobilizados no trabalho de sua produção. Logo, esta pesquisa tem como objetivo analisar os caminhos discursivos que alguns participantes percorrem, para argumentar e identificar as relações dialógicas estabelecidas e as vozes mobilizadas em suas produções textuais.

Há valorações e ideologias de natureza social, política, econômica, familiar, cultural nessas produções. Os participantes são sujeitos que interagem socialmente, em várias esferas, campos sociais, de maneira que seus conhecimentos são frutos de interações verbais e de discursos institucionalizados na sociedade na qual estão inseridos. Para tratar desse discurso, nossa análise pauta-se em Bakhtin e em seu Círculo de estudos, com destaque para sua teoria sobre a noção de autoria e as relações dialógicas.

O estudo bakhtiniano é fascinante. O pensamento filosófico de Bakhtin sobre a concepção de linguagem é rico e complexo. O autor não se preocupou com o particular, com o singular, mas voltou-se para a existência concreta do ser humano. (FIORIN, 2020, p. 18-19). Os elementos acerca da linguagem estão integrados aos sujeitos. Dessa forma, Bakhtin e o Círculo não consideravam apenas os sujeitos biológicos, mas o ser social e histórico, tanto em atos não discursivos como em sua discursividade, construção de texto e discurso. (SOBRAL, 2020, p. 22-23)

A linguagem na perspectiva bakhtiniana é marcada por um olhar filosófico e epistemológico das ciências humanas. Bakhtin e o Círculo, na perspectiva social de sua teoria, apresentam a percepção de linguagem por meio da qual as pessoas estabelecem relações e constituem-se como sujeitos em toda a sociedade, em uma realidade atravessada pela interação verbal entre os indivíduos. Assim, Bakhtin apresenta uma investigação acerca da construção de sentidos, que está sempre em processo contínuo.

A teoria bakhtiniana leva em conta não somente as vozes sociais, mas também as individuais. Segundo ela, uma vez que um locutor não é Adão – que, segundo o mito bíblico, produziu o primeiro enunciado –, um discurso pode ser tanto o lugar de encontro de pontos de vista de locutores imediatos (por exemplo, num bate-papo, numa admoestação a um filho), como de visões de mundo, de orientações teóricas, de tendências filosóficas, etc. (por exemplo, na literatura, nos editoriais, nos programas partidários). Ao tomar em consideração tanto o social como o individual, a proposta bakhtiniana permite examinar, do ponto de vista das relações dialógicas, não apenas as grandes polêmicas filosóficas, políticas, estéticas, econômicas, pedagógicas, mas também fenômenos da fala cotidiana, como a modelagem do enunciado pela opinião do interlocutor imediato ou a reprodução da fala do outro com uma entonação distinta da que foi utilizada, admirativa, zombeteira, irônica, desdenhosa, indignada, desconfiada, aprovadora, reprovadora, dubitativa, etc. Todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem. (FIORIN, 2020, p. 30-31).

Os sujeitos, nessa perspectiva, são sociais, ou seja, para Bakhtin, as opiniões dos sujeitos são sociais, e seus enunciados são dirigidos a um superdestinatário, o qual tem responsabilidade no processo discursivo e varia a cada momento sócio-histórico, espaço-temporal e em grupo.



Isso nos leva a pesquisar a construção por meio da qual o sujeito se apropria do sentido em sua interação verbal com o outro, na medida em que as relações dialógicas são o fundamento das atividades de linguagem. Conforme Fiorin (2020, p. 27), “o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes”.

De acordo com a concepção de Bakhtin, a língua é o processo em que o sujeito constitui o pensamento, pois, nela, está enraizada uma ideologia. Assim, a língua, que é social e contínua, nunca é neutra. Volóchinov (2018, p. 181) esclarece que:

A língua no processo de sua realização prática não pode ser separada do seu conteúdo ideológico ou cotidiano. Para separar de modo abstrato a língua do seu conteúdo ideológico ou cotidiano, também seria necessária uma orientação específica, não condicionada pelos objetivos da consciência falante.

Nesse viés, mostramos, portanto, a importância da língua na sociedade. No contexto de nossa pesquisa, a intenção é apresentar como o participante do Enem mobiliza seu repertório sociocultural e como compreende a temática apresentada no concurso. Para tanto, embasamos nossos estudos nas concepções desenvolvidas por Bakhtin e o Círculo, principalmente, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, basilar para nossos estudos sobre a linguagem. Com essas contribuições teóricas sobre a linguagem que nos são indispensáveis, a análise das redações dos participantes do Enem 2020 está ancorada nos conceitos de dialogismo e enunciado, por meio da abordagem do discurso sob a perspectiva dialógica.

## **2.5 Relações dialógicas**

Quando se trata de estudos da linguagem, é necessário apresentar de onde se fala, pois há vários trajetos. O caminho assentado em Bakhtin está além da palavra ou da frase, envolve o discurso e o enunciado e como essas categorias se constroem no contexto sócio-histórico. Dessa forma, nossa intenção nesta pesquisa é apresentar, por intermédio da análise da escrita dos participantes do Enem de 2020, o discurso mobilizado nas redações dissertativas, tendo como parâmetro a competência 2, avaliada no exame e, como teoria norteadora, a concepção dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin, para quem:

A língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em

que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. (FIORIN, 2020, p. 21).

Assim, nas relações dialógicas, o enunciado é perpassado pelo enunciado de outros, que já foi realizado em algum momento. Logo, para constituir seu discurso, o sujeito leva em consideração o discurso do outro. Como vimos, diálogo, na perspectiva bakhtiniana, não é apenas a interação que se configura em turnos de fala, mas uma dimensão inerente à atividade comunicativa. Todo ato enunciativo é, por natureza, dialógico, pois sempre há relações dialógicas entre os sujeitos falantes de uma língua. É a partir desse ponto de vista que entendemos a escrita.

A produção textual escrita do aluno sempre é um assunto discutido na sala dos professores e está em pauta entre os colegas da área de língua portuguesa. Além disso, não há um consenso sobre as produções escritas, no que tange à competência 2.

Nosso estudo fundamenta-se em uma análise da produção textual de participantes do Enem de 2020. O *corpus* desta pesquisa é uma amostragem de 10 redações compiladas da *Cartilha Redação a mil*, 3. ed., de Lucas Felpi. Esse material está disponível nas mídias eletrônicas e em livrarias. Nela, há produções textuais que obtiveram nota 1.000, contemplando as cinco competências exigidas pelo exame. Os candidatos, entendidos como sujeitos situados social, cultural e historicamente, são identificados pelo nome. Não há, neste compilado, a história deles, suas experiências e vivências. Ademais, não apresentamos a discussão baseada no ponto de vista das instituições ou dos olhares de corretores de redação. O intuito é expor uma abordagem dialógica do discurso do participante, ancorada em Bakhtin e no Círculo, mediante a episteme das ciências humanas.

Ao contrário do caminho empreendido pelos estudos linguísticos, que tomaram a língua por objeto e começaram pela busca de unidades mínimas ou de unidades até a dimensão da frase, Bakhtin afirma que a especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou o discurso) (1992, p.31). Em outras palavras, as ciências humanas voltam-se para o homem, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. (BARROS, 2020, p. 26).

Os sujeitos são identificados, conhecidos e construídos por seus textos. A perspectiva bakhtiniana mostra-os em diferentes momentos sociais. Logo, o texto, sob esse olhar, é objeto das ciências humanas, que analisam o sujeito na sociedade em que está inserido (BARROS, 2020). Dessa forma, entendemos que o sujeito é conhecido dentro e fora do texto, por isso esta pesquisa aporta-se em Bakhtin e no Círculo. As relações dialógicas estão estabelecidas

socialmente; ora se aproximam, ora se distanciam, mas sempre perpassam a palavra do outro, seja agora, seja a dita anteriormente:

Uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. (FIORIN, 2020, p. 22).

Os objetos do mundo nos são apresentados por outros discursos ou apreciações de outrem. Na perspectiva bakhtiniana, o participante da redação do Enem evidencia um discurso que parte da cadeia de discurso; há, portanto, a fusão dialógica. Porém, esse enunciado é único, como bem elucida Fiorin (2020, p. 23): “os enunciados são irrepitíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios”.

Será necessário, pois, atentar para as relações dialógicas, o diálogo entre os sujeitos e a interação entre eles, tendo em vista que é por meio das relações estabelecidas socialmente que se expressam. Pela linguagem, os sujeitos cumprem seu papel de comunicação e expressam-se mediante as relações dialógicas, as quais “não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos” (FIORIN, 2020, p. 21).

Entendemos que os participantes do Enem, sobre determinado tema, utilizam um enunciado que é uma réplica a outros discursos, pois todo enunciado é dialógico (FIORIN, 2020). Para o Círculo, o dialogismo realiza-se na interação verbal dos sujeitos. Dessa forma, o diálogo entre os sujeitos e suas relações dialógicas constituem-se na interação discursiva pela linguagem. Acerca desse assunto, podemos mencionar Brandão (2020, p. 268) “é pela linguagem que o homem se constitui enquanto subjetividade, porque abre espaço para as relações intersubjetivas e para reconhecimento recíproco das consciências”. Assim, Bakhtin apresenta sua teoria sobre dialogismo como princípio da linguagem.

Na comunicação discursiva, cada sujeito tem sua singularidade no universo das palavras. Como assevera Fiorin (2020, p. 32), “a singularidade de cada pessoa no ‘simpósio universal’ ocorre na ‘interação viva das vozes sociais’. Nesse ‘simpósio universal’, cada ser humano é social e individual”. Nesse sentido, o sujeito não fica fora dos discursos, haja vista que as vozes sociais são constituintes dele. Em outras palavras, o discurso de “um” é carregado

do discurso do “outro”. Por conseguinte, nossa pesquisa visa analisar essas vozes sociais mobilizadas nas produções textuais dos participantes do Enem de 2020.

As relações discursivas são centradas na linguagem, na perspectiva bakhtiniana. Logo, os sujeitos, ao apresentar suas intenções, suas ideias, fazem-no pela palavra, por meio do discurso, seja ele simples, seja complexo. Segundo Volóchinov (2018, p. 140), “toda palavra é um pequeno palco em que as ênfases sociais multidirecionadas se confrontam e entram em embates.” Assim, o participante do Enem mostra, nas relações discursivas, suas ideologias, seus acentos axiológicos por meio do discurso, do dialogismo.

Bakhtin apresenta quatro aspectos importantes acerca da interação verbal. Trata-se de apontamentos sobre a concepção de dialogismo entre os sujeitos, na comunicação discursiva:

- a) Interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem (Bakhtin vai mais longe do que os linguistas saussurianos, pois considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação dos interlocutores funda a linguagem);
- b) O sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos;
- c) A intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto;
- d) As observações feitas podem conduzir a conclusões equivocadas sobre a concepção bakhtiniana de sujeito, considerando-a “individualista” ou “subjetivista”. Na verdade, Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade. (BAKHTIN, 2020, p. 29).

Bakhtin (2020) ressalta que a interação entre os interlocutores é o principal elemento da linguagem, pois o entendimento entre os falantes é fundamental para as relações discursivas que se expressam socialmente. Sobre os aspectos de sua concepção de dialogismo, é nas relações dialógicas entre os sujeitos que há compreensão. Assim, é possível mencionar que os sujeitos, ao expressar suas ideias, contêm um acervo anterior de conhecimento e expressão. Além disso, depreendemos que os sujeitos, ao situar seus discursos, no sentido do dialogismo, incorporam palavras de outros sujeitos, de outras vivências, conferindo, em sua enunciação, uma atitude individual. Isso se dá em decorrência de, conforme Bakhtin, o dialogismo ser:

O princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. [...] o discurso não é individual, nas duas acepções de dialogismo mencionadas: não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um “diálogo entre discursos”, ou seja, porque mantém relações com outros discursos. (BARROS, 2020, p. 32).

Destarte, o discurso é social e histórico. O dialogismo estabelece, em suas enunciações, uma relação única, expressa um sujeito único, determinando seu enunciado que coincide com várias vozes e replica um diálogo único no processo das relações dialógicas. Nessa direção, Zoppi-Fontana (2005, p. 111) esclarece: “o conceito de dialogismo sustenta-se na noção de vozes que se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que atravessam a enunciação”.

## **2.6 Enunciado: vozes percorridas nos discursos sociais**

Bakhtin, Volóchinov, Medvedev e outros nomes fazem parte do que nominamos Círculo de Bakhtin. Eles postularam a teoria acerca dos estudos da linguagem que contempla as relações dialógicas, os discursos que circulam socialmente. Assim, nessa perspectiva, “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2020, p. 261). Dessa forma, os enunciados fazem parte do cotidiano das pessoas, e a língua e a linguagem concretizam-se neles.

Cada enunciado é único. Cada sujeito enuncia particularmente seu discurso. O enunciado expressa, no contexto social em que o sujeito está inserido, sua ideologia, seus planos, suas ações em todos os campos e esferas das relações dialógicas vivenciados. Logo, “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.” (Bakhtin, 2020, p. 272).

Todo enunciado – oral ou escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva (*rietchevóie e obschênie*) – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. (BAKHTIN, 2020, p. 265).

Cada sujeito ou falante, ao enunciar nos campos de comunicação discursiva, acentua sua individualidade, seu modo, seu estilo, sua expressividade. O enunciado considera o momento, o pensamento, as ideologias dos sujeitos naquele espaço e tempo em que se inserem. Por isso, quando pensamos em enunciados, não podemos deixar de relacionar os falantes, pois os enunciados proferidos são repletos de valorações entendidas na realização do enunciado, ou seja, os sujeitos, ao enunciar, consideram seu enunciado individual e único, pois o enunciado não é igual a outro nem é repetível, ainda que cada campo, cada momento em que é proferido sejam relativamente estáveis. Sobre isso, Bakhtin (2020, p. 262) assevera que, “evidentemente,

cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”.

Bakhtin, em *Os gêneros do discurso* (2020), detalha o funcionamento do enunciado, diferenciando-o de frase. Segundo o autor, o enunciado é uma unidade da comunicação discursiva entre os falantes, e a frase é uma unidade da língua. Assim, as frases estão mais para a abstração, pois não estão encaminhadas a um sujeito especificamente. Porém, os enunciados são marcados pelos falantes na comunicação discursiva concreta, real, por isso não há um sujeito abstrato, tendo em vista que os enunciados requerem outros responsivos.

Portanto, toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma frase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas em resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes. (BAKHTIN, 2020, p. 272).

Ao longo do estudo sobre enunciado, verificamos, diversas vezes, a afirmativa: “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2020, p. 272). Isso permite concluir que o falante, ao expressar-se e tornar sua fala inteligível, mostra seu discurso, respondendo, em maior ou menor nível, ao que já foi dito anteriormente, pois os enunciados antecedem outros enunciados. Em vista disso, a comunicação discursiva manifesta-se na relação do sujeito falante ativo com o papel ativo do “outro”, pois “o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a determinado sujeito do discurso e, fora dessa forma, não pode existir” (BAKHTIN, 2020, p. 274).

Nas relações discursivas do cotidiano, faz-se necessária a compreensão da comunicação discursiva, de maneira que o falante deixe clara, em seus enunciados, a constituição desse enunciado, que está em movimento, pois há ininterruptas trocas que dependem de momentos diferentes e contextos sociais diversos. Para Bakhtin (2020, p. 275):

Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela alternância de sujeitos do discurso, ou seja, pela alternância dos falantes. Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois de seu término, os enunciados responsivos dos outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva.

O enunciado é uma conexão fidedigna, delimitada pela alternância dos falantes dos discursos expressos socialmente. Para Bakhtin (2020, p. 279-280), é “a alternância dos sujeitos do discurso que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados”. Cada enunciado é, pois, réplica de outros discursos na interação discursiva, na comunicação discursiva. É fundamental ressaltar que todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva, todo falante oferece ao “outro”, e o “outro” é ativo e responsivo, ao receber esse enunciado. Por isso, Bakhtin (2020, p. 289) afirma que “a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”.

Volóchinov (2018, p. 353), ao tratar da essência da língua, esclarece que a comunicação discursiva está nos enunciados concretos, pois “a língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes”. Assim, os falantes compartilham, com suas valorações, seu pensamento, sua ideologia organizada em enunciados, em cada grupo social e em várias esferas e campos discursivos.

Os enunciados concretos funcionam como textos responsivos, cercados por palavras alheias em uma realidade vivenciada por sujeitos, de modo que “o real juízo de valor só pode ser realizado pelo falante em seu enunciado concreto. As palavras não são de ninguém; em si mesmas, nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos” (BAKHTIN, 2020, p. 294). Os enunciados emitidos em uma cadeia atuam de modo a expressar a posição valorativa individualmente daquele momento sócio-histórico vivenciado pelo sujeito.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época, e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em roupagens verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças etc. (BAKHTIN, 2020, p. 294).

Dessa forma, é no contexto sócio-histórico no qual estamos inseridos, sob a perspectiva bakhtiniana, que embasamos esta pesquisa, na medida em que o enunciado é dialógico e sua constituição dá-se a partir de outro enunciado. Além disso, sempre haverá outras vozes na relação dialógica. Como apregoa Fiorin (2020, p. 24), “o enunciado é a réplica de um diálogo,

pois cada vez que se produz um enunciado, o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos”.

Nesse sentido, é nas relações dialógicas entre os sujeitos que nossa pesquisa se assenta, ou seja, ao expressarmos nosso discurso, relacionamo-nos com o discurso do outro, pois construímos diálogos entre, pelo menos, dois interlocutores. Assim, nossos estudantes, ao expressar seu pensamento na produção textual do Enem, fazem um diálogo entre discursos. Nisso reside o pensamento bakhtiniano:

A linguagem é, por constituição, dialógica e a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois, a partir do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, instalam-se na língua choques e contradições. Em outros termos, para Bakhtin, no signo confrontam-se índices de valor contraditório. Assim, caracterizada, a língua é dialógica e complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas do discurso. (BARROS, 2020, p. 33).

O dialogismo está conexo nas relações discursivas sociais e históricas, ou seja, um texto envolve várias vozes, e há entrecruzamento discursivo que se completa e que se contradiz, pois a língua é dialógica e complexa. Logo, a linguagem é essencialmente dialógica, e, para essa interação verbal realizar-se, os sujeitos inter-relacionam-se de forma ativa e responsiva, com outros enunciados. Para Barros (2020, p. 33) “a linguagem, seja ela pensada como língua ou como discurso, é, portanto, essencialmente dialógica.”

Com isso, nossas relações dialógicas são constituídas de enunciados, sempre repletos de vozes sociais ditas em outros momentos, as quais podem manifestar discursos dissonantes ou consoantes, o que não seria diferente nas provas de redação do Enem, *corpus* de nosso estudo. Assim, no capítulo 3, trataremos de documentos importantes na área da educação que são caros à nossa pesquisa.



### CAPÍTULO 3

## DOCUMENTOS EDUCACIONAIS SOBRE PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA: BUSCANDO AUTONOMIA NA LINGUAGEM

Em toda sociedade, há leis e diretrizes que norteiam os vários campos sociais. No contexto educacional brasileiro, políticas públicas e instrumentos normativos constitutivos orientam os currículos, os processos de formação, sua organização, a avaliação etc. Para o dia a dia educacional, há documentos oficiais que guiam o trabalho, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, entre outros. Neles, podemos perceber o reconhecimento da importância do ensino da língua materna e suas possibilidades na sociedade. Nesta pesquisa, apresentamos alguns desses documentos oficiais que norteiam o ensino de língua portuguesa, com especial ênfase em suas considerações sobre linguagem e texto.

As reformas do Estado implementadas no Brasil, na década de 1990, visavam adequar-se à reestruturação mundial do sistema capitalista, ou seja, à economia globalizada. Isso abrangia as reformas na área da educação, em todos os níveis, o que incluía os interesses do mercado, dos Estados e os hegemônicos do poder. Logo, tais reformas vieram com o discurso de aplicar as mudanças que ocorriam no final do século XX, como as tecnológicas, as socioeconômicas e as culturais, e aderiram à lógica capitalista e à ideologia neoliberal.

O ideário neoliberal assumido desde os anos 1990, no Brasil, com especificidades próprias, contou com a influência direta dos organismos internacionais, com destaque ao Banco Mundial (BM), que prescreveu em seus documentos orientadores das políticas: mais competitividade, abertura de mercados, concorrência, eficiência, eficácia, qualidade, produtividade. As reformas educacionais também deveriam acompanhar a lógica produtivista com ênfase na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental como fatores essenciais ao desenvolvimento do país, podendo ser traduzidas por ampliação e exploração do uso da mão de obra. (CÓSSIO, 2014, p. 1575).

Desse modo, entendemos que as políticas educacionais referentes ao currículo são de ordem estatal. Nesse sentido, há embates em nível econômico e sobre as relações sociais do Estado com outros modelos, mediante a globalização e o ideário neoliberal. O interesse pela educação continua sendo pauta de vários governos no sentido de desenvolvimento econômico, e, conseqüentemente, a mudança de currículos é importante. Diante disso, o Estado teria a intenção de elaborar um currículo nacional, pois já havia indicação constitucional conforme o

artigo 210 da Constituição Federal: “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, art. 210). Assim, a partir da década de 1990, reformas na área da educação foram praticadas, tendo como alvo principal o currículo escolar.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, há uma abordagem sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em seguida, são destacadas as dimensões pertinentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), que constituem referências importantes no âmbito pedagógico e no currículo educacional no país, principalmente no que tange à linguagem. Nesse sentido, explanamos a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que constitui referência estruturante para o ensino nas diferentes áreas do conhecimento. Por fim, no último tópico deste capítulo, apresentamos a *Cartilha do participante do Enem* com orientações para a prova de redação.

### **3.1 LDB: uma base como direção**

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4,024/1961. Posteriormente, essa legislação passou por várias reformulações, sendo uma das mais importantes a de 1996, (Lei nº 9396/96), que apresenta alterações significativas para a área da educação em nosso país. Desde meados da década de 1980, nossa sociedade vivenciava um momento ímpar, pois o Brasil estava em processo de redemocratização, saindo de um regime militar, e, assim, novas políticas sociais e educacionais ocorriam, o que culminou com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988. Assim, foi nesse contexto de mudanças que, em 1996, a LDB foi promulgada. Essa lei sofreu inúmeras mudanças ao longo de sua criação com vistas a aperfeiçoá-la, porém não houve um diálogo com a área da educação/entidades representativas do campo da educação em âmbito nacional, podendo dizer há limitações na LDB. Segundo Alves (2002), a LDB nº 9.394/96 é a culminância de um programa com vistas a um marco simbólico de um grupo neoconservador da educação brasileira da década de 90, no modelo neoliberal, implementado nos anos 90. Sendo assim, essa lei é ambígua porque conceitua, mas não assegura seu cumprimento. Pode-se ressaltar, que a LDB nº 9.394/96 adota um tom inovador, porém, isso ainda é pouco para atender as demandas que a educação brasileira necessita, ou seja, no quesito em melhorar a qualidade do ensino no Brasil frente as mazelas que assola a educação brasileira.

Essa lei visou reformar o ensino do país, trouxe algumas mudanças na educação básica e propôs novo olhar para a educação escolar. Entre algumas mudanças importantes, inclui-se o

ensino médio à educação básica. Essa etapa final constitui-se de, no mínimo, três anos, deixando como facultativo o ensino profissionalizante. Além disso, visa a desenvolver o exercício da cidadania pelos jovens, com vistas a preparar o estudante para uma vida ativa ao trabalho e para seguir seus estudos, levando-o a ser um sujeito crítico-reflexivo da sociedade na qual está inserido. Essas proposições, considerando seus limites e possibilidades, estão explicitadas no artigo 35 da LDB:

Art. 35º. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 14).

A partir do exposto, vemos uma lei que se propõe a pensar a formação do cidadão tanto no âmbito pessoal como no âmbito social. Com isso, a LDB insistiu, no papel da educação escolar, a formação de um sujeito autônomo, crítico, reflexivo e capaz de fundamentar seu aprendizado nas práticas sociais, focalizando a inserção social desse sujeito. Em meados da década de 1990, visíveis transformações ocorriam no mundo contemporâneo. Com isso, o mercado exigia nova proposta educacional em todos os níveis de ensino. Nosso olhar, nesta pesquisa, por questões de delimitação, está voltado para o ensino médio.

A LDB nº 9.394/96 tem uma atenção especial ao ensino médio. Assim, é esperado que o estudante esteja apto a dar seguimento a seu estudo superior e projetar o futuro. Essa etapa configura o desenvolvimento necessário para a construção de um sujeito crítico e reflexivo. Nesse sentido, lemos no texto da Lei que:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino

*fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;*

IV-A – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (BRASIL, 2017, p.11-12, grifo nosso).

A LDB preconiza a responsabilidade da União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, no estabelecimento de diretrizes para nortear os currículos necessários à formação básica comum a todos os estudantes com um conteúdo mínimo a ser ensinado nessa etapa formativa. Assim, em seu artigo 9º, a LDB defende um processo nacional de avaliação sobre o rendimento escolar na educação básica e superior, objetivando melhorar o sistema educacional brasileiro. Daí a necessidade de avaliar o aluno por meio de um exame, no caso o Enem, para aferir as prioridades e melhorar o ensino no país. Nesse sentido, o exame foi estabelecido como um norte para uma mudança ampla da educação. Podemos perceber esse propósito no documento oficial acerca do exame, em que se lê: “o Enem é realizado anualmente, com o objetivo fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2002, p. 7).

De acordo com o artigo 4º da LDB, “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio” (BRASIL, 2017, p. 9). Por isso, as mudanças relativas à formação escolar, aos currículos e à avaliação ocorreram em nossa sociedade. Nesse contexto, a LDB teve um papel importante para que o processo nacional de avaliação do ensino médio, o Enem, fosse realizado e possibilitou às instituições superiores mecanismos próprios de avaliação conforme normas e orientações do ensino médio.

Art. 51º. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2017, p.36-37).

O acesso ao ensino superior é diversificado. Há vários modelos para admitir os alunos dos anos finais do ensino médio com diferentes instrumentos de avaliação e seleção. A legislação assegurou a possibilidade de novos processos de avaliação por parte das universidades, legitimando, assim, a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas características são apoiadas em documentos, como LDB e PCN: “tem como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas de Conhecimento, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB” (BRASIL, 2002, p. 2).

### **3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): um norte para a educação**

A sociedade brasileira almeja excelente resultado no quesito educação, ou seja, ambiciona um sistema educacional que forme o cidadão e, para isso, apoia-se em parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação, em vista de ter estruturada em seu sistema a melhor educação. Nesse sentido, o Ministério da Educação visou, com bastante esforço, expandir a educação básica mediante competências e habilidades, propondo um currículo a partir do qual o cidadão possa formar-se e ter base para enfrentar a vida nos variados contextos da sociedade (BRASIL, 2002).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997) são documentos norteadores para a área educacional, principalmente para a educação básica, propondo a reorientação curricular em todo o país. Esse documento visa ser a base para uma proposta pedagógica nacional comum e a referência para as escolas brasileiras, os professores e os gestores da educação sobre possíveis mudanças e transformações. Nesse sentido, “os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 7).

Os PCN contaram com apoio, trabalho e auxílio de agentes sociais, como especialistas em educação e professores de todas as etapas educacionais. Com este documento, buscou-se levar orientações aos educadores de todo o país nas várias áreas do conhecimento. Essas contribuições vislumbraram fazer a diferença no dia a dia em sala de aula. Portanto, os PCN

compõem referenciais curricular e pedagógico relevantes para orientação e estruturação da sequência didática das várias disciplinas, hoje, transformadas em áreas de conhecimento. Nessa direção,

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor. Algumas possibilidades para sua utilização são:

- rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem e maneiras de avaliar;
- refletir sobre a prática pedagógica, tendo em vista uma coerência com os objetivos propostos;
- preparar um planejamento que possa de fato orientar o trabalho em sala de aula;
- discutir com a equipe de trabalho as razões que levam os alunos a terem maior ou menor participação nas atividades escolares;
- identificar, produzir ou solicitar novos materiais que possibilitem contextos mais significativos de aprendizagem;
- subsidiar as discussões de temas educacionais com os pais e responsáveis. (BRASIL, 1997, p. 7).

A partir dessas orientações sobre a prática pedagógica, nosso foco concentra-se na área de linguagens. Seguem orientações dos PCN para o ensino médio:

Para encaminhar um ensino compatível com as novas pretensões educativas e ampliar as orientações contidas nos PCN para o ensino médio com elementos ainda não explicitados, este volume dedicado especialmente às Linguagens, Códigos e suas Tecnologias procura:

- trazer elementos de utilidade para o professor de cada disciplina, na definição de conceitos estruturantes, conteúdos e na adoção de opções metodológicas;
- explicitar algumas formas de articulação das disciplinas para organizar, conduzir e avaliar o aprendizado;
- apontar direções e alternativas para a formação continuada dos professores do ensino médio, no sentido de garantir-lhes permanente instrumentação e aperfeiçoamento para o trabalho que deles se espera.

No âmbito de cada disciplina – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física e Informática – os conceitos e temas com os quais se podem organizar ou estruturar o ensino constituem uma composição de elementos curriculares e de competências e habilidades, no sentido em que esses termos são utilizados nos PCN do Ensino Médio ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (BRASIL, 2007, p. 13).

Dessa maneira, as linguagens passam a ter uma relevância considerável no espaço escolar e no currículo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são uma mudança interessante, pois orientam os profissionais da educação a investigar novas ideias, conceitos e metodologias para seu trabalho em sala de aula, estando sempre em processo de aperfeiçoamento em suas práticas, pois a capacitação é constante no meio educacional.

Os PCN, elaborados por especialistas em educação, traçaram um currículo apoiado em competências e habilidades para um perfil de jovens em busca de autonomia e dinamismo em uma sociedade em transformação. Esses documentos são basilares para o ensino fundamental e o ensino médio, fase da educação básica que nos interessa nesta pesquisa. Assim, o Ministério da Educação, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), visa ao desenvolvimento socioeducacional e à promoção de mudanças significativas na educação básica. Dessa maneira, segundo os PCN (BRASIL, 2000, p. 5),

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino-aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.

Em relação ao ensino médio, interessam-nos as diretrizes gerais dos PCN, que visavam repensar o novo ensino, baseadas em mudanças significativas no que tange à tecnologia, promovendo, assim, transformações na área do conhecimento tecnológico e geral, levando a educação a uma transformação teórica, refletida nas relações sociais do novo cidadão do século XXI, um sujeito capaz de manipular as máquinas que a década de 90 nos apresentava e em contato com as novas informações advindas das novas tecnologias. Com isso, os PCN visavam levar os alunos a uma formação mais completa possível e plena, opondo-se à específica de décadas anteriores, pois o novo século requeria um cidadão capaz de pesquisar, buscar novas informações, saber analisá-las e selecioná-las, além de ser capaz de criar, formular e aprender de maneira mais autônoma. Assim, em 1997, para atender o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, propunha para a educação básica em nosso país, surgiram os PCN. Segundo o documento:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p. 13).

Nesse sentido, trata-se de uma referência para a educação básica brasileira, visando orientar e permitir discussões acerca da melhoria do ensino. Em relação à língua portuguesa, uma proposta relevante é sistematizar a prática da leitura e da produção textual: “é possível aprender sobre a língua escrita sem necessariamente estabelecer uma relação direta com a língua

oral; por outro lado, não é possível aprender a analisar e a refletir sobre a língua sem o apoio da língua oral, ou da escrita” (BRASIL, 1997, p. 54). A escrita observada nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020 é o interesse desta pesquisa.

De forma específica, a prática de escrita, nos PCN, baseia-se na noção de gêneros discursivos. Assim, uma mudança significativa acontecia, logo os documentos apresentavam sequências didáticas mediante variados textos de determinados gêneros discursivos, partindo da ideia, segundo a qual,

Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, região (BRASIL, 2000, p. 21).

Nesse sentido, os PCN tiveram uma intenção abrangente com estruturas diferenciadas para a educação, pois propagavam à sociedade novo modelo de sequências didáticas, ou seja, parâmetros basilares para transformar o ensino em todo o país. Em relação à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, esse documento propôs sugestões que tinham como objetivo induzir o estudante à criticidade diante de sua língua materna e à multiplicidade de possibilidades nessa língua. Assim, os PCN de língua portuguesa, no que ao tange ao trabalho de expressão oral e escrita, explicitam que, para desenvolver seu conhecimento de forma plena, o estudante necessita da leitura e do texto em seu processo de ensino-aprendizagem, sabendo que as atividades de linguagem estão em vários campos comunicativos. Conforme os PCN,

A linguagem é considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. A linguagem é uma herança social, uma “realidade primeira”, que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo. (BRASIL, 2000, p. 5).

A linguagem constitui as relações discursivas que nos cercam e é por meio dela que podemos apreender, compreender o pensamento e as formas de ver o mundo, de dialogar com o outro. Ela é cultura em movimento. Dessa forma, a atividade discursiva do estudante de ensino médio efetiva-se na linguagem, pois é a partir dela que o sujeito falante interage com o outro e posiciona-se no campo social. É na interação discursiva entre os sujeitos, na possibilidade de



diálogo que apontamos nossas ideias e participamos com o outro na sociedade. De acordo com o documento dos PCN,

Nas práticas sociais, o espaço de produção de sentidos é simultâneo. Nesse, as linguagens se estruturam, normas (códigos) são partilhadas e negociadas. Como diz Bakhtin, a arena de lutas daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, relações de forças entre interlocutores. (BRASIL, 2000, p. 6).

Assim, a concepção de linguagem proposta nos PCN funda-se na natureza sociocultural e na interatividade da língua em vários eventos do cotidiano e nas várias relações do meio escolar, com destaque às práticas de interpretação e produção de textos. Esse documento insere, portanto, nova proposta e mudança de paradigma em relação à linguagem e ao ensino da língua, instigando mudanças nas atividades discursivas e nas reflexões linguísticas sobre a língua portuguesa, ou seja, não mais se trabalha a língua com o ensino sistemático de gramática, mas a partir de um olhar para as várias interações da linguagem, ultrapassando as limitações do texto estudado. Nesse caso, é possível afirmar que os PCN foram fundamentais para estruturar o Enem, pois a matriz curricular baseada em conteúdos e conhecimentos estava em consonância com as competências e as habilidades exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio, como se vê no documento básico,

Para estruturar o Exame, concebeu-se uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do ensino fundamental e médio que são próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo, correspondente ao término da escolaridade básica. Tem como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas de Conhecimento, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o Saeb. (BRASIL, 2002, p. 5-6).

A matriz de competências e habilidades foi essencial para fundamentar os conteúdos necessários para desenvolver o aspecto cognitivo dos sujeitos da educação básica. Em relação à língua portuguesa, nuclear na área de Linguagens Códigos e suas Tecnologias, o documento expressa que:

Na área de LINGUAGENS E CÓDIGOS estão destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande valia para a aquisição e formalização de todos os conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania. As escolas certamente identificarão nesta área as disciplinas, atividades e conteúdos relacionados às diferentes formas de expressão, das quais a Língua Portuguesa é imprescindível. Mas é importante destacar que o agrupamento das linguagens busca estabelecer correspondência não apenas entre as formas de

comunicação – das quais as artes, as atividades físicas e a informática fazem parte inseparável – como evidenciar a importância de **todas** as linguagens enquanto constituintes dos conhecimentos e das identidades dos alunos, de modo a contemplar as possibilidades artísticas, lúdicas e motoras de conhecer o mundo. A utilização dos códigos que dão suporte às linguagens não visa apenas ao domínio técnico, mas principalmente à competência de desempenho, ao saber usar as linguagens em diferentes situações ou contextos, considerando inclusive os interlocutores ou públicos (BRASIL, 2000, p. 93, grifos do autor).

Nesse sentido, os PCN de língua portuguesa apresentam a orientação voltada para a linguagem e a textualidade, mostrando o quão importante é o ato de ler e escrever, não por obrigação, mas para diversidade de possibilidades que a língua nos oferece. Para propiciar a concretização da leitura e do conhecimento linguístico em todos os seus recursos, o trabalho do professor em relação ao desenvolvimento textual do estudante passa a ser norteado e focalizado no texto. Nesse caso, os PCN orientam o ensino da língua portuguesa, considerando os aspectos comunicativos nos textos verbais e extraverbais que nos cercam socialmente. Em nossa pesquisa, mediante o texto do estudante candidato ao Enem, apresentamos e analisamos sua mobilização discursiva, da qual ele se apropria para manifestar suas ideias sedimentadas ao longo de sua formação na educação básica. Sobre a noção de texto, os PCN ressaltam:

Texto é um todo significativo e articulado, verbal ou não verbal. O texto verbal pode assumir diferentes feições, conforme a abordagem temática, a estrutura composicional, os traços estilísticos do autor – conjunto que constitui o conceito de gênero textual. A partir do pressuposto de que o texto pode ser uma unidade de ensino, sugere-se abordá-lo a partir de dois pontos de vista:

- Considerando os diversos aspectos implicados em sua estruturação, a partir das escolhas feitas pelo autor entre as possibilidades oferecidas pela língua.
- Na relação intertextual, levando em conta o diálogo com outros textos e a própria contextualização.

Para tanto, pode-se partir do texto literário bem como dos múltiplos textos que circulam socialmente. (BRASIL, 2007, p. 60-61)

Dessa maneira, a noção de texto verbal ou não verbal é assumida por múltiplas formas e abordagem, considerando vários aspectos oferecidos pela língua para sua composição e as relações com diversos tipos de textos que circulam na sociedade. Há uma infinidade de situações cotidianas em que os sujeitos expressam seus enunciados tanto na fala como na escrita, com outros sentidos, dependendo da situação em que se encontram os interlocutores (BRASIL, 2007). Assim, é de suma importância incentivar a produção textual, conforme ressaltam os PCN (2007, p. 61),

Quando se dialoga com alguém ou se lê um texto, é pela interlocução que se constroem os sentidos; também é nela que os interlocutores se constituem e são constituídos.

Tais conceitos perpassam quase todas as atividades da disciplina. Compete, porém, ao professor de Língua Portuguesa propor situações que incentivem a produção de textos orais e escritos nas quais se considerem:

- um público ouvinte ou um leitor específico;
- a situação de produção em que se encontram os interlocutores;
- as intencionalidades dos produtores.

O que se propõe é que as aulas de redação operem com esses conceitos, para que a atividade adquira significado para o aluno.

Dessa maneira, pela interlocução entre os falantes, construímos os sentidos das coisas, e, por meio do diálogo, os sujeitos constituem e são constituídos socialmente. Faz-se necessário, portanto, que nós, como professores de língua portuguesa, criemos situações para a produção textual, incentivando os alunos a materializar seus discursos socialmente construídos.

### **3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): um norte para a etapa final da educação básica**

O Ministério da Educação (MEC), em continuidade à política educacional, apresenta “o projeto de reforma do ensino médio como parte de uma política geral de desenvolvimento social que prioriza as ações na área da educação” (BRASIL, 2000, p. 5). Assim, em 2000, foram anunciados os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), organizados por áreas de conhecimento (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza; Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias), com o intuito de guiar e organizar os currículos dessa fase da educação básica. Em 2002, o MEC editou os PCN+, visavam orientar os profissionais da educação, especificamente, os professores e os gestores da educação básica. Assim, os PCNEM apresentam a reformulação do ensino médio em nosso país, conforme as diretrizes já estabelecidas na Lei 9394/96, regulamentada em 1998. Conforme podemos ler em seu texto,

Este documento tem como finalidade delimitar a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, dentro da proposta para o Ensino Médio, cuja diretriz será registrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e no Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98. As diretrizes têm como referência a perspectiva de criar uma escola média com identidade, que atenda às expectativas de formação escolar dos alunos para o mundo contemporâneo (BRASIL, 2000, p. 4).

A reformulação dos PCN buscou atender à demanda de atualizar a educação brasileira com preocupação sobre o futuro do estudante, visando possibilitar seu crescimento intelectual

e profissional. O ensino médio, portanto, intui formar um cidadão reflexivo, crítico e com capacidade para saber fazer. Assim, de acordo com a regulamentação, requer-se novo ensino, voltado não apenas para preparar o estudante para entrar no ensino superior ou em um curso técnico profissionalizante, mas também direcionado a formar o jovem para uma vida plena, para ser um cidadão capaz de aplicar seu conhecimento às práticas do cotidiano e seguir seus estudos. Portanto, os PCNEM visaram a articular o aprendizado em todas as áreas do conhecimento, ou seja, assumiram a responsabilidade de completar a educação básica em todas as suas modalidades, assim, preparando o estudante para a vida, qualificando-o para a cidadania e para o aprendizado pleno, seja para prosseguir seus estudos, seja para adentrar no mercado de trabalho. Sobre especificamente a língua portuguesa, podemos ler nos PCNEM que,

Pressupondo que os estatutos básicos relativos ao funcionamento da língua portuguesa foram aprendidos ao longo do ensino fundamental, cabe ao ensino médio oferecer aos estudantes oportunidades de uma compreensão mais aguçada dos mecanismos que regulam nossa língua, tendo como ponto de apoio alguns dos produtos mais caros às culturas letradas: textos escritos, especialmente os literários. As competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho. (BRASIL, 2007, p. 52).

A sociedade do novo século impõe a importância do olhar focalizado nas novas tecnologias. Para tanto, é necessário capacitar os estudantes para saber usar os instrumentos tecnológicos e os meios de comunicação mediante o processo adequado de ensino e aprendizagem. Isso visa à formação que inclua as ferramentas inovadoras presentes na sociedade do terceiro milênio. Com isso, no novo ensino médio proposto pelos PCNEM (2000), o foco está no objetivo de o estudante saber cumprir sua cidadania e preparar-se para as novas tecnologias presentes em nosso meio social. Isso significa,

- saber informar-se, comunicar-se, argumentar, compreender e agir;
  - enfrentar problemas de diferentes naturezas;
  - participar socialmente, de forma prática e solidária;
  - ser capaz de elaborar críticas ou propostas;
  - especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado.
- Uma formação com tal ambição exige métodos de aprendizado compatíveis, ou seja, condições efetivas para que os alunos possam:

- comunicar-se e argumentar;
- defrontar-se com problemas, compreendê-los e enfrentá-los;
- participar de um convívio social que lhes dê oportunidades de realizar-se como cidadãos;
- fazer escolhas e proposições;
- tomar gosto pelo conhecimento; aprender a aprender (BRASIL, 2000, p. 6).

Nesse sentido, inferimos que o novo ensino médio pretende levar os estudantes à prática da cidadania, para que saibam agir diante das dificuldades que a vida lhes apresenta, que saibam discutir temas variados e usar o senso crítico e reflexivo. Para garantir isso, os PCNEM (2000) têm as bases alicerçadas em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Assim, esses documentos norteiam os profissionais de educação a encaminhar os estudantes de acordo com as competências e as habilidades pertinentes. Nessa direção,

Os PCNEM explicitam três conjuntos de competências: **comunicar e representar, investigar e compreender**, assim como **contextualizar social ou historicamente** os conhecimentos. Por sua vez, de forma semelhante, mas não idêntica, o Enem aponta cinco competências gerais: **dominar diferentes linguagens**, desde idiomas até representações matemáticas e artísticas; **compreender processos**, sejam eles sociais, naturais, culturais ou tecnológicos; **diagnosticar e enfrentar problemas reais; construir argumentações;** e **elaborar proposições solidárias**. Tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, como no Enem, relacionam-se as competências a um número bem maior de habilidades. (BRASIL, 2000, p. 12-13, grifos do autor).

Diante disso, os estudantes poderão participar, de forma digna e cidadã, de todas as atividades da sociedade, idealizando cada competência como uma quantidade ou uma articulação coesa de habilidades. Visto que a etapa final da educação básica tem, por princípio, concretizar e aprofundar os conhecimentos alcançados nas fases anteriores (fundamental I e II), o ensino médio visa, também, preparar os estudantes para exercer a cidadania, prosseguir com os estudos e buscar o aperfeiçoamento e a plena formação mediante a ética, a intelectualidade e a criticidade. Em relação à língua portuguesa, os PCNEM orientam que:

O processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa, no ensino médio, deve pressupor uma visão sobre o que é linguagem verbal. Ela se caracteriza como construção humana e histórica de um sistema linguístico e comunicativo em determinados contextos. Assim, na gênese da linguagem verbal, estão presentes o homem, seus sistemas simbólicos e comunicativos em um mundo sociocultural. (BRASIL, 2000, p. 18).

Conforme os PCNEM, as linguagens estão em todas as relações humanas. Além disso, a linguagem verbal é a materialização de nossos pensamentos e reflexões, ou seja, é o texto que consolida o discurso. Assim, o estudante deve estar capacitado a expressar-se com propriedade

e criticidade. Nesse sentido, a linguagem em sua heterogeneidade possibilita a construção de discursos pelo estudante na sua contextualização, ou seja, a partir do mundo no qual está inserido. Isso é o que o PCNEM propõe:

O desenvolvimento da competência linguística [...], dentro dessa perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão, mas, principalmente, no saber utilizar a língua, em situações subjetivas e/ou objetivas que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores – a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística e dos inúmeros discursos concorrentes. (BRASIL, 2000, p. 11).

Assim, esperamos, de acordo com os PCNEM, que nossos estudantes, em anos finais do ensino básico, expressem, por meio de suas produções textuais, seus pensamentos e reflexões em todas as suas particularidades e especificidades e consigam transmitir sua maneira de apresentar a sociedade, a cultura com criticidade e autonomia, pois eles deverão, em seu texto, ser capazes de apropriar-se da língua materna em todas as suas possibilidades. Além disso, pela linguagem, apresentamos nossas vivências em diversos campos, como crenças, ideologias e opiniões, logo mostramos o mundo. Assim, é na língua portuguesa que nosso estudante, com sua produção textual, ao materializar o seu discurso, apresenta tudo que internalizou.

Nossa pesquisa visa mostrar essa produção textual no contexto do Enem e analisar a mobilização dialógica operada pelo estudante para acentuar suas reflexões acerca de um tema. No próximo tópico, discutimos um documento muito comentado nos últimos anos, em nosso país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

### **3.4 A BNCC e o ensino médio: um olhar para o protagonismo**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BNCC, 2017, p. 5).

Esse documento está de acordo com o que define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na qual há orientações éticas, políticas e estéticas, visando à formação humana integral e assegurando ao sujeito a aprendizagem baseada em um

planejamento pensado por uma coletividade acadêmica. Houve, em 2017, uma alteração na LDB 9.394/96, nos artigos 35 e 36, modificados e aprovados pela lei nº 13.415/2017.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – linguagens e suas tecnologias;
- II – matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
- V – formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o *caput* e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

- I – (Revogado);
- II – (Revogado);
- III – (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos de I a V do *caput*.

§ 4º (Revogado).

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o *caput*.

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

- I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;
- II – a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do *caput*, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do *caput*, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

I – demonstração prática;

II – experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III – atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV – cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V – estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI – cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no *caput*. (BRASIL, 2018, p. 26-27).

Com esses pressupostos, a alteração na LDB 9.394/96, no ano de 2017, teve a finalidade de autorizar que a BNCC seja fundamentada na pedagogia das competências. Assim, no documento aprovado em dezembro de 2017, estão relacionadas as dez competências gerais da educação básica, e os seus princípios estão esclarecidos no item “Os fundamentos pedagógicos da BNCC”. As disciplinas do ensino fundamental e do ensino médio também têm, em seus fundamentos, as competências específicas que devem ser trabalhadas e desenvolvidas pelos alunos da educação básica. Podemos perceber que a intencionalidade é um declínio da função da escola, do professor e do currículo, logo há uma intenção em negar o conhecimento, além do reforço ao pragmatismo, ao utilitarismo e ao tecnicismo na educação, ou seja, formar-se o sujeito para a empregabilidade e não para sua plena emancipação humana e cidadã. Ademais, a BNCC tem por finalidade controlar a formação dos sujeitos mediante o currículo da educação básica, o currículo de formação dos professores e a avaliação em larga escala, no caso, o Enem.

A BNCC, também, é a referência para os currículos educacionais da educação básica, ou seja, é o suporte que vários segmentos da educação no país têm. Igualmente, é o instrumento que contempla as particularidades locais e regionais do país, privilegiando o desenvolvimento educacional dos estudantes mediante as competências, mais precisamente as “dez competências gerais” da educação básica. Dessa forma, “ao longo da educação básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os



direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BNCC, 2017, p. 6). Tais competências norteiam o trabalho pedagógico. São elas:

#### COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Na BNCC, *competência* define-se por mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, para definir os processos complexos da vida cotidiana, o exercício da cidadania, porém vislumbra bastante, preparar o jovem para o mundo do trabalho. Conforme,

A escola em geral, em especial o ensino superior e universidade, cada vez mais tem sido vista em termos de instrumentalidade, funcionalidade, produtividade, eficiência e formação profissional. Como organização de ensino e preparação para o trabalho, não tem sentido e valor nela e por ela mesma, a não ser como investimento para o futuro, dependendo do que poderá acontecer depois na vida dos alunos e ex-alunos, de seu sucesso na continuidade dos estudos e no trabalho. (COELHO, 2012, p.62).

Portanto, as competências gerais visam contribuir e transformar a sociedade por meio do cidadão autônomo, dinâmico e capacitado em várias áreas do conhecimento. Diante disso, esse documento normativo foi desenvolvido por especialistas, para nortear o novo ensino médio. Em relação à língua portuguesa, a BNCC propõe que os estudantes tenham capacidade de atuar de forma plena e ampla nos mais variados campos da atividade humana, por meio das práticas de linguagem, pois entende que:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. (BRASIL, 2017, p. 63).

Nas possibilidades das atividades humanas e nas esferas sociais, a linguagem permite ao sujeito manifestar-se. Segundo a BNCC, “por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem” (BRASIL, 2017, p. 37). Assim, o sujeito deixa registrados sinais de como se relaciona com a linguagem, que permeia as relações dialógicas no processo de interlocução, em todas as práticas sociais que se realizam pelo texto. Podemos observar essa concepção na BNCC (2017, p. 67):

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

A BNCC foi elaborada por um grupo representado por vários campos sociais, voltados às legislações vigentes. Assim várias entidades e representantes do corpo docente da federação

brasileira, após inúmeros trabalhos, encontros, simpósios, fóruns educacionais e discussões, aprovaram a BNCC. Um grupo hegemônico da sociedade também estava interessado em sua aprovação. A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Em seu discurso, indica contribuir para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos, destaca-se como a principal parceira do setor privado na discussão da BNCC e foi a responsável por liderar a demanda curricular. Nesse sentido, percebe-se a hegemonia do capital por meio do empresariado privado. Há autores que tecem críticas sobre a BNCC, sobre o tecnicismo vigente. Um deles é Saviani (2007, p. 435).

A “pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da pedagogia do “aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, encontram-se subjugados à “mão invisível do mercado”.

Diante disso, seria o propósito da educação formar o sujeito para o “saber fazer”, que o prepare apenas para o mercado de trabalho? Quando se pretende discutir o currículo, devemos considerar nosso propósito educacional e perguntar: qual cidadão pretendemos formar? Qual é o nosso ideário educacional? Qual sociedade sonhamos para o futuro próximo? São questões que nos levam a refletir sobre o modelo atual de educação. Nesta pesquisa, também mostramos as premissas dos documentos que envolvem o Enem.

Em outro aspecto, a linguagem teve um destaque para o desenvolvimento das competências e das habilidades para a produção de textos. Percebemos um olhar assertivo, ao propor, nesta pesquisa, uma prática apoiada na teoria de Mikhail Bakhtin, mais especificamente, sobre o dialogismo e os textos, pois o autor, ao produzir, mobiliza várias vozes e utiliza vários gêneros textuais. Produzir textos é uma forma de interação social que ocorre entre os sujeitos nas diversas esferas sociais. Conforme a BNCC (BRASIL, 2017, p. 73), a orientação é a de “produzir textos pertencentes a gêneros orais diversos, considerando-se aspectos relativos ao planejamento, à produção, ao *redesign*, à avaliação das práticas realizadas em situações de interação social específicas.”

Percebemos, portanto, um destaque para a produção textual nos currículos da educação básica, a qual é norteadada pela BNCC. A prática textual no ensino médio não pode, contudo, ser uma abordagem apenas para a redação do Enem, pois vai além de uma prova eliminatória. Espera-se que a prática da produção textual seja mais abrangente, por meio da qual o autor do

texto consiga apresentar, sobre uma abordagem temática, seu ponto de vista, seu olhar sobre a proposta apresentada e elabore sua perspectiva sobre o mundo no qual está inserido. Podemos observar na BNCC que:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (BRASIL, 2017, p. 67).

Nesse sentido, no texto da BNCC, a produção textual no ensino da língua portuguesa tem um papel de destaque no que tange à melhoria de resultados na escrita dos estudantes, ou seja, na prática da produção de texto. Como referido anteriormente, a BNCC está ligada à interferência do mercado como propulsor da competitividade e de concorrência, apregoados como parte movedora da filosofia neoliberal para o desenvolvimento social e individual dos sujeitos. Logo, o interesse maior está no sucesso das instituições, não visando ao progresso do sujeito pelo conhecimento, mas com o intuito de atender ao mercado de trabalho. Assim, a educação passa a ser considerada um espaço social estratégico para agilizar as mudanças sociais que satisfazem o mercado. Ao contrário do que apregoa o ideário da BNCC sobre a educação bancária, meritocrática, em que são os sujeitos que escolhem seus itinerários formativos, no viés bakhtiniano, não há língua destituída dos processos sócio-históricos e ideológicos.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colega, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressa, algumas tarefas fundamentais, lemas etc. (BAKHTIN, 2020, p. 294).

É mediante esse ideário que analisamos o sujeito desta pesquisa, como indivíduo autônomo, dotado de autoridade. Desse modo, retomando um percurso sobre a BNCC, desde anos anteriores à sua aprovação, já havia discussões acerca de uma base para a educação básica no país. O Ministério da Educação havia discutido e iniciado, em 2014, um debate sobre documentos voltados à garantia de direitos e objetivos comuns à educação. O interesse pela valorização do ensino médio vem desde a aprovação da Lei 9.394/96 – LDB, ou seja, essa fase final da educação básica foi pensada tendo em vista o grande número de jovens que almejam

continuar seus estudos no ensino superior, e, diante disso, a normatização da BNCC propôs um estudo voltado a competências gerais e específicas para cada área do conhecimento. Assim, competência, segundo a BNCC (2018, p. 6), “é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. Percebemos que há correlações entre os documentos da BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, esses documentos dialogam em relação a competências e habilidades, uma vez que objetivam os conhecimentos serem trabalhados nesta linha, logo o discurso converge entre os documentos.

A década de 1990 trouxe para a escola mudança de paradigmas em relação ao que ocorria na sociedade, ou seja, a tecnologia de informação invadia o mercado de trabalho, logo inovações tecnológicas adentravam em nossa sociedade. Assim, a noção de competências na educação tornou-se recorrente em discursos sobre formação acadêmica, ou seja, os sujeitos deveriam, mediante o processo formativo, “saber fazer”, ter competência para os saberes e ter autonomia. Confirmamos isso na BNCC:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 11, grifo meu).

Diante do exposto, observamos que a autonomia é um assunto caro ao projeto formativo proposto pela BNCC e aos documentos norteadores da educação como fundamento pedagógico. Vemos, também, que a BNCC e os currículos são importantes para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a educação básica em todas as etapas as quais só se concretizarão mediante decisões em conjunto das redes e das instituições de ensino sobre o currículo comum, considerando a autonomia dos sistemas pertinentes (BRASIL, 2017).

É claro que há inúmeras discrepâncias e inconsistências sobre o processo formativo do sujeito na sociedade brasileira. As políticas educacionais em nosso país têm uma visão capitalista, ou seja, pretendem levar os sujeitos a um modo formativo para o mercado de trabalho, em um viés político-econômico neoliberal. Esse assunto não é objeto de análise nesta

pesquisa. Visamos apresentar o discurso da BNCC no que tange à língua portuguesa. Sobre este componente do ensino médio, a BNCC propõe que:

A continuidade da formação para a autonomia se fortalece nessa etapa, na qual os jovens assumem maior protagonismo em práticas de linguagem realizadas dentro e fora da escola. No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências (BRASIL, 2017, p. 134).

No que diz respeito ao protagonismo juvenil, a autonomia está presente no discurso dos documentos supracitados. Entende-se que o jovem seja orientado, a partir das áreas do conhecimento, a um currículo que lhe possibilite experiências expressivas, de modo que consiga refletir sobre suas escolhas na sociedade. Logo, a BNCC espera que o jovem, ao concluir o ensino médio, seja um sujeito autônomo e tenha engajamento social em várias questões e temáticas relevantes ao contexto em que está inserido. Faz-se, assim, necessária a formação que o instigue a posicionar-se conscientemente, sobre as demandas sociopolíticas em seu país.

Nesse sentido, visando à maior autonomia do estudante do ensino médio, o protagonismo fortalece-se a cada dia, apontando para a questão da empregabilidade desse jovem, ou seja, levando-o a preparar-se para o mercado de trabalho. Essa perspectiva é, entretanto, passível de críticas, uma vez que a formação escolar, mediante escolhas de itinerários formativos, torna-se mais um discurso político improdutivo, reduzindo a educação à instrumentalização, conforme critica Coelho (2016):

Em detrimento do acadêmico e do público, esse novo modelo passa a permear a existência da universidade, entregue a lógica das empresas, dos objetivos, do funcionamento, da eficiência, da produtividade, e à prática do controle, da avaliação, da gestão, bem como aos encantos da tecnociência e das novidades da tecnologia, aos interesses do capital, enfim, ao império da instrumentalização, do não-pensamento, do aprender a fazer, do treino da mente e do corpo. (COELHO, 2016, p. 93).

Nesse percurso, é possível perceber que, operacionalmente, a educação está voltada a legitimar a prática e não a levar o ser humano a questionar a sociedade, a cultura, a política e o saber. Ao fazer atribuições a esses estudantes sobre esses itinerários formativos, entende-se que a responsabilidade formativa é do próprio estudante, levando o Estado a estar minimamente envolvido nesse processo, ou seja, atribui-se aos estudantes o protagonismo de sua jornada escolar, não levando em conta as disparidades e as mazelas as quais estão submetidos

socialmente, principalmente no campo educacional. Vale ressaltar que a BNCC possibilita, nesses itinerários formativos, a integralidade, de modo a prever que outras instituições educacionais possam ofertar cursos à distância de acordo com a carga horária do ensino médio. Portanto, podemos inferir que há a mercantilização da educação básica.

Também sobre o protagonismo do estudante, observamos a boa intenção no discurso da BNCC, visto que, dominando a leitura e a escrita, o jovem amplia, consideravelmente, seu conhecimento, afinal, aprender a ler e escrever oferece ao estudante algo novo e surpreendente, pois ampliam-se suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada e de participar, com maior autonomia e protagonismo, na vida social (BRASIL, 2017, p. 63). De outro modo, nossa sociedade, desde o final dos anos 1990, com as transformações ocorridas pelo desenvolvimento tecnológico, apresenta desafios na educação básica. Nesse processo, especificamente, o ensino médio exigiu mudanças para adequar-se às expectativas do jovem do século XXI, ou seja, a sociedade passa a exigir uma formação que atenda à demanda do século da tecnologia e da informação. Diante disso, conforme o texto da BNCC:

- I– a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 2017, p. 464).

Assim, a BNCC visa garantir e aprofundar os conhecimentos do ensino fundamental no ensino médio, indispensáveis à formação humana. Diante do exposto sobre a legislação, as considerações ressaltam a importância e a urgência da busca por melhoria na educação básica. Em seguida, apresentamos outro documento que também norteia os participantes em relação à principal avaliação do ensino médio do país: o Enem.

### **3.5 Cartilha do participante do Enem: orientando para o sucesso**

A prova do Enem é, há alguns anos, o principal processo para a seleção ao ensino superior no Brasil. Todo ano, milhares de estudantes anseiam pela divulgação das datas de realização do exame. Segundo Cabral (2018), o Enem foi concebido para ser um instrumento

de avaliação de competências e de habilidades, que compõem o universo do “saber-fazer”. Além disso, “a avaliação é um processo de implementação, e o desempenho da política pública são examinados, com o objetivo de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema” (CABRAL, 2018). Logo, combina-se o viés bakhtiniano com a visão de política pública do Enem.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga, além das datas importantes, um documento denominado *Cartilha do participante do Enem*, que apresenta a matriz de referência para a redação do exame. Assim, a Cartilha torna-se um orientador para o participante acerca da produção de texto no exame, sendo esse o nosso interesse, neste tópico.

Na apresentação da Cartilha ao participante do Enem, já há orientações ao estudante acerca da redação:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do **tema** proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de **intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto**. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos (BRASIL, 2020, p. 7, grifos do original).

Baseando-se nas orientações, a Cartilha indica como a prova de redação do Enem pretende levar o estudante a usar os conhecimentos adquiridos ao longo da educação básica, demonstrando, assim, sua autonomia a ser usada para apresentar sua capacidade de sugerir ações apoiadas em argumentos sobre uma temática do cotidiano. Como se percebe, a redação é uma forma de o estudante demonstrar seu desempenho a partir das competências exigidas para o exame. A tabela 2, a seguir, apresenta as competências.

**Tabela 2: Competências do Enem**

<b>COMPETÊNCIA 1:</b>	<b>DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.</b>
<b>COMPETÊNCIA 2:</b>	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
<b>COMPETÊNCIA 3:</b>	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.



<b>COMPETÊNCIA 4:</b>	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
<b>COMPETÊNCIA 5:</b>	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Portal MEC<sup>9</sup>.

Percebe-se portanto, que a competência 2 do Enem trabalha dentro da perspectiva bakhtiniana, pois ela dialoga com outras áreas de conhecimento a partir de uma temática, ou seja, logo que o estudante compreende o tema a ser abordado, ele transita pela palavra do outro, havendo assim uma dialogização interna da palavra que é perpassada pela palavra do outro, constituindo um discurso novo, levando em conta o discurso do outro, mostrando assim que todo discurso é atravessado, ocupado pelo discurso alheio e que o dialogismo são as relações estabelecidas entre os enunciados. (FIORIN, 2020).

Ainda sobre as competências do Enem, será atribuído valor à produção textual usando as cinco competências como critérios, de forma que cada uma delas tem o valor de 0 a 200 pontos, cujo total pode chegar à somatória de 1.000 pontos (BRASIL, 2020). A *Cartilha do participante do Enem* é um guia importante para a produção da redação em vários aspectos, por isso cada competência é analisada separadamente, com a justificativa de que o “texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo” (BRASIL, 2020, p. 15).

Seguindo essa abordagem, nossa pesquisa tem como objeto algumas redações notas 1.000 do certame de 2020. Nesse sentido, conforme a perspectiva dialógica de Bakhtin, faremos a análise no que tange a competência 2 do Enem. A matriz de referência de correção, nessa competência, anuncia que o estudante deve compreender a proposta da redação, ou seja, produzir o texto baseado na leitura de todos os enunciados da prova que apresentam a proposta, além dos textos motivadores. É necessário que o estudante atenda ao solicitado, ou seja, que compreenda a temática sugerida pela banca e perceba como aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento, obtidos por sua bagagem acadêmica, para registrar seus argumentos na estrutura textual do texto dissertativo.

Seguindo esse caminho, na competência 2, avalia-se como o estudante registra seu repertório sociocultural, ou seja, como apresenta informações, citações ou experiências vividas que contribuam para a discussão sugerida (BRASIL, 2020). A proposta temática da redação de

---

<sup>9</sup> <http://portal.mec.gov.br/>

2020 do Enem foi: “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Com base no recorte temático, o estudante deveria produzir um texto dissertativo-argumentativo, considerando os textos motivadores, e extrapolar mediante seu conhecimento de mundo e suas vivências. A partir dessas considerações sobre a temática, seguem algumas orientações importantes sobre a competência 2 contidas na *Cartilha do participante do Enem* de 2020:

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará com que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou até mesmo seja anulada como Cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve esquecer de utilizar informações de outras áreas do conhecimento (repertório sociocultural);
- utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo. Essas informações devem ser pertinentes ao tema e usadas de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Isso significa que essas informações devem estar articuladas à discussão desenvolvida em sua redação. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema. (BRASIL, 2020, p. 16).

Assim, a *Cartilha do participante do Enem* define e direciona o sujeito escritor para sua produção textual. Com isso, o estudante poderá considerar as várias possibilidades, direcionando sua aquisição dos conhecimentos para a discussão temática na produção de sua redação. Seguindo esse caminho, notamos que a relevância da Cartilha é indiscutível para o sucesso do estudante, pois é um auxílio elaborado pelo Inep para que o participante possa atingir um objetivo almejado ao longo de sua trajetória. Nesse documento, o estudante é orientado a fazer um projeto de texto definido como:

O planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. É nele que são definidos quais os argumentos que serão mobilizados para a defesa de sua tese e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a

garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. (BRASIL, 2020, p. 21).

Esse projeto de texto é a organização textual e deve definir a estratégia argumentativa que o estudante escolhe para defender seu ponto de vista, materializando isso em sua escrita, a partir de um tema proposto. Assim, primeiramente, o objeto de nossa pesquisa limita-se à competência 2 da matriz de referência do Enem, que avalia as habilidades de leitura e escrita do estudante, ou seja, analisamos os aspectos utilizados pelos participantes, ao elaborar seu texto, assumindo um ponto de vista. A tabela 3, a seguir, apresenta, de forma sistemática, como a *Cartilha do Participante do Enem*<sup>10</sup> orienta os estudantes de forma clara e precisa quanto à competência 2, para desenvolver seu discurso argumentativo mediante a temática sugerida pela banca avaliadora.

**Tabela 3: Competência 2**

<b>200 PONTOS</b>	<b>DESENVOLVE O TEMA POR MEIO DE ARGUMENTAÇÃO CONSISTENTE, A PARTIR DE UM REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL PRODUTIVO E APRESENTA EXCELENTE DOMÍNIO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO.</b>
<b>160 PONTOS</b>	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo com proposição, argumentação e conclusão.
<b>120 PONTOS</b>	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo com proposição, argumentação e conclusão.
<b>80 PONTOS</b>	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
<b>40 PONTOS</b>	Apresenta o assunto, tangenciando o tema ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
<b>0 PONTO</b>	Fuga ao tema ou não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos, a redação recebe nota zero e é anulada.

Fonte: portal MEC.

Especificamente, a competência 2 avalia a redação nos cinco níveis da matriz de referência do Enem, objetivando, de maneira detalhada, apresentar todos os elementos de acordo com os critérios estipulados de um nível para outro. Como já exposto, a abordagem nessa competência contempla o tema, o tipo de texto (dissertativo-argumentativo em prosa) e a

<sup>10</sup> Disponibilizada no *site* do Ministério da Educação e Cultura (MEC) aos participantes da prova.

mobilização do repertório sociocultural para a argumentação do candidato. Sobre o repertório sociocultural, a competência 2 anuncia que se trata de um:

Elemento importante para a redação do Enem e requisito fundamental para que o participante atinja as notas mais altas na Competência II, o repertório sociocultural configura-se como toda e qualquer informação, fato, citação ou experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta pelo participante (BRASIL, 2020, p. 8).

Além disso, o repertório pode ser variado e demonstrado por meio de “provas concretas (dados ou fatos sobre o tema), exemplos (fatos similares ou relacionados ao tema), autoridades (citação de especialistas no tema), lógica (causa e consequência, por exemplo) e senso comum [...] (CANTARIN; BERTUCCI; ALMEIDA, 2016, p. 78)” (BRASIL, 2020, p. 9).

No capítulo 4, apresentamos a composição do *corpus* com o recorte temporal do ano de 2020, mediante a *Cartilha do participante do Enem* e analisamos 10 redações que alcançaram a nota 1.000, compiladas na *Cartilha redação a mil*, 3ª edição, de Lucas Felipi. Considerando nossas escolhas teóricas e suas implicações metodológicas, organizamos nossas discussões sob a perspectiva dialógica e discursiva de Bakhtin. O olhar que empregamos nas análises permanece voltado à apreensão do participante quanto à temática e à materialidade discursiva presente em sua redação, com vistas aos critérios da competência 2 do Enem.

## CAPÍTULO 4

### DA METODOLOGIA À ANÁLISE: MARCAS DE AUTORIA NAS REDAÇÕES DO ENEM

Neste capítulo, apresenta-se o caminho da elaboração desta pesquisa, o método e a metodologia adotados e, em seguida, a análise do *corpus*. Trata-se de investigar a discursividade e a mobilização de vozes materializadas nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020. A “metodologia científica é muito mais do que algumas regras de como fazer uma pesquisa. Ela auxilia a refletir e propicia ‘novo’ olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo”, (GOLDENBERG, 2013, p. 11). Desse modo, realizamos uma pesquisa qualitativa, evidenciando a interpretação de dados empíricos por meio da análise de dez redações do Enem de 2020 no que diz respeito à competência 2 da matriz de referência. São examinadas as produções textuais dos candidatos com aporte nos construtos teóricos e metodológicos do *Círculo de Bakhtin*, para compreendermos a abordagem dialógica que se materializa nas redações.

Sob esse viés metodológico, identificar e interpretar as marcas autorais dos estudantes de acordo com seu momento sócio-histórico. Conforme aponta Goldenberg (2013, p. 50), “o pesquisador qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura que estão inseridos”. Assim, as pesquisas qualitativas possibilitam conhecer e interpretar os sujeitos inseridos no processo.

Além disso, o presente estudo também se caracteriza como uma pesquisa documental e bibliográfica, pois discorre sobre alguns documentos oficiais importantes referentes à educação básica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM/1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017). Também foi feito um levantamento de dissertações junto ao banco de teses e dissertações da CAPES, para apoiar a compreensão em relação às produções textuais no Enem. Quanto à pesquisa bibliográfica e documental, observa-se que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

A pesquisa bibliográfica configura-se, especificamente, como um levantamento de assertivas de vários autores sobre assuntos semelhantes, e a pesquisa documental, por sua vez, resulta da seleção e da análise de documentos que ainda não foram contemplados por um grupo de pessoas com um objetivo. Dessa maneira, após leituras e estudos, examinam-se dez produções textuais dos candidatos do Enem de 2020 a partir do aporte teórico de Bakhtin e do Círculo de Bakhtin.

#### **4.1 Método: um olhar social**

Há muitos tipos de conhecimento, desde o popular, ou seja, do cotidiano, do senso comum, até o que perpassa gerações em momentos sociais distintos. Além disso, há o conhecimento científico, cujo embasamento teórico é vinculado à ciência e aos seus métodos (PRODANOV; FREITAS, 2013). É o conhecimento científico que nos respalda nesta pesquisa, uma vez que:

Difere dos outros tipos de conhecimento, por ter toda uma fundamentação e metodologias a ser seguidas, além de se basear em informações classificadas, submetidas à verificação, que oferecem explicações plausíveis a respeito do objeto ou evento em questão. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 22).

O conhecimento científico é diferente dos outros tipos, por ser teoricamente fundamentado e ter uma metodologia, respeitando, assim, algumas regras de verificação sobre o objeto em estudo. Assim, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 77), “o conhecimento científico diferencia-se do popular muito mais no que se refere ao seu contexto metodológico do que propriamente ao seu conteúdo”.

Ancorada em *Bakhtin e no Círculo*, a análise das produções textuais dos candidatos ao Enem prevê um projeto teórico-metodológico de acordo com as ciências humanas. Assim, o método utilizado nesta pesquisa foi o sociológico. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Apresentar o caminho das atividades ajuda a alcançar o objetivo traçado para a pesquisa, logo é necessário sistematizar as atividades que se pretende seguir. Partindo do objeto de estudo, que trata do discurso materializado nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020, considera-se o emprego do método sociológico. Conforme Volóchinov (2018, p. 220), “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não

no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Esse método possibilita analisar o discurso sob a perspectiva sócio-histórica, ou seja, Volóchinov aponta a direção geral do pensamento verdadeiramente marxista sobre a linguagem e os pontos metodológicos fundantes que sustentam a abordagem em relação à linguagem:

Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220).

Para Volóchinov, o estudo da língua é essencial para a realização de uma pesquisa em ciências humanas, porém apenas o texto verbal é insuficiente para essa realização, de modo que se necessita de outros aspectos extraverbais para a apreensão do todo significativo. Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volóchinov (2018) ressalta que há uma complexidade na literatura marxista e que não existe uma definição acabada e reconhecida da realidade específica dos fenômenos ideológicos, sendo a maioria dos casos compreendidos como fenômenos da consciência, ou seja, do ponto de vista psicológico. Para o autor:

Os fundadores do marxismo definiram o lugar que a ideologia ocupa na unidade da vida social: a ideologia como uma superestrutura, a relação entre a superestrutura e a base, e assim por diante. Já no que concerne às questões relacionadas ao material da criação ideológica e às condições da comunicação ideológica, esses problemas, secundários para a teoria geral do materialismo histórico, não receberam uma solução concreta e finalizada. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 84).

A ideologia é fruto de cada compreensão particular de cada sujeito em determinado momento social, marcada pelo momento político e social para a criação ideológica de cada falante. Logo, o método sociológico permite, mediante a linguagem do texto, analisar o discurso do sujeito e dos outros que convivem na mesma sociedade. Como ressalta Volóchinov (2018, p. 87-88), “a compreensão desse discurso, bem como da lei sociológica que o rege, é uma condição necessária à análise produtiva de todos os fenômenos literários enumerados por nós”.

Na visão de Bakhtin e do Círculo, é justamente o texto o pilar para as ciências humanas, ou seja, a partir do texto, implementa-se o método sociológico nas relações entre os sujeitos e seu pensamento. Na elaboração de Bakhtin:

O pensamento das ciências humanas nasce como pensamento sobre pensamentos dos outros, sobre exposições de vontades, manifestações, expressões, signos atrás dos quais estão os deuses que se manifestam (a revelação) ou os homens (as leis dos soberanos do poder, os legados dos ancestrais, as sentenças e enigmas anônimos etc.). O, por assim dizer, inventário cientificamente exato dos textos e a crítica dos textos são fenômenos mais tardios (trata-se de toda uma reviravolta no pensamento das ciências humanas, do nascimento da desconfiança). A princípio era a fé, que exige apenas compreensão - interpretação. O apelo aos textos profanos (o aprendizado de línguas etc.). Não é nossa intenção um aprofundamento na história das ciências humanas, particularmente da filologia e da linguística — estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos, e significados dos outros etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de texto. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida. (BAKHTIN, 2020, p. 72).

Os sujeitos, em toda sociedade e em todo momento sócio-histórico, manifestam seu pensamento e de outrem pelo texto e pela análise de seus discursos, possibilitando, assim, um estudo científico por meio da interpretação. Desta forma, o pensamento é materializado pelo texto, que é o ponto de partida para a pesquisa nas ciências humanas. O interesse deste estudo volta-se à análise dos discursos materializados nos textos dos candidatos ao Enem de 2020.

O texto, na perspectiva de Bakhtin e do Círculo, é amplo e profícuo para as ciências humanas. Por meio dele, investiga-se a literatura de qualquer área, de qualquer campo sociológico, e fazem-se cruzamentos de dados, conforme ressalta Bakhtin (2020, p. 71):

O texto (escrito ou oral) enquanto dado primário de todas essas disciplinas, do pensamento filológico-humanista em geral (inclusive do pensamento teológico e filosófico em sua fonte) [...] é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esse pensamento.

Nesse sentido, o texto é amplo e opera em inúmeras áreas do conhecimento. Ele advém do pensamento e das vivências dos sujeitos. É a materialização desses pensamentos da sociedade em todos os momentos sociais. Dispõe-se, assim, do método sociológico imprescindível para a abordagem do texto nas ciências humanas, sob a perspectiva bakhtiniana e do Círculo. No tópico seguinte, trata-se da metodologia.

#### **4.2 Metodologia: o norte para a realização da pesquisa**

De acordo com a fundamentação teórica apresentada, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho é a pesquisa qualitativa com viés interpretativo, ou seja, analisam-se as produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020 no que concerne ao dialogismo sob a



perspectiva bakhtiniana e no que tange à competência 2 do Enem. Nesse sentido, considera-se a constituição discursiva materializada na redação, e percebe-se a mobilização das vozes enunciativas a que os estudantes recorrem, ao traçar sua argumentação sobre a temática proposta. Esta pesquisa, portanto, é qualitativa, pois funda-se nos aspectos de seu objeto, no caso, as produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020. Além disso, tem a natureza interpretativa, porque mostra o olhar do pesquisador sobre esse objeto.

Entender a realidade está ligado à vivência do sujeito. Assim, conforme Goldenberg:

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. (GOLDENBERG, 2013, p. 49).

Nas abordagens qualitativas, entende-se o objeto mediante o olhar existencial do ser humano, logo não é necessário fixar leis, mas compreender os fenômenos sociais por uma perspectiva situada. Na abordagem qualitativa, o pesquisador analisa os dados sob o aporte teórico, mas também é guiado por suas crenças e valores que emergem de seu contexto social. Nesse sentido, o pesquisador assume uma atitude subjetiva. Como ressalta Goldenberg (2013, p. 63), “também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais”. Assim, o *corpus* deste estudo volta-se ao olhar do candidato sobre a temática materializada nas produções textuais. Portanto, trata-se de uma pesquisa interpretativa, pois há influência mútua entre o olhar desta pesquisadora e a produção textual do estudante diante da subjetividade, da experiência de vida, ou seja, o sujeito está inserido na sociedade e tem a visão de uma realidade construída a partir do contexto sócio-histórico.

Como destacam Minayo *et al.* (2002, p. 22), “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposto e interpretado em primeira instância, pelos próprios pesquisados”. Assim, esta pesquisa científica é dividida em três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; análise e tratamento do material empírico e documental. Na primeira etapa, ocorre a elaboração do projeto de pesquisa e todos os procedimentos necessários a ser seguidos. O trabalho de campo consiste na geração e na delimitação da empiria e na construção teórica. A análise e o tratamento do material empírico e documental envolvem os procedimentos utilizados para compreender, interpretar e articular esse material junto à teoria que fundamenta o projeto (MINAYO *et al.*, 2002).

Além disso, trata-se de uma pesquisa documental, ou seja, analisamos as produções textuais de candidatos ao Enem de 2020 concebidas como documentos. Segundo Minayo *et al.* (2002, p. 81), a análise é o “momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica”. Esta é a etapa em que o aporte teórico em Bakhtin (2020) se faz presente e é a fase final do processo de investigação. Outra metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, que inclui registros disponíveis, resultados de pesquisas anteriores e dados ou categorias teóricas catalogados nos bancos de dissertações. Assim, trabalha-se com as contribuições de outros autores, ao realizar estudos de análise dos textos, segundo Severino (2007). Dessa maneira, foram utilizados artigos, revistas, dissertações e periódicos publicados.

As escolhas metodológicas foram acertadas e estão de acordo com o ambiente escolar e o meu papel como professora de produção textual, uma vez que essas categorias estão em um contexto social, onde se encontram grupos diversificados com valores, analogias, interesses e ideologias distintos e que se relacionam socialmente. Deste modo, essas distinções fazem parte de nossa humanidade e do processo educacional no qual estamos inseridos.

Os sujeitos da pesquisa são candidatos ao Enem de 2020, entre os quais selecionamos produções com nota máxima. Tendo em vista essa direção teórico-metodológica para o estudo sobre dialogismo, nossa intenção é apresentar a análise de dez produções textuais do Enem de 2020 sob o viés bakhtiniano, a partir das categorias linguagem, texto, discurso, dialogismo e enunciado, de forma articulada à competência 2 do Enem.

### **4.3 Contexto social: momento pandêmico**

Esta pesquisa, realizada em 2022, ocorre em um momento de pandemia mundial causada pelo coronavírus. Apesar de ainda haver o contexto pandêmico, as aulas presenciais voltaram, mas de forma diferente dos anos anteriores. Muitos alunos usam máscaras; alguns professores mantêm esse hábito solicitado mediante decretos federais, estaduais e municipais e por órgãos de saúde de todo o mundo, desde o ano de 2020.

Como objeto de análise, estão 10 produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020, realizado entre os dias 17 e 24 de janeiro de 2021. Este *corpus* representa os requisitos analíticos mediante da perspectiva bakhtiniana. A publicação do edital foi em 2019, momento anterior à declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a pandemia pelo SARS-CoVs2, a síndrome respiratória aguda grave, conhecida popularmente como covid-19, manifesta no final do ano de 2019, na Ásia, mais precisamente, na China. Assim, as produções textuais foram

produzidas pelos estudantes e selecionadas no contexto da pandemia. Com o intuito de apreciar as redações a partir do referencial teórico de Bakhtin, selecionamos dez produções textuais de pontuação máxima do Enem de 2020, publicadas em um material de divulgação nacional, após o exame e compiladas na obra *Cartilha redação a mil*, 3ª edição, de Lucas Felpi, 2021. Este trabalho ocorre, então, em um momento de muita reflexão sobre nossos valores e sobre nós mesmos.

#### **4.4 Revelando a textualidade: vozes dialógicas no discurso**

Ser um pesquisador não é tarefa simples, e adentrar no mundo da indagação, da busca minuciosa de um objeto não é nada fácil, ainda mais quando nosso interesse recai em pesquisar a escrita de estudantes em uma avaliação gigantesca como o Enem, envolvendo o discurso deles e a mobilização de suas vozes sociais na redação. Isso promoveu uma reflexão densa sobre a linguagem, segundo Bakhtin (2020) a mais importante das atividades humanas. Nesse sentido, procedemos à análise e à discussão de dados coletados à luz do referencial teórico da pesquisa, a fim de compreender a mobilização de vozes nas produções textuais dos candidatos ao Enem de 2020.

A responsabilidade do docente é levar os alunos ao ato de reflexão e construção do saber, para legitimá-los como sujeitos autônomos em condição de atuar como cidadãos participativos na sociedade em que estão inseridos. Desse modo, nossa pesquisa apresenta 10 produções textuais analisadas sob a perspectiva bakhtiniana, no que se refere à mobilização de vozes do repertório sociocultural solicitado pela competência 2 do Enem. A *Cartilha do participante do Enem* orienta os candidatos sobre a produção textual:

Para auxiliá-lo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou o documento *A redação no Enem 2020 – Cartilha do Participante*. Esta Cartilha apresenta dicas importantes para produzir uma boa redação no dia do Exame. Além disso, traz exemplos de redações do Enem 2019 que obtiveram nota máxima. Tudo isso para que você possa ver na prática como essas orientações devem ser utilizadas. Sabemos que este momento é muito importante para quem irá concorrer a vagas nas principais instituições de ensino superior do Brasil, públicas ou privadas, por isso queremos ajudá-lo a ter um bom desempenho. Aproveite as dicas, se prepare e tenha sucesso no Enem 2020. (BRASIL, 2020, p. 3).


Na redação do Enem de 2020<sup>11</sup>, a temática proposta foi: “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Trata-se de assunto relevante diante de preconceitos existentes em relação às pessoas com algum tipo de transtorno mental, em nosso país. A prova foi composta de textos motivadores, que servem de apoio e estímulo aos candidatos para a produção textual. Segue o exemplar da temática abaixo, na figura 1.

**Figura 1: Tema da proposta de redação do Enem de 2020**


**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

---



Exame Nacional do Ensino Médio



\* 0 1 0 1 7 5 A 2 1 9 \*

---

**INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO**

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
  - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.
  - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
  - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br>

Conforme já mencionado, os textos motivadores ou de apoio servem como auxílio para que os candidatos construam estratégias argumentativas. Pode haver outros caminhos para articular as ideias, e não significa que se deva ficar preso aos textos motivadores (cf. figura 2). Como tiveram longo período para a formação, os candidatos podem selecionar outras áreas do conhecimento para tecer sua linha argumentativa.

Assim, o candidato deve, a partir de seus conhecimentos, expor seu ponto de vista e defendê-lo. Desse modo, apresentar sua estratégia argumentativa, estabelecer uma relação discursiva e mobilizar as vozes sociais é fundamental para a defesa de sua tese.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 12 jul. 2022.

**Figura 2: Textos motivadores ou de apoio para a proposta de redação do Enem de 2020**

**TEXTO I**

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em "saúde mental", pensa em "doença mental". Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivenciam diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

---

**TEXTO II**

A origem da palavra "estigma" aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade "correta" e "honrada". Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é "frescura" está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrta.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

**TEXTO III**

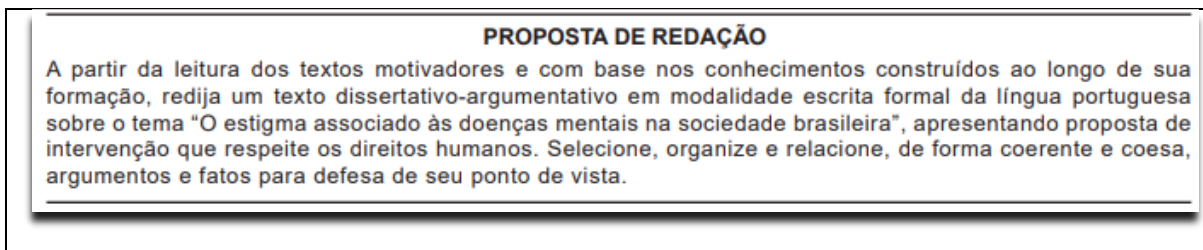
Todos os dados foram divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em fevereiro de 2017.

Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br>

Os textos motivadores possibilitam que o candidato consiga selecionar discursos representativos para a composição de linha argumentativa. Ademais, dão subsídios para a execução do trabalho de produção textual.

A proposta de redação contém o comando com a exigência da tipologia textual, ou seja, o texto dissertativo-argumentativo, além do uso padrão da língua portuguesa e do respeito aos direitos humanos (cf. figura 3). Outrossim, orienta organizar o texto de forma coesa e coerente, para a defesa do ponto de vista, mediante a leitura dos textos motivadores, os quais convidam o candidato a refletir sobre a temática social e dão suporte à linha dialógica a seguir.

**Figura 3: Proposta para o texto dissertativo-argumentativo da redação do Enem de 2020**

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br>

O enunciado da proposta de redação direciona a discussão temática, portanto faz-se necessário observar as palavras-chave que conduzem os candidatos à argumentação e às relações dialógicas que estabelecerão nas produções textuais. Conforme Bakhtin (2020), todo discurso relaciona-se com um já dito e com outro a ser dito que se revelam nas relações dialógicas, mesmo sendo discursos distantes temporalmente.

As concepções e os conceitos apresentados no capítulo 2 deste estudo, como linguagem, texto, dialogismo e interação verbal, formam as bases para a concretização das nossas reflexões. Assim, a análise das produções textuais dos candidatos é fundamentada nas concepções teóricas de Mikhail Bakhtin, mediante a competência 2 da matriz de referência do Enem de 2020, cuja orientação é “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2020, p. 8). Com isso, avalia-se a compreensão da proposta do tema, a interdisciplinaridade e a adequação à estrutura do texto dissertativo, e verifica-se como o candidato se apropriou da leitura dos comandos da avaliação e qual é a interação com o seu contexto escolar e a sua compreensão de mundo mediante o repertório sociocultural materializado em sua produção textual.

Segundo Bakhtin, a linguagem é a prática social que se materializa na língua, e “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana” (BAKHTIN, 2020, p. 261). Dessa maneira, a língua realiza-se em forma de enunciados, que podem ser orais ou escritos, ditos pelos falantes sobre variadas atividades. Bakhtin (2020) considera que os gêneros do discurso não estão dissociados das esferas sociais que nos cercam. A realidade de todos os textos, que estão nas instâncias dos gêneros, está no organismo, no recorte das abordagens sociais, ou seja, o objeto de sentido (o discurso). Porém, o princípio avaliativo não é de acordo com a perspectiva bakhtiniana.

Os candidatos a uma avaliação sempre têm o que dizer sobre determinado tema. O conteúdo e o conhecimento refletem e refratam as vivências e os valores individuais e sociais. Assim, a palavra tem um papel relevante, pois é expressiva e promove a interação.

Por isso, pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a minha palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. (BAKHTIN, 2020, p. 294).

A expressividade da palavra acontece na interação entre os falantes de uma língua, na comunicação discursiva, que é viva e repleta de outros enunciados. A linguagem, portanto, é social, pois situa-se em determinado contexto sociocultural, e seus falantes são sujeitos que interagem dialogicamente e expressam sua visão de mundo por meio de enunciados. Assim, “o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2020, p. 307).

O texto, conceito amplamente debatido na teoria bakhtiniana, é, portanto, a materialidade do pensamento e das vivências do sujeito. Se a palavra é a materialidade do pensamento, manifesta valores ideológicos do contexto social dos falantes. Dessa maneira, o texto produzido pelo candidato ao Enem torna-se significativo, revelando um sujeito que interage socialmente com outras vozes em épocas distintas da sua e na contemporaneidade.

#### **4.5 Vozes dialógicas: interação entre os sujeitos**

A seguir, analisamos as produções de dez candidatos ao Enem de 2020. Esses sujeitos são identificados pelo nome na pequena amostragem, porém não há informação de sua origem socioeconômica. São alunos candidatos ao Enem que concluíram o ensino médio e obtiveram a nota máxima, 1.000, nas produções textuais, contemplando as cinco competências do exame. A escolha dos textos foi motivada pelas circunstâncias de investigar a mobilização de vozes e o discurso usado para contemplar as cinco competências. Provavelmente, são oriundos de escola particular de ensino, pelo domínio linguístico que apresentam, visto que alunos da rede estadual de ensino, muitas vezes, apresentam certas dificuldades de abordagem temática, linguística e, também, muitos alunos da rede pública, muitas vezes não chegam a concluir o ensino médio, por fatores sociais: como entrar no mercado de trabalho para ajudar suas famílias, falta de aulas de redação, defasagem no ensino, falta de professores. O instrumento analisado

não possibilitou um olhar social para esses sujeitos em questão, visto que não há informação precisa deles, a não ser o nome. Posso, portanto, afirmar que a escolha foi motivada pelas circunstâncias profissionais, que impulsionou a investigar a mobilização de vozes, o discurso usado para contemplar as cinco competências do exame em especial a competência 2. Os textos selecionados são originais e possibilitam nosso olhar para a composição e o estilo da produção textual, a manifestação do pensamento e as relações dialógicas estabelecidas na materialidade dos discursos. O *corpus* foi formado mediante o material contido e compilado na *Cartilha redação a mil*, de Lucas Felpi (2021), fornecida pelo Inep.

**Redação 1** - Adrielly Dias, 18 anos | Conselheiro Lafaiete - MG | @adrielly\_dias

No filme estadunidense “Joker”, estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado (sic) a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico. Assim como na obra cinematográfica abordada, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados. Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão.

Em primeiro lugar, faz-se necessário mencionar o período da *Idade Média*, na Europa, em que *os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos*, já que, naquela época, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades. É perceptível, então, que existe uma raiz histórica para o estigma atual vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando um intenso preconceito e exclusão. Outrossim, não se pode esquecer de que, graças aos fatos supracitados, tais indivíduos recebem rótulos mentirosos, como, por exemplo, o estereótipo de que todos que possuem problemas psicológicos são incapazes de manter relacionamentos saudáveis, ou seja, não conseguem interagir com outros seres humanos de forma plena. Fica claro, pois, que as doenças mentais são tratadas de forma equivocada, ferindo a dignidade de toda a população.

Em segundo lugar, ressalta-se que há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre transtornos mentais, fomentando grande preconceito e estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, *é lícito referenciar o filósofo grego Platão*, que, em sua obra “*A República*”, narrou o intitulado “*Mito da Caverna*”, no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório que, em situação análoga à metáfora abordada, os *brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão*, isto é, ignorância, disseminando atitudes preconceituosas. Logo, é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtornos.

Destarte, medidas são necessárias para resolver os problemas discutidos. Isto posto, cabe à escola, forte ferramenta de formação de opinião, realizar rodas de conversa com os alunos



sobre a problemática do preconceito com os transtornos mentais, além de trazer informações científicas sobre tal questão. Essa ação pode se concretizar por meio da atuação de psiquiatras e professores de sociologia, estes irão desconstruir a visão discriminatória dos estudantes, enquanto que aqueles irão mostrar dados/informações relevantes sobre as doenças psiquiátricas. Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Cada texto, como enunciado, é algo individual e único, e nisso está todo o sentido (BAKHTIN, 2020), porém, em comunicação discursiva, os textos sempre se desenvolvem nas fronteiras de duas consciências, de dois sujeitos. Assim, a candidata autora da primeira redação mobiliza outras vozes, para estabelecer um diálogo necessário à construção argumentativa.

No primeiro parágrafo, há a menção ao filme norte-americano *Joker*, produção de 2019, cujo personagem principal sofre de doença mental, por isso é discriminado pela sociedade, o que causa a piora do seu quadro clínico e leva-o à violência extrema. A autora faz, em seguida, a relação com a conjuntura brasileira contemporânea, em que os indivíduos nessas condições são marginalizados e ressalta que a sociedade carece de informações sobre doença mental. A autora faz uma crítica dessa sociedade, mostrando autoria, ou seja, deixando seu valor acerca da temática.

Na sequência, a autora mostra a sua linha de raciocínio a partir dos enunciados histórico-temporais mencionados no segundo parágrafo, sobre o período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram considerados seres demoníacos e que, por falta de informação, ideias absurdas eram tidas como verdades absolutas. Nesse momento, percebe-se a mobilização de vozes de época distinta da contemporaneidade. Veja, portanto que a candidata evoca vozes do passado para argumentar no presente. Logo, “o enunciado, em sua plenitude e informado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro” (BAKHTIN, 2020, p. 313). Ela mostra autoria em sua linha argumentativa ao adjetivar e deixar sua valoração sobre o absurdo no tratamento naquela época.

A candidata, seguindo seu percurso argumentativo, no terceiro parágrafo do desenvolvimento, constrói sua enunciação mediante o diálogo com outras vozes da memória histórica, citando o filósofo Platão e o famoso mito da caverna, para referenciar, analogamente, as pessoas que, sem informação, vivem na escuridão. A menção ao mito da caverna é outro texto com nova abordagem, pois, segundo Bakhtin:

Devemos admitir que qualquer oração, mesmo a mais complexa, no fluxo ilimitado da fala, pode repetir-se um número ilimitado de vezes em forma absolutamente idêntica, mas, como enunciado (ou parte do enunciado), nenhuma oração, mesmo a de uma só palavra, jamais pode se repetir: é sempre um novo enunciado (ainda que seja uma citação). (BAKHTIN, 2020, p. 313).

Dessa maneira, a candidata materializa o seu conhecimento pelo repertório sociocultural pertinente para embasar sua linha argumentativa sobre a temática e sabe recorrer às vozes de outros enunciadores de outro contexto histórico-temporal para que sua voz seja considerada legítima e tenha credibilidade junto aos interlocutores. Consoante Bakhtin (2020, p. 261), “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”.

## **Redação 2** - Aécio Filho, 17 anos | Natal - RN | @aeciopffilho

Manoel de Barros, grande poeta pós-modernista, desenvolveu em suas obras uma “teologia do traste”, cuja principal característica reside em dar valor às situações frequentemente esquecidas ou ignoradas. Seguindo a lógica barrosiana, faz-se preciso, portanto, valorizar também a problemática das doenças mentais no Brasil, ainda que elas sejam estigmatizadas por parte da sociedade. Nesse sentido, a fim de mitigar os males relativos a essa temática, é importante analisar a negligência estatal e a educação brasileira.

Primordialmente, é necessário destacar a forma como parte do Estado costuma lidar com a saúde mental no Brasil. Isso porque, como afirmou Gilberto Dimenstein, em sua obra “Cidadão de Papel”, a legislação brasileira é ineficaz, visto que, embora aparente ser completa na teoria, muitas vezes, não se concretiza na prática. Prova disso é a *escassez de políticas públicas satisfatórias voltadas para a aplicação do artigo 6º da “Constituição Cidadã”, que garante, entre tantos direitos, a saúde*. Isso é perceptível seja pela pequena campanha de conscientização acerca da necessidade da saúde mental, seja pelo pouco espaço destinado ao tratamento de doenças mentais nos hospitais. Assim, infere-se que nem mesmo o princípio jurídico foi capaz de garantir o combate ao estigma relativo a doenças psíquicas.

Outrossim, é igualmente preciso apontar a educação, nos moldes predominantes no Brasil, como outro fator que contribui para a manutenção do preconceito contra as doenças psiquiátricas. Para entender tal apontamento, é justo lembrar a obra “*Pedagogia da Autonomia*”, do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, na medida em que ela destaca a importância das escolas em fomentar não só o conhecimento técnico-científico, mas também habilidades socioemocionais, como respeito e empatia. Sob essa ótica, pode-se afirmar que a maioria das instituições de ensino brasileiras, uma vez que são conteudistas, não contribuem no combate ao estigma relativo às doenças mentais e, portanto, não formam indivíduos da forma como Freire idealizou.

Frente a tal problemática, faz-se urgente, pois, que o Ministério Público, cujo dever, de acordo com o artigo 127 da “Constituição Cidadã”, é garantir a ordem jurídica e a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cobre do Estado ações concretas a fim de combater o preconceito às doenças mentais. Entre essas ações, deve-se incluir parcerias

com as plataformas midiáticas, nas quais propagandas de apelo emocional, mediante depoimentos de pessoas que sofrem esse estigma, deverão conscientizar a população acerca da importância do respeito e da saúde mental. Ademais, é preciso haver mudanças escolares, baseadas no fomento à empatia, por meio de debates abertos sobre temas socioemocionais.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Na redação 2, o candidato cita Manoel de Barros, o grande poeta da literatura brasileira, e expõe sua tese mediante a construção barrosiana sobre a “teologia do traste”, ou seja, as situações esquecidas e ignoradas pela sociedade. No caso da temática, a sociedade tem ignorado a importância de respeitar o outro que apresenta algum transtorno de doença mental. O candidato mostra autoria ao comparar a obra barrosiana e seu ponto de vista sobre o tema.

Por sua vez, a língua passa a integrar nossa vida pela realização dos enunciados (BAKHTIN, 2020). Logo, o candidato mostra aos interlocutores que a comunicação discursiva é dialógica, pois apresenta vozes de outros discursos anteriormente citados, como faz no segundo parágrafo, ao citar o sociólogo Gilberto Dimenstein, que, em sua obra *Cidadão de papel*, discute sobre a legislação brasileira ser ineficaz no que tange aos direitos do cidadão, inclusive na área da saúde, tema central da produção textual. Assim, o candidato estabelece o diálogo com a obra do sociólogo e a Constituição brasileira, conhecida como “Constituição cidadã”, que, em seu artigo 6º, garante os direitos ao cidadão, inclusive a saúde, portanto o candidato observa, criticamente, esse aspecto por meio desses enunciados, como no excerto: “Prova disso é a escassez de políticas públicas satisfatórias voltadas para a aplicação do artigo 6º”. Assim, o candidato materializa seus enunciados a partir de vozes anteriormente ditas, como a do sociólogo Gilberto Dimenstein e a da legislação existente em nosso país. Aqui o candidato mostra autoria ao transitar na obra de Dimenstein e a Constituição, reforçando que não está havendo um cumprimento da Constituição acerca da temática.

No terceiro parágrafo, o candidato apresenta outra voz anterior à sua, que é o discurso de Paulo Freire na obra *Pedagogia da autonomia*, cuja enunciação expõe a importância da escola em educar cientificamente os cidadãos, além de promover as habilidades socioemocionais ao educando. Nesse processo dialógico de mobilização de vozes, o candidato pretende levar os interlocutores a refletir sobre o papel das instituições educacionais em não apenas trabalhar conteúdos, mas também enfatizar o aspecto emocional dos estudantes.

Ao citar dois importantes sujeitos sociais, o candidato apresenta um repertório sociocultural produtivo como preza a competência 2 do Enem: “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro

dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2019, p. 6). Portanto, podemos inferir que o candidato ao Enem foi bem formado na educação básica. Ademais, é interessante observar que ele consegue mobilizar vozes sociais para traçar sua linha argumentativa. Dando voz a outros enunciadores, ele critica e avalia aspectos suscitados na temática, conforme se lê no trecho “Isso é perceptível seja pela pequena campanha de conscientização acerca da necessidade da saúde mental, seja pelo pouco espaço destinado ao tratamento de doenças mentais nos hospitais”. Assim, a redação do candidato é dialógica, pois relaciona seu ponto de vista com outros discursos anteriormente expressos. Essa mobilização de vozes revela o traço de autoria do candidato, que é um sujeito social.

Segundo Bakhtin (2020, p. 308), “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante ou quem escreve). Os possíveis tipos, modalidades e formas de autoria. Em certos limites, a análise linguística pode até abstrair inteiramente a autoria”. Nesse sentido, vale salientar que, pela língua, apresentamos nossas ideias, ideologias, vivências, gosto, estilo e tudo o que somos e vemos na sociedade na qual estamos inseridos e em todas as esferas.

Bakhtin (2020, p. 270) confirma: “A língua é deduzida da necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho, se reduz à criação espiritual do indivíduo.”

### **Redação 3** - Alan Albuquerque, 20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @alaalbuquerque

Na obra “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, o protagonista Policarpo é caracterizado como um doente mental por familiares e colegas de profissão devido ao seu ufanismo, sendo segregado da sociedade em um hospício. Atualmente, na realidade brasileira, os verdadeiros doentes mentais são tão estigmatizados quanto o fantasioso Policarpo, sendo tratados e observados com preconceito por considerável parcela da população. Assim, faz-se necessário analisar os alicerces que sustentam esse estigma, a citar, a ausência de ensino sobre a temática e a falta de empatia característica da contemporaneidade, no sentido de buscar desbancar tais bases prejudiciais.

Inicialmente, a falta de um conteúdo voltado aos transtornos mentais na formação educacional brasileira possibilita o desenvolvimento de concepções preconceituosas. No conto “O Alienista”, de Machado de Assis, um médico acaba encarcerando a população de uma cidade inteira, já que não existiam métodos precisos para reconhecer as doenças mentais, ou seja, todas as decisões dele estavam permeadas de desconhecimento. Analogamente à obra, o cidadão que não conhece, minimamente, os transtornos da mente tenderá a criar suposições erradas, tomando ações equivocadas. Logo, a ignorância e o preconceito prevalecem.

Ademais, a manutenção dessa ignorância é fortalecida pelos ideais narcisistas valorizados hodiernamente, os quais, muitas vezes, desvalorizam o diferente. Segundo o filósofo Byung

Chul-Han, o século XXI é dominado por uma sociedade do desempenho, na qual a individualidade é extremada em detrimento do altruísmo. Nesse panorama, o indivíduo, imerso em si mesmo, não consegue enxergar e aceitar a pluralidade de seres humanos que o circundam. Dessa forma, o cidadão brasileiro, inserido nessa lógica, nega o doente mental e classifica-o como anormal, reforçando estigmas danosos.

Infere-se, portanto, que o preconceito associado às doenças mentais no Brasil precisa ter suas fundações desfeitas. Para tanto, o Ministério da Educação deve, com o suporte do Ministério da Saúde, inserir a discussão acerca das doenças mentais nas escolas, por meio de alterações na Base Nacional Curricular Comum, as quais afetarão as disciplinas de filosofia, sociologia, biologia e literatura, a fim de formar cidadãos mais tolerantes e conhecedores dos transtornos mentais. Além disso, o Ministério da Família deve fomentar a empatia social, utilizando-se de publicidades que valorizem atitudes altruístas, visando à redução do individualismo.

Quiçá, nessa via, os policarpos modernos não serão segregados.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil*.

Bakhtin esclarece que participamos, como sujeitos e falantes de uma língua, de um diálogo uns com os outros, ou seja, estamos constantemente em uma interação verbal, sempre e em todo o momento, pois o meu “eu” é formado pelo discurso do “outro”, que também se configura pelo meu discurso, havendo, portanto, o dialogismo.

As relações dialógicas são relações (de sentidos) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no plano do sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica. Mas essa é uma forma especial de dialogismo não intencional (por exemplo, a seleção de diferentes enunciados de cientistas vários ou sábios de diferentes épocas sobre uma questão). (BAKHTIN, 2020, p. 323).

Na redação 3, o candidato estabelece uma relação dialógica com Lima Barreto, ao referenciar sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, na qual o protagonista apresenta um comportamento diferente para os padrões do contexto no qual vivia, considerado pelos familiares como um transtorno mental. Assim, o candidato retoma a voz social do início do século XX, para expor sua linha argumentativa. O candidato mostra autoria ao comparar a obra com a sociedade atual, criticando a falta de empatia das pessoas em relação aos que sofrem de transtornos mentais, como vê em “o cidadão que não conhece, minimamente, os transtornos da mente tenderá a criar suposições erradas, tomando ações equivocadas. Logo, a ignorância e o preconceito prevalecem.”.

No primeiro parágrafo, há, claramente, a mobilização de vozes sociais com o caráter dialógico. Mediante a referência ao conto de Machado de Assis, *O alienista*, cujo personagem principal é um médico que encarcera a população da cidade, pois enxergava a loucura em todos, o candidato estabelece o paralelo com a realidade, sobre a falta de preparo dos profissionais e

a ignorância da população em torno dos que apresentam algum tipo de transtorno mental. Conforme se vê no excerto “o cidadão que não conhece, minimamente, os transtornos da mente tenderá a criar suposições erradas, tomando ações equivocadas”. Assim, percebe-se a criticidade do candidato em sua produção textual, outra marca de autoria por parte do indivíduo criador (BAKHTIN, 2020).

A interação discursiva existe entre os sujeitos, que apresentam sua cultura (BAKHTIN, 2020). No terceiro parágrafo, o candidato cita o filósofo Byung Chul-Han, que critica a sociedade do século XXI com seu excessivo individualismo, sem aceitar a pluralidade, negando, assim, as pessoas com algum distúrbio mental. O candidato recorre ao filósofo e agrega, em seu discurso, uma análise da sociedade: “Dessa forma, o cidadão brasileiro, inserido nessa lógica, nega o doente mental e classifica-o como anormal, reforçando estigmas danosos.” Assim, todo texto resulta de um encontro de vozes.

Um estenograma do pensamento humanístico é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa inter-relação do texto (objeto de estudo e reflexão) com o contexto emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções etc.), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos — do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores. (BAKHTIN, 2020, p. 311)

A linguagem, portanto, é o pensamento dos sujeitos que se materializa em textos, nos quais se encontram dois sujeitos. Mesmo em momentos distintos, a relação discursiva entre os sujeitos existe. Percebemos isso na mobilização de vozes feita pelo candidato, que se deslocou de seu momento atual, o século XXI, e voltou seu olhar para as obras literárias distantes, datadas do início do século XX, as quais tratam de temáticas similares e, assim, construiu seu repertório sociocultural. Ao enunciar, apresentou respostas para a temática e levou o interlocutor a refletir sobre a problemática. Conforme Bakhtin (2020, p. 302):

Ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou resposta pronta às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios etc.).

Na enunciação, somos sujeitos ativos e levamos em conta o discurso proferido plenamente, esperando uma resposta de um sujeito, também, pleno de conhecimento, de cultura e de ideologia.

*O filme O Coringa* retrata a história de um homem que possui uma doença mental e, por não possuir atendimento psiquiátrico adequado, ocorre o agravamento do seu quadro clínico. Com essa abordagem, a obra revela a importância da saúde psicológica para um bom convívio social. Hodiernamente, fora da ficção, muitos brasileiros enfrentam situação semelhante, o que colabora para a piora da saúde populacional e para a persistência do estigma relacionado à doença mental. Dessa forma, por causa da negligência estatal, além da desinformação populacional, essas consequências se agravam na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a negligência do Estado, no que tange à saúde mental, é um dos fatores que impedem esse processo. Nessa perspectiva, a escassez de projetos estatais que visem à assistência psiquiátrica na sociedade contribui para a precariedade desse setor e para a continuidade do estigma envolvendo essa temática. Dessa maneira, parte da população deixa de possuir tratamento adequado, o que resulta na piora da saúde mental e na sua exclusão social. No entanto, apesar da *Constituição Federal de 1988* determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro o acesso à saúde de qualidade, essa lei não é concretizada, pois não há investimentos estatais suficientes nessa área. Diante dos fatos apresentados, é imprescindível uma ação do Estado para mudar essa realidade.

Nota-se, outrossim, que a desinformação na sociedade é outra problemática em relação ao estigma acerca dos distúrbios mentais. Nesse aspecto, devido à escassez da divulgação de informações nas redes midiáticas sobre a importância da identificação e do tratamento das doenças psicológicas, há a relativização desses quadros clínicos na sociedade. Desse modo, assim como é retratado no *filme O Lado Bom da Vida*, o qual mostra a dificuldade da inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade, parte da população brasileira enfrenta esse desafio. *Com efeito, essa parcela da sociedade fica à margem do convívio social, tendo em vista a prevalência do desrespeito e do preconceito na população.* Nesse cenário, faz-se necessária uma mudança na postura das redes midiáticas.

Portanto, vistos os desafios que contribuem para o estigma associado aos transtornos mentais, é mister uma atuação governamental para combatê-los. Diante disso, o Ministério da Saúde deve intensificar a criação de atendimentos psiquiátricos públicos, com o objetivo de melhorar a saúde mental da população e garantir o seu direito. Para tal, é necessário um direcionamento de verbas para a contratação dos profissionais responsáveis pelo projeto, a fim de proporcionar uma assistência de qualidade para a sociedade. Além disso, o Ministério de Comunicações deve divulgar informações nas redes midiáticas sobre a importância do respeito às pessoas com doenças psicológicas e da identificação precoce desses quadros. Mediante a essas ações concretas, a realidade do filme *O Coringa* tão somente figurará nas telas dos cinemas.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

No repertório sociocultural, os candidatos dialogam com obras literárias, citações, leis, filmes etc. A mobilização de vozes evidencia a intencionalidade dos candidatos mediante seus conhecimentos ao longo de sua formação. Na redação 4, a candidata também faz referência ao filme estadunidense *Coringa*, lançado em 2019, cujo protagonista apresenta distúrbios mentais e precisa do sistema de saúde para dar prosseguimento a seu tratamento, mas o sistema contém falhas. Nesse momento, a candidata faz uma analogia sobre o sistema de saúde brasileiro, que

enfrenta situação análoga, por não disponibilizar tratamento adequado à população com doença mental, agravando sua condição e mantendo o preconceito com os pacientes. Percebe-se, portanto, a mobilização de vozes em relação à temática e a repetição do discurso de outros que antecederam o nosso, conforme corrobora o trecho a seguir:

Em realidade, repetimos, todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam. O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento cotidiano) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc. (no campo da comunicação cultural). (BAKHTIN, 2020, p. 300)

O enunciado, portanto, responde a outros anteriormente expressos, pois o falante tem opiniões construídas ao longo de sua relação com interlocutores de vários campos sociais, com ideias, visões distintas e, assim, constrói seu discurso. No segundo parágrafo, a candidata, para dar seguimento a sua linha argumentativa, apresenta seu discurso acerca da negligência do Estado em relação à população com doença mental e aponta a falta de interesse por parte do sistema em criar projetos, visando à assistência psiquiátrica aos doentes. Isso, segundo ela, contribui para o estigma contra a parcela da sociedade que sofre com a carência efetiva na área da saúde. A candidata mobiliza a Constituição Federativa de 1988, que assegura o acesso à saúde de qualidade. Assim, observamos que há criticidade no enunciado proferido pela candidata, no trecho: “pois não há investimentos estatais suficientes nessa área. Diante dos fatos apresentados, é imprescindível uma ação do Estado para mudar essa realidade”.

Nesse sentido, a candidata pretende que seus interlocutores percebam a negligência do Estado com a população que carece de assistência adequada para tratar a saúde mental. Desse modo, ao enunciar sua criticidade, a candidata reforça que a linguagem é social e que, pela língua, materializamos nossas ideias na interação verbal (VOLÓCHINOV, 2018). Assim, evidencia-se em seu discurso a negligência estatal sobre a falta de assistência à saúde mental. Conforme Bakhtin (2020, p. 274), “o discurso sempre está fundido em forma de enunciados pertencentes a determinado sujeito do discurso e fora dessa forma não pode existir”. Logo, há a interação verbal entre o discurso e o âmbito social. De tal modo, a autora contempla a competência 3 dos critérios de redação do Enem, que é “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, pois organiza repertórios sociais para a construção de seu argumento.



No terceiro parágrafo, a candidata ressalta que a sociedade desinformada agrava o problema sobre os transtornos mentais. Ela observa que a mídia não divulga, plenamente, aspectos sobre as doenças psiquiátricas. Para confirmar seu discurso, mobiliza o repertório sociocultural e cita o filme estadunidense *O lado bom da vida*, produção de 2012, que evidencia a dificuldade vivida por pessoas com transtornos mentais de ser inseridas socialmente. Assim, a candidata mostra autoria, ao mencionar outras vozes sociais, estabelecer um diálogo com o filme e registrar que grande parcela da sociedade está excluída, como se vê no trecho: “Com efeito, essa parcela da sociedade fica à margem do convívio social, tendo em vista a prevalência do desrespeito e do preconceito na população. Nesse cenário, faz-se necessária uma mudança na postura das redes midiáticas.” Dessa forma, a candidata manifesta que o seu conhecimento é pertinente para embasar sua tese e confirma a sua voz com o repertório sociocultural conforme exige a competência 2 do Enem.

**Redação 5-** Anna Beatriz Torres, 20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @1moldetorres

*Edvard Munch, pintor expressionista, na obra “O grito”, retratou a angústia, o medo e a desesperança no semblante de uma personagem rodeada por uma atmosfera de profunda desolação. Para além do quadro, no Brasil, o sentimento de milhares de indivíduos assolados por incapacitantes doenças mentais é, em muitos casos, semelhante ao ilustrado pelo artista. Nesse panorama, a compactuação da sociedade e os altos custos dos tratamentos favorecem a perpetuação do estigma na sociedade brasileira. Cabe-se, então, alcançar medidas efetivas de combate a essa triste realidade de desespero ilustrada pelo artista.*

Em uma primeira análise, sob a ótica social, faz-se necessário refletir acerca da banalização do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Isso porque, ao se desvalorizar a dor emocional, o indivíduo doente não recebe o apoio necessário do corpo social e de seus familiares, haja vista o grande estigma e a desconstrução, em suas mínimas expressões, da importância da busca pelo correto tratamento em decorrência da humilhação sofrida pelo paciente. *Michel Foucault*, nesse sentido, a partir do conceito de *Normalização*, definiu que há, na sociedade, a repetição de comportamentos sem a devida reflexão crítica dessa conduta, sendo assim, a reprodução de atitudes preconceituosas contra a população atingida por doenças mentais é subproduto do desconhecimento social da relevância do suporte coletivo para a melhoria do estado mental. Com isso, *o estigma associado aos transtornos mentais favorecem a replicação de atitudes egoístas.*

Ademais, em segundo plano, o elevado custo no tratamento das doenças mentais fomentam a caótica conjuntura atual do país. Essa correlação pode ser estabelecida em decorrência dos altos valores dos medicamentos e das consultas psicológicas, o que afasta a população menos favorecida do acompanhamento extremamente necessário à sua sobrevivência. Segundo o *Conselho Federal de Psicologia*, o valor médio da sessão de terapia é de cento e cinquenta reais por visita, isso revela o caráter excludente do acesso ao tratamento para a população mais pobre. Nesse contexto, *aqueles que necessitam do auxílio psiquiátrico ficam reféns da falta de apoio governamental para arcar com os altos valores do tratamento. Dessa forma, a desigualdade estrutural do Brasil afeta os doentes.*

Torna-se evidente, portanto, que o preconceito social e o grande abismo econômico do país favorecem a perpetuação do estigma à doença mental. Para reverter esse quadro, é preciso que o Poder Executivo – por intermédio do Ministério da Saúde - faça, em conjunto com os familiares do doente, a promoção e o incentivo ao tratamento psicológico. Isso deve ocorrer por meio da contratação de psicólogos e da criação de projetos – como o “Cada vida conta”, que valorizem a sobrevivência-, a fim de oferecer consultas com preços populares e alertar a população da importância de cuidar da saúde mental. Espera-se, assim, que os sofrimentos emocionais retratados pelo pintor Munch pertençam apenas ao plano artístico.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Neste texto, o sujeito registra as suas vivências na sociedade na qual está inserido. Os candidatos ao Enem, ao entrar em contato com a temática da redação, a partir da leitura do assunto e dos textos motivadores, buscam, em várias áreas do conhecimento, repertórios socioculturais, para, assim, selecionar os que dialogarão com sua linha argumentativa. Desse modo, o texto é a materialidade da mobilização de vozes que os candidatos apresentam.

O texto (escrito ou oral) enquanto dado primário de todas essas disciplinas, do pensamento filológico-humanista em geral (inclusive do pensamento teológico e filosófico em sua fonte). O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, não há objeto de pesquisa e pensamento. (BAKHTIN, 2020, p. 307).

O texto escrito ou oral reflete a realidade de nossas ideias e experiências, é a materialidade do pensamento, logo, onde não há a materialidade do texto, não há objeto de pesquisa e pensamento. Na redação 5, a candidata apresenta seu ponto de vista acerca da temática em questão. Para isso, busca, na arte, um referencial para tecer seu pensamento, a obra “O grito”, do pintor expressionista norueguês Edvard Munch, que expressa angústia, medo e desesperança pelo semblante da personagem. Ela inicia seu texto fazendo a referência a obra “O grito” mostrando sua valoração com adjetivações autorais, seu olhar para a cena. Com efeito, essa citação contextualiza, com bastante propriedade, a temática sobre os transtornos mentais e o preconceito vivido pelas pessoas diagnosticadas com algum distúrbio desse tipo. Assim, a candidata mobiliza vozes de outras áreas do conhecimento, no caso, a arte, com um texto não verbal, para expressar seu pensamento. Segundo Bakhtin:

Concebe-se o texto no sentido amplo, como qualquer conjunto coerente de signos, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte). São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. Nisto reside a diferença essencial entre as nossas disciplinas (humanas) e naturais (sobre a natureza), embora aqui não haja fronteiras absolutas,

impenetráveis. O pensamento das ciências humanas nasce como pensamento sobre pensamentos dos outros, sobre exposições de vontades, manifestações, expressões, signos atrás dos quais estão os deuses que se manifestam (a revelação) ou os homens (as leis dos soberanos do poder, os legados dos ancestrais, as sentenças e enigmas anônimos etc.). (BAKHTIN, 2020, p. 307).

O texto é concebido por signos e envolve as artes e outras atividades humanas, retratando pensamentos e vivências mediante a materialidade das palavras, na expressão. Desse modo, o pensamento humano dialoga com outros pensamentos, em outros momentos da vida. No segundo parágrafo, a candidata, ao argumentar sobre o tema, expõe, na discussão dialógica, uma linha social e observa que a sociedade banaliza os problemas mentais, pois as pessoas que sofrem, muitas vezes, não têm apoio familiar ou social. Para tanto, mobiliza a voz do sociólogo francês Michel Foucault, que, em seus estudos, criou o conceito *normalização*, ou seja, a sociedade naturaliza comportamentos preconceituosos ao longo dos anos, sobre a população com transtornos mentais. A candidata, ao dialogar com o sociólogo, afirma a normalização no trecho: “a reprodução de atitudes preconceituosas contra a população atingida por doenças mentais é subproduto do desconhecimento social da relevância do suporte coletivo para a melhoria do estado mental”. Nesse enunciado, a candidata mostra seu conhecimento de mundo, pois busca, na sociologia, um discurso de autoridade, para dar credibilidade a sua argumentação. Isso confirma que todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva de determinado campo social (BAKHTIN, 2020).

No terceiro parágrafo, a candidata, com seu juízo de valor, aponta que os tratamentos para os transtornos psiquiátricos são de alto custo, acessíveis à pequena parcela da sociedade e não chegam à maioria da população. Para corroborar isso, dialoga com o Conselho Federal de Psicologia e indica que a sessão de terapia tem um valor excludente de grande parte da população. Ela confirma essa criticidade com o trecho: “Nesse contexto, aqueles que necessitam do auxílio psiquiátrico ficam reféns da falta de apoio governamental para arcar com os altos valores do tratamento. Dessa forma, a desigualdade estrutural do Brasil afeta os doentes”. Podemos, portanto, inferir que o dialogismo ocorre em nossas relações discursivas e em toda comunicação discursiva entre os sujeitos.

**Redação 6** - Ingrid Ascef, 24 anos | Campinas - SP | @ingridascef

Na obra “*Quincas Borba*”, de Machado de Assis, é mencionada a trajetória de Rubião que, após receber grande herança e atrair vários amigos, é acometido por uma enfermidade mental, fazendo com que seus conhecidos se afastassem e que fosse abandonado em um hospital psiquiátrico. Fora da ficção, o estigma associado às doenças mentais também é presente na sociedade brasileira, haja vista que muitos indivíduos com transtornos dessa

ordem são excluídos da sociedade e que muitas pessoas com sintomas de desequilíbrio mental não buscam ajuda.

Em primeiro lugar, é relevante destacar que o estigma associado às doenças mentais faz com que as pessoas acometidas por essas enfermidades sejam excluídas do meio social. Nesse sentido, *Nise da Silveira, médica psiquiatra*, revelou que muitas famílias se envergonham por terem um ente com transtornos mentais e optam por o deixar, de forma vitalícia e quase sem visitas, em hospitais especializados. Desse modo, o preconceito com doenças mentais na sociedade brasileira gera a ocultação, em clínicas médicas, das pessoas que não se enquadram dentro de um perfil esperado de normalidade, engendrando a exclusão social.

Ademais, o estigma e a falta de informação sobre doenças mentais fazem com que muitos indivíduos, com sintomas dessas patologias, não busquem ajuda especializada. Nesse contexto, pesquisas aventadas *pela Organização Mundial de Saúde revelaram que menos da metade das pessoas com os primeiros sinais de transtornos, como pânico e depressão, procura ajuda médica por temer julgamentos e invalidações*. Assim, o preconceito da sociedade brasileira com as doenças mentais faz com que a busca por tratamento, por parte dos doentes, seja evitada, aumentando, ainda mais, o índice de brasileiros debilitados por essas mazelas.

Portanto, é necessário que o Estado, em conjunto com o Ministério da Saúde, informem a população sobre o que são, de fato, as doenças mentais e a importância do tratamento para que o estigma associado a elas finde. Tal tarefa será realizada por meio de expansivas campanhas publicitárias nos veículos de comunicação em massa, como a internet e a televisão, com profissionais de saúde especializados no assunto, o que fará com que o povo brasileiro seja elucidado sobre essas patologias rapidamente. Sendo assim, episódios de abandono e preconceito associados a transtornos mentais, como o de Rubião, estarão apenas nos livros.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Os participantes do Enem devem, ao produzir suas redações, demonstrar aos interlocutores a habilidade ao argumentar conforme a demanda da competência 2, que sugere o repertório sociocultural de outras áreas do conhecimento. Assim, é necessário mobilizar vozes sociais para dialogar com a linha de pensamento e estabelecer o dialogismo sobre a temática.

A candidata da redação 6, ao contextualizar a temática, mobiliza uma voz social da literatura brasileira, a obra machadiana *Quincas Borba*, cujo protagonista, Rubião, apresenta, em determinado momento do enredo, um transtorno mental e é abandonado em um hospital psiquiátrico. Assim, a candidata faz uma comparação com sujeitos sociais que, ao apresentar algum transtorno mental, também são discriminados ou excluídos por familiares e amigos na realidade. Para tanto, parte de outras áreas do saber, no caso, a literatura, e apresenta outras vozes sociais enunciativas que dialogam com a sua voz, para garantir uma apreciação argumentativa acerca da discussão temática, conforme o trecho: “o estigma associado às

doenças mentais também é presente na sociedade brasileira, haja vista que muitos indivíduos com transtornos dessa ordem são excluídos da sociedade”.

Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é social, e, a partir dela, há a interação entre os sujeitos, em vários campos da sociedade. O sujeito, ao enunciar e expressar seu pensamento, sua vivência, mobiliza vozes em tempo e espaço sociais de interação discursiva diversa. Corroboramos isso com Bakhtin (2020, p. 272) “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”.

No segundo parágrafo, a candidata faz referência a Nise da Silveira, médica psiquiatra com uma fala de autoridade relevante, para mostrar que os familiares se envergonham de seus entes com transtornos mentais. Esse depoimento dá credibilidade ao discurso proferido pela candidata no trecho: “o preconceito com doenças mentais na sociedade brasileira gera a ocultação, em clínicas médicas, das pessoas que não se enquadram dentro de um perfil esperado de normalidade, engendrando a exclusão social.”. Com isso, a candidata, em seu enunciado, expõe um pensamento que atinge nossa sociedade.

No terceiro parágrafo, para confirmar o discurso expresso sobre o estigma e a falta de informação, a candidata apresenta uma voz social muito respeitada, a Organização Mundial de Saúde (OMS), com dados que revelam poucas pessoas com doenças mentais procurarem ajuda médica especializada, justamente por temer julgamentos. A candidata, assim, estabelece, em seu texto, uma relação dialógica com seus interlocutores, para que reflitam sobre a temática. Podemos observar isso no trecho: “o preconceito da sociedade brasileira com as doenças mentais faz com que a busca por tratamento, por parte dos doentes, seja evitada, aumentando, ainda mais, o índice de brasileiros debilitados por essas mazelas.” Isso mostra a responsividade mútua entre os falantes:

Toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). (BAKHTIN, 2020, p. 272)

Todo enunciado é pleno de resposta, ou seja, o falante, ao estabelecer um enunciado, espera que o outro compreenda seu pensamento com uma resposta concordante ou não. A candidata, ao construir sua enunciação acerca do estigma associado às doenças mentais, na sociedade brasileira, espera a compreensão plena por parte dos interlocutores. Na perspectiva

bakhtiniana sobre discursividade, sempre vai haver o dito do sujeito que espera uma resposta de outro sujeito nas relações discursivas, nas mais diferentes esferas sociais. Conforme se vê em Bakhtin (2020, p. 328), “a compreensão da língua é a compreensão do enunciado, que envolve responsividade e, por conseguinte, juízo de valor”.

**Redação 7** - Isabela Saraiva, 21 anos | Brasília - DF | @iisabeauty

*A Organização Mundial da Saúde trouxe, para a atualidade, um conceito ampliado de saúde, o qual abrange a promoção de uma vida saudável não só por meio do corpo físico, como também por meio da integridade psicológica. Contudo, apesar da importância dessa atualização, ainda existe um forte estigma associado às doenças mentais, o qual também se reverbera no contexto brasileiro. Sobre esse enfoque, destacam-se aspectos sociais e profissionais. Assim, medidas são imprescindíveis para sanar tal impasse.*

Primordialmente, deve-se pontuar que aqueles que possuem algum tipo de transtorno psicológico são, normalmente, os primeiros a reafirmarem um juízo de valor negativo com relação à sua própria saúde. Nesse aspecto, evidencia-se que, na sociedade brasileira, existe um notório construto de naturalização dos sintomas indicadores de problemas psíquicos, o que desencoraja a busca por auxílio médico. Nesse viés, pode-se analisar o olhar *sob a perspectiva da filósofa Simone de Beauvoir*. De acordo com sua análise, mais escandalosa que a existência de uma problemática é o fato de *a sociedade se habituar a ela*. Ao traçar um paralelo com a temática das doenças psiquiátricas, *aponta-se que os indícios da existência de um problema de ordem mental são comumente vistos como frescura e, assim, são normalizados*. Dessa maneira, torna-se uma realidade a resistência à busca por ajuda psicológica e, conseqüentemente, a associação de estigmas às doenças mentais.

Em segunda análise, é importante frisar que, no Brasil, é evidente a estigmatização de pessoas com doenças psíquicas no âmbito trabalhista. Nesse sentido, esse público é, não raro, *excluído do mercado de trabalho, devido ao discurso de que são incapazes de exercer as atividades profissionais*. Nessa senda, é possível *mencionar o sociólogo Herbert Spencer, autor da teoria do Darwinismo Social*. Consoante sua abordagem, as pessoas mais adaptadas socialmente – no caso, as que possuem a saúde psicológica íntegra – *tendem a conquistar e a permanecer nas posições privilegiadas do corpo social*. Em posse desse discurso excludente, muitos empregadores justificam a lamentável prática do capacitismo no cenário empregatício. Dessa forma, reforçam-se, cada vez mais, estigmas negativos atrelados à imagem dessa parcela social.

Em suma, ainda persiste, no Brasil, a estigmatização das doenças mentais. Logo, é necessário que o Ministério da Saúde – responsável por efetivar processos relacionados à saúde pública no país – deve atuar diretamente na desconstrução do imaginário de que problemas psicológicos são normais ou frescura, ao veicular, nos meios de comunicação de massa, campanhas educativas que abordem a importância de procurar ajuda psicológica. Além disso, é necessário que o Poder Legislativo – a quem cabe a função de criar normas – elabore uma lei de cotas para pessoas com transtornos mentais, por meio de Emenda Constitucional. Com essas medidas, objetiva-se liquidar efetivamente o problema do estigma associado a doenças mentais. Desse modo, a atualização do conceito de saúde realizada pela OMS será consolidada no contexto brasileiro.

O candidato ao Enem, como sujeito social, estabelece um dialogismo com outros sujeitos sociais. A partir de uma temática, ele mobiliza outras vozes sociais, para garantir um repertório sociocultural em sua produção textual. Ao enunciar, apresenta seu discurso que pode ter sido dito por outros, porém é único, pois, para Bakhtin e o Círculo, toda maneira de comunicação é um enunciado único que não se repete, pois reflete o pensamento individual do enunciador, mesmo que sejam discursos semelhantes. (BAKHTIN, 2020).

Na redação 7, a candidata mobiliza a voz social de uma entidade global, a Organização Mundial de Saúde (OMS), que orienta para os cuidados com a saúde física e mental. Assim, a candidata mostra a materialidade de seu discurso no texto e estabelece uma resposta possível, mesmo que não aconteça no momento de produção. Nesse sentido, “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido.”, (BAKHTIN, 2020, p. 289).

No segundo parágrafo, a candidata menciona a filósofa existencialista e escritora francesa Simone de Beauvoir, que indica a sociedade naturalizar traços de transtornos mentais como “frescura”, o que perpetua o estigma sobre pessoas que sofrem com doenças psíquicas. A candidata usa essa estratégia argumentativa, para estabelecer o repertório sociocultural que o Enem exige na competência 2, além de dialogar com outros discursos sociais e mobilizar vozes para reforçar seu enunciado, havendo, portanto, o dialogismo. Nesse viés bakhtiniano, todo discurso relaciona-se com outro já dito e outro a ser dito:

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos, revelam relações dialógicas se entre eles há, ao menos, alguma convergência de sentidos, ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista etc. (BAKHTIN, 2020, p. 331).

No terceiro parágrafo, a candidata mobiliza vozes das ciências humanas, as quais são pensamentos uns dos outros, conforme vemos em Bakhtin (2020, p. 307-308) “O pensamento das ciências humanas nasce como pensamento sobre pensamentos dos outros, sobre exposições de vontades, manifestações, expressões”. Assim, a candidata segue sua linha argumentativa e constrói sua enunciação, ao mencionar o filósofo e antropólogo inglês Herbert Spencer, autor da teoria do darwinismo social sobre a adaptação, ou seja, os mais adaptados, no caso da temática, os que têm saúde psicológica íntegra tendem a ter mais respeito pelo corpo social. Ela refuta esse discurso no trecho: “Em posse desse discurso excludente, muitos empregadores justificam a lamentável prática do capacitismo no cenário empregatício. Dessa forma, reforçam-

se, cada vez mais, estigmas negativos atrelados à imagem dessa parcela social”. Portanto, ela capta o discurso do sociólogo e dele diverge, para legitimar sua voz e levar os interlocutores a refletir sobre essa temática.

Ao dar voz a outros enunciadores em sua produção textual, a candidata legitima seu lugar social, tece comentários e faz críticas, reforçando, assim, seu pensamento na relação discursiva da comunicação. A materialidade textual é dialógica, e, ao recorrer a outras vozes enunciativas, a argumentação é mais consistente e demonstra o repertório sociocultural de acordo com o exigido pela competência 2 do Enem. Portanto, inferimos que nossos estudantes operam suas habilidades e competências conforme o que é oferecido na educação básica.

**Redação 8** - Isabella Bernardes, 20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @bella.motiva

*O filme "Coração da Loucura" — que narra a história da psiquiatra Nise da Silveira — retrata a desumanização sofrida pelos indivíduos que possuem psicopatologias, o que dificulta a realização de tratamento adequado e a inserção social destes. Nesse sentido, a temática da obra está intimamente ligada à sociedade brasileira atual, visto que o estigma associado às doenças mentais é um problema que restringe a cidadania no país. Com efeito, não de ser analisadas as causas que corroboram esse grave cenário: a desinformação e a mentalidade social.*

Nesse viés, é necessário pontuar que a falta de informação acerca das doenças mentais precisa ser superada. A esse respeito, *o jornalista André Trigueiro, em seu livro "Viver é a Melhor Opção", afirma que parte expressiva dos cidadãos portadores de alguma disfunção mental possui dificuldade em viver de forma mais saudável devido à falta de conhecimento sobre sua condição.* Sob essa perspectiva, constata-se que grande parte dos brasileiros desconhece a diferença entre tristeza e depressão ou ansiedade e estresse, por exemplo — tal como denunciado *por André Trigueiro*. Dessa forma, embora a psiquiatria e a psicologia tenham avançado no que diz respeito ao controle dos sintomas das psicopatologias, o fato de esse tema ser silenciado impede que muitos tenham acesso à saúde mental e faz com que o sofrimento psíquico seja reduzido a uma "frescura" ou sentimento passageiro. Assim, enquanto a desinformação se mantiver, o Brasil permanecerá distante da inclusão dessa parcela da sociedade.

Ademais, a mentalidade social preconceituosa existente no território nacional dificulta a superação dos estigmas no que tange as disfunções mentais. Nesse cenário, *o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra "O Homem Cordial", expõe o egoísmo presente na sociedade brasileira — que tende a priorizar ideais particulares em detrimento do bem estar coletivo.* Desse modo, observa-se que as doenças mentais são frequentemente associadas à incapacidade ou fraqueza por destoarem do ideal inalcançável de perfeição cultivado no ideário nacional, o que faz com que muitos cidadãos sejam alvo de preconceito e exclusão, fatos que demonstram o egoísmo ainda presente na mentalidade brasileira. Por conseguinte, evidencia-se a necessidade da construção de valores empáticos e solidários no Brasil: fator imprescindível na construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Portanto, o Ministério da Educação deve promover a informação segura a respeito das doenças mentais desde os primeiros anos da vida escolar por meio da adição de uma disciplina de saúde mental à Base Nacional Curricular, além de realizar campanhas informativas na mídia, visando à plena educação psicossocial da população. Somado a isso,



o Ministério da Saúde pode dirimir o preconceito por intermédio da divulgação de vídeos em suas redes sociais que contem a história de portadores de doenças mentais — ressaltando a necessidade de desenvolver a empatia e o respeito — a fim de que a sociedade seja mais democrática e inclusiva. Com essas medidas, "Coração da Loucura" será apenas um retrato passado do Brasil, que será socialmente justo e promoverá de forma efetiva a saúde mental de seus cidadãos.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

A competência 2 do Enem ressalta a importância de apresentar o repertório sociocultural para a construção argumentativa da produção textual. O candidato, portanto, precisa estabelecer relação discursiva com outras áreas do conhecimento, para sustentar sua argumentação. Logo, deve selecionar outros discursos para referendar sua voz. A redação 8 em análise, na introdução, menciona o preconceito com as pessoas com transtornos mentais em nosso país e alude ao filme *O coração da loucura*, produção brasileira de 2016, que narra a vida da psiquiatra Nise da Silveira, além de retratar a desumanização de indivíduos que sofrem distúrbios mentais. Ao mobilizar esse repertório, a candidata dá voz a outro enunciador, para construir seu ponto de vista e, assim, levar o interlocutor à reflexão. Essa estratégia é observada no trecho: “o estigma associado às doenças mentais é um problema que restringe a cidadania no país. Com efeito, hão de ser analisadas as causas que corroboram esse grave cenário: a desinformação e a mentalidade social.” A candidata enuncia que o estigma associado às doenças mentais em nosso país é danoso, por não permitir que indivíduos sejam tratados como cidadãos comuns, por isso deve analisar-se esse aspecto, a fim de promover alguma mudança. A contextualização com o filme evidencia que a construção de um texto é dialógica, pois busca, em outras áreas, algo que se relaciona com a tese que se pretende defender. Logo, o discurso só existe na forma de enunciações concretas de determinados falantes, os sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2020).

Em seguida, a candidata, no segundo parágrafo, mobiliza a voz social do jornalista brasileiro André Trigueiro, para dar credibilidade ao seu enunciado. Ela considera que a falta de informação sobre as doenças mentais precisa ser superada e cita a voz do jornalista, que, em seu livro *Viver é a melhor opção*, atesta uma parcela considerável da população não viver de forma saudável, por desconhecimento sobre sua condição. No trecho “grande parte dos brasileiros desconhece a diferença entre tristeza e depressão ou ansiedade e estresse”, a candidata faz sua ponderação com base no dito do jornalista, nas informações materializadas no livro citado e mostra autoria em sua produção textual. Isso deixa claro que há o dialogismo presente nas produções textuais dos candidatos ao Enem.

No terceiro parágrafo, a participante arquiteta sua enunciação a partir de uma voz social bem conhecida, a do sociólogo e escritor Sérgio Buarque de Holanda com a obra *O homem*

*cordial*, a qual discorre sobre o egoísmo da sociedade brasileira, ao privilegiar o particular ao coletivo. Assim, percebemos a tomada de posição, ou seja, a responsividade por parte da candidata no trecho: “observa-se que as doenças mentais são frequentemente associadas à incapacidade ou fraqueza por destoarem do ideal inalcançável de perfeição cultivado no ideário nacional, o que faz com que muitos cidadãos sejam alvo de preconceito e exclusão, fatos que demonstram o egoísmo ainda presente na mentalidade brasileira”. Conforme Bakhtin (2020, p. 298), “a expressão do enunciado, em maior ou menor grau, responde, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado.” Portanto, o enunciado é representado por ecos de variados sujeitos do discurso nas relações dialógicas (BAKHTIN, 2020).

### **Redação 9** - Isabella Gadelha, 18 anos | Castanhal – PA

*Nise da Silveira* foi uma renomada psiquiatra brasileira que, indo contra a comunidade médica tradicional da sua época, lutou a favor de um tratamento humanizado para pessoas com transtornos psicológicos. No contexto nacional atual, indivíduos com patologias mentais ainda sofrem com diversos estigmas criados. Isso ocorre, pois faltam informações corretas sobre o assunto e, também, existe uma carência de representatividade desse grupo nas mídias.

Primariamente, vale ressaltar que a ignorância é uma das principais causas da criação de preconceitos contra portadores de doenças psiquiátricas. *Sob essa ótica, o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado.* O ocorrido com o artista pode ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. Esse processo fortalece a ideia de que integrantes não são capazes de conviver em sociedade, reforçando estigmas antigos e criando novos. Dessa forma, a ignorância contribui para a estigmatização desses indivíduos e prejudica o coletivo.

Ademais, *a carência de representatividade nos veículos midiáticos* fomenta o preconceito contra pessoas com distúrbios psicológicos. Nesse sentido, a série de *televisão da emissora HBO, "Euphoria", mostra as dificuldades de conviver com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), ilustrado pela protagonista Rue, que possui a doença.* A série é um exemplo de representação desse grupo, nas artes, falando sobre a doença de maneira responsável. Contudo, *ainda é pouca a representatividade desses indivíduos em livros, filmes e séries, que quando possuem um papel, muitas vezes, são personagens secundários e não há um aprofundamento de sua história.* Desse modo, esse processo agrava os estereótipos contra essas pessoas e afeta sua autoestima, pois eles não se sentem representados.

Portanto, faz-se imprescindível que a mídia - instrumento de ampla abrangência - informe a sociedade a respeito dessas doenças e sobre como conviver com pessoas portadoras, por meio de comerciais periódicos nas redes sociais e debates televisivos, a fim de formar cidadãos informados. Paralelamente, o Estado - principal promotor da harmonia social - deve promover a representatividade de pessoas com transtornos mentais nas artes, por intermédio de incentivos monetários para produzir obras sobre o tema, com o fato de

amenizar o problema. Assim, o corpo civil será mais educado e os estigmas contra indivíduos com patologias mentais não serão uma realidade do Brasil.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Ao produzir o texto, o sujeito mostra sua individualidade. O enunciado, portanto, é único e não se repete, pois, mesmo que, anteriormente, um sujeito tenha dito algo idêntico, referiu-se a algo individual, como corrobora Bakhtin (2020, p. 335): “as unidades da comunicação discursiva — enunciados integrais — são irreprodutíveis (ainda que possamos citá-las) e estão ligadas entre si por relações dialógicas”. Desse modo, ao enunciar algo, citamos algo do outro, para confirmar uma sentença ou não. Na introdução da redação 9, a candidata recorre à psiquiatra brasileira Nise da Silveira, que reivindicou a favor do tratamento humanizado para as pessoas com transtornos mentais, e dá credibilidade a sua tese, pois, hoje, ainda há preconceito com a parcela da sociedade que sofre com problemas psiquiátricos. Além disso, a candidata considera existir falta de informação acerca desses transtornos e afirma que nossa sociedade carece de representatividade dessas pessoas na mídia. Ao dar voz à psiquiatra, a candidata posiciona-se para estabelecer um dialogismo acerca da temática, aprofunda seu pensamento e apresenta sua visão aos interlocutores, compartilhando seu discurso.

No segundo parágrafo, a argumentação da candidata mobiliza uma voz social da área artística e cita o pintor holandês Vincent Van Gogh, que sofreu discriminação, por apresentar transtornos mentais. Além disso, mostra que o acontecido a tempos atrás ainda é observado na sociedade contemporânea: “o ocorrido com o artista pode ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. Esse processo fortalece a ideia de que integrantes não são capazes de conviver em sociedade, reforçando estigmas antigos e criando novos”. Esse posicionamento pode ser defendido por outras vozes com acesso a sua produção textual, ou seja, a candidata, ao mobilizar uma voz social relevante, a de um pintor famoso, reforça sua argumentação e permite estabelecer, junto aos interlocutores, um repertório sociocultural pertinente à temática, embasando sua tese e reforçando sua linha argumentativa. Portanto, o enunciado da candidata mobilizou a voz de outra área do conhecimento, a arte, para mostrar aos interlocutores enunciados legítimos sobre o tema.

No terceiro parágrafo, a candidata cita outra voz que contribuirá com seu raciocínio acerca da temática, a de uma série norte-americana de televisão, *Euphoria*, cujo personagem enfrenta problemas de convivência social, por apresentar o transtorno afetivo bipolar. Ela confirma que, em nossa sociedade, há pouca representatividade dessas pessoas, conforme se vê

no trecho: “ainda é pouca a representatividade desses indivíduos em livros, filmes e séries, que quando possuem um papel, muitas vezes, são personagens secundários e não há um aprofundamento de sua história”. Assim, a candidata constrói seu discurso sobre o preconceito sofrido pelas pessoas com transtornos mentais. Essa enunciação é, portanto, dialógica nas relações discursivas na comunicação social.

O diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, tem uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva. (BAKHTIN, 2020, p. 275).

O diálogo faz parte da comunicação entre os sujeitos sociais. Mesmo sendo um enunciado pequeno, há uma conclusão por parte do falante, que espera a resposta do outro. Assim, os enunciados dialogam com outros ditos anteriormente e possibilitam novos enunciados no momento exato da fala ou posteriormente, após a reflexão e a assimilação dos sujeitos. De acordo com a matriz de referência do Enem, na competência 2, a candidata utilizou, em sua linha argumentativa, discursos que dão credibilidade ao seu enunciado.

**Redação 10** - Ivan Carlos Silva, 25 anos | Fortaleza - CE | @ivancarloseat e @ivancarlossilvamelos

No livro “*Quincas Borba*”, de Machado de Assis, o protagonista, *Pedro Rubião*, morreu louco e sozinho, após fugir do hospício, sendo que ele era frequentemente estigmatizado enquanto vivo. Fora da ficção, no Brasil atual, a situação das pessoas com problemas mentais também é preocupante, seja pelo preconceito sofrido, seja pela falta de tratamento humanizado. Diante desse quadro, é necessário que ações sejam tomadas, tanto pelas escolas quanto pelo Poder Público, com o fito de solucionarmos esse problema.

Nesse contexto, como os transtornos mentais não são tão facilmente verificáveis quanto problemas físicos, é comum que as pessoas acometidas desse tipo de doença sejam alvo de preconceito de pessoas às quais, muitas vezes, acham que aquilo é “frescura”. Infelizmente, esse preconceito, às vezes devido à falta de conhecimento do tema, traz efeitos devastadores, pois desestimula o doente a procurar tratamento precoce, quando é mais fácil o tratamento. Assim, o tratamento tardio faz que, por exemplo, a depressão seja a doença *mais incapacitante, segundo a Organização Mundial de Saúde*.

Outrossim, o tratamento de doenças mentais, no Brasil, não é feito de forma humanizada, muitas vezes excluindo o paciente do convívio social. Mesmo o conhecido *psiquiatra Juliano Moreira tendo implantado, no início do século XX, a ideia de um tratamento mais voltado a tentar reintegrar os doentes à sociedade*, isso não foi suficiente para que se eliminasse a lógica do manicômio como uma prisão, na qual quem entra dificilmente sai.

Portanto, é notória a estigmatização sofrida pelos doentes mentais no Brasil, o que se faz necessário extinguir. Para tanto, cabe às escolas educarem os alunos a respeito do tema, por

meio de palestras, de modo que os futuros adultos não ajam com preconceito. Ademais, cabe ao Poder Público, por meio do Executivo, aprimorar os programas de saúde mental, com vistas a haver um tratamento mais humanizado, que tente reinserir o paciente à sociedade, fazendo que, conseqüentemente, diminua-se os afastamentos devido à depressão.

Por fim, com essas medidas, ter-se-á um Brasil diferente daquele de “Quincas Borba”, no qual Pedro Rubião era estigmatizado até pela criança que ele salvara.

Fonte: FELPI, Lucas. *Cartilha redação a mil* (grifo nosso).

Na comunicação discursiva entre os sujeitos, as relações dialógicas apresentam sentidos. Em toda relação discursiva, os enunciados são envolvidos entre os sujeitos mobilizados e são confrontados, estabelecendo, assim, relações dialógicas. Desse modo, o candidato da redação 10 mobiliza uma voz social da literatura, para contextualizar seu discurso na temática proposta. Ele recorre à obra machadiniana *Quincas Borba*, cujo personagem, Pedro Rubião, é estigmatizado por problemas mentais. O candidato, portanto, estabelece uma linha argumentativa mediante uma relação dialógica e apresenta seu ponto de vista, ao considerar que a sociedade contemporânea mantém o mesmo estigma daquele momento sócio-histórico: “Fora da ficção, no Brasil atual, a situação das pessoas com problemas mentais também é preocupante, seja pelo preconceito sofrido, seja pela falta de tratamento humanizado”. Assim, indica um dialogismo com a obra, para defender seu ponto de vista. A linguagem é uma prática social e materializa-se também nas produções textuais, logo cada sujeito, ao expressar seu pensamento, sua ideologia, corrobora o caráter dialógico da linguagem.

No segundo parágrafo, o candidato observa que os transtornos mentais não são fáceis de diagnosticar como são os problemas físicos, e, além disso, as pessoas são estigmatizadas, por ser portadoras de doenças mentais. Apontamos o posicionamento crítico do candidato sobre esse aspecto: “Esse preconceito, às vezes devido à falta de conhecimento do tema, traz efeitos devastadores, pois desestimula o doente a procurar tratamento precoce, quando é mais fácil o tratamento. Assim, o tratamento tardio faz que, por exemplo, a depressão seja a doença mais incapacitante, segundo a Organização Mundial de Saúde”. Nesse sentido, o candidato possibilita aos interlocutores espaço para construir suas reflexões sobre seu posicionamento e estabelece uma relação dialógica.

No terceiro parágrafo, para traçar sua argumentação, o candidato mobiliza uma voz social da área da psiquiatria, para dar credibilidade ao seu enunciado: “O tratamento de doenças mentais, no Brasil, não é feito de forma humanizada, muitas vezes excluindo o paciente do convívio social.”. O psiquiatra brasileiro Juliano Moreira, na primeira metade do século XX, implantou um sistema de humanização para o tratamento das pessoas que sofriam com doenças

mentais. Ele defendia a reintegração dos doentes à sociedade, eliminando a lógica dos manicômios como prisão, onde havia a desumanização dos pacientes. Com essa citação, o candidato, além de dar credibilidade ao seu enunciado, posiciona-se sobre um tema tão relevante em nossa sociedade. Evidencia-se, assim, o dialogismo em momentos distintos, em relação ao enunciado do sujeito, o que valoriza a construção textual.

Ao analisarmos as redações dos candidatos ao Enem mediante a teoria bakhtiniana dos enunciados, inferimos que a palavra revela o discurso dos sujeitos no cotidiano nos quais estão inseridos. O dialogismo direciona-nos ao movimento de olhar para o outro, o que ele tem a nos dizer, logo é uma busca de enxergar o eu no outro, pelas relações dialógicas.

As relações dialógicas são relações (de semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no plano do sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica. Mas essa é uma forma especial de dialogismo não intencional (por exemplo, a seleção de diferentes enunciados de cientistas vários ou sábios de diferentes épocas sobre uma questão). (BAKHTIN, 2020, p. 323).

Sendo assim, na perspectiva bakhtiniana, pode-se perceber que os estudantes analisados, ao mobilizarem vozes sociais, apresentam uma interação discursiva com outros sujeitos para constituir seu discurso. Logo, a linguagem proporciona essa interação discursiva e, por meio dela, nas mais variadas situações de comunicação social, o sujeito estabelece suas ideias, seus juízos de valor, critica, avalia o outro, enfim, realiza seu novo discurso.

Dessa maneira, o estudante, ao mobilizar as vozes sociais para fazer sua linha argumentativa, refutar uma ideia ou apenas interagir socialmente nos mais variados campos sociais, utiliza a linguagem de natureza dialógica em seus enunciados. Logo, é possível ressaltar que eles são estimulados, no campo escolar, a dialogar com outras áreas do conhecimento para construir seus discursos dialógicos, havendo assim uma interação discursiva dentro da perspectiva bakhtiniana. Assim, a responsabilidade da escola nas aulas de produção textual é fundamental para levar este sujeito a perceber a linguagem nessa perspectiva dialógica.

Nesse sentido, ao trazer a teoria bakhtiniana, no que tange à compreensão de linguagem, pode-se afirmar que esses estudantes analisados conseguem desenvolver suas ideias, seus discursos, o quais podem ser discutidos com base nas noções tratadas por Bakhtin. Ou seja, a linguagem tem um papel muito abrangente, não se limita à língua, pois ambas têm um caráter responsivo entre os falantes, pois interagimos fazendo uso da linguagem nas mais diversas

formas sociais e nas mais variadas situações, nas interações discursivas. Sendo a linguagem um elemento para a interação entre os sujeitos.

O dialogismo ocorre nas produções textuais analisadas nesta pesquisa, e os candidatos buscam levar os interlocutores à reflexão, dialogando com eles. Diante do exposto, consideramos que as dez redações com nota 1.000 selecionadas dos candidatos ao Enem de 2020 atendem o que a matriz de referência apregoa na competência 2, que é inserir o repertório sociocultural para sua produção textual. Quanto à perspectiva bakhtiniana, o dialogismo foi estabelecido nas redações em análise, pois, ao enunciar, os candidatos dialogaram com sujeitos de outras áreas do conhecimento e de momentos distintos, para sustentar seu ponto de vista. Nossa análise evidencia que os candidatos, ao materializar seus discursos, estabelecem relações dialógicas com outros sujeitos, construindo, assim, a autoria. Ao incluir vozes de outros sujeitos para dialogar com seu ponto de vista, observa-se o dialogismo e a autoria nas produções textuais dos candidatos, pois esses enunciados tornam-se únicos, individuais e novos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas nesta pesquisa não pretendem esgotar a complexidade e fecundidade da teoria concebida por Mikhail Bakhtin. Ao tratar de sua teoria, muitos conceitos vêm a nossa mente. Buscamos refletir sobre alguns fundamentos da concepção do pensamento bakhtiniano que contribuem para os estudos da linguagem, que é o núcleo das relações dialógicas no ato comunicativo. Por mais que muitos conceitos de Bakhtin e do Círculo não estejam sistematicamente organizados sob a perspectiva analítica fechada, são reflexões que não se findam. Há, portanto, numerosos estudiosos que buscam um ponto de partida para refletir sobre língua, texto, discurso e outras concepções relevantes.

Nesta pesquisa, propusemo-nos a trabalhar com base na segunda competência 2 do Enem, qual seja, “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa”, de modo a mostrar em qual medida o candidato, em suas produções textuais, mobiliza vozes sociais, para construir seu discurso. Nesse sentido, cumpre destacar que as nossas reflexões e inferências não têm a intenção de apresentar conclusões definidas e acabadas, pois buscamos estabelecer relações dialógicas entre a enunciação de nossos estudantes com outros enunciadores. Desse modo, procuramos apresentar, nas produções desses candidatos, elos entre os enunciados mobilizados. Para isso, selecionamos enunciados materializados em cada texto analisado, ou seja, os enunciados proferidos pelos candidatos no Enem de 2020 e os dos sujeitos sociais, estabelecendo o dialogismo sob a perspectiva bakhtiniana.

Nosso objetivo é mostrar, por meio das redações, que os estudantes dos anos finais da educação básica desenvolvem seus textos, interagindo e evocando com outros sujeitos sociais para comporem seu repertório social. Assim, estabelecem relações dialógicas para a construção argumentativa de seus textos dissertativo-argumentativos. Ao analisar as produções textuais selecionadas no *corpus* desta pesquisa, mostramos esse dialogismo pela mobilização de vozes sociais usadas pelos candidatos e, assim, identificamos que os estudantes, por meio dos enunciados citados, apresentaram: posicionamentos críticos materializados no percurso argumentativo de seus textos; argumentos de outros sujeitos sociais; discursos valorativos; citações, paráfrases, exemplificação etc. Essas informações indicam que há interação entre os discursos expressos pelos sujeitos sociais e os ditos do “eu” com o “outro”, independentemente do momento sócio-histórico em que estão inseridos.



Os candidatos conseguem mobilizar vozes com propriedade conforme a matriz de referência do Enem na competência 2. Essa análise deu-se por uma amostragem pequena de redações nota 1.000 e não podemos afirmar que todos os estudantes nos anos finais da educação básica conseguem realizar essa tarefa. Nesse sentido, compreendo que cumpri minha proposta nesta pesquisa de apresentar uma abordagem social e cultural do ensino de língua portuguesa, especificamente de produção textual, pois considero essa atividade uma maneira de expor o pensamento de nossos estudantes como protagonistas ativos e atentos ao que se passa na sociedade, posicionando-se de forma plena, sobre temáticas relevantes. A produção textual materializa o pensamento dos estudantes, que podem, pelos textos produzidos, mostrar suas experiências, sua ideologia, seu pensamento e estabelecer relações dialógicas, visando dar credibilidade ao que foi expresso, levando seu interlocutor a uma reflexão sobre o poder da linguagem em sua vida, pois, conforme o aporte teórico de Bakhtin e do Círculo, a linguagem é social.

Nossa análise, mesmo com pequena amostragem foi capaz de aferir como o candidato, ao produzir seu texto, apresenta seu universo individual enquanto sujeito, materializando seu pensamento, seus valores, seu conhecimento, além de interagir com sujeitos sociais, contextualizar a temática e alinhar os enunciados para o interlocutor de sua produção textual. Assim, o trabalho em sala de aula, considerando as relações dialógicas, deve ser pautado no diálogo, na troca de ideias e num contínuo evocar de vozes do outro. Mesmo que o Enem seja percebido no ideário social como um evento institucionalizado de produção textual em uma avaliação em larga escala, é importante reconhecer que as relações dialógicas devem ser pautadas em discussões sobre as políticas públicas e nos instrumentos usados para torná-las viáveis à sociedade, contrariando sua idealização pelo Estado e pelo poder hegemônico social.

Nesse sentido, as relações dialógicas devem coadunar-se com as demais disciplinas, como história, filosofia, sociologia e geografia, pois o ensino da língua portuguesa deve ser ajustado com reflexões caras sobre o exercício da democracia. É responsabilidade da escola, também, propiciar um ambiente que discuta os problemas sociais e as políticas públicas e democráticas para toda a comunidade, sem distinção de gênero, raça, credo, a fim de combater todo tipo de preconceito que assola nosso país, sem perder de vista a importância de reconhecer-se como instituição de iniciação ao mundo da cultura.

Nas redações analisadas, é possível perceber a mobilização de vozes oriundas de várias áreas do conhecimento: filosofia, sociologia, literatura, arte e uma indissociabilidade entre passado, presente e futuro. Isso garante à produção textual do candidato credibilidade,

assegurando trocas e marcas de autoria de sujeitos sociais que interagem, verbalmente, com outros. Dessa maneira, consideramos que o estudante apresenta repertórios de várias áreas do conhecimento para elaborar seu discurso. Assim, os candidatos ao Enem de 2020 nas redações analisadas na pesquisa estabeleceram, pela palavra do outro e por discursos alheios, o dialogismo na perspectiva do filósofo Bakhtin e do Círculo.

Esta pesquisa aponta que muito ainda deve ser construído acerca da mobilização de vozes, da interação discursiva, de autoria. Ainda, no que diz sobre a pesquisadora, muito foi apreendido, a pesquisadora inicial, do passado, ainda está em construção, necessita de apurar seu olhar social sobre as práticas e métodos do ensino da língua portuguesa, no presente, no que diz respeito ao estudo sobre língua, linguagem e constituição da subjetividade humana, para auxiliar seus alunos nas aulas de produção textual e aperfeiçoar enquanto professora de língua portuguesa.

As produções textuais analisadas apresentam trabalho do pensamento por parte dos candidatos e conferem a capacidade de materializar seu pensamento e o conhecimento da estrutura textual no que tange a competência 2 do Enem, com relação ao texto dissertativo-argumentativo, ou seja, o modelo padrão sugerido pelo exame, além de autonomia para estabelecer relações dialógicas com sujeitos sociais e habilidade para transitar em outras áreas do conhecimento. Isso significa que uma parcela dos estudantes da fase final da educação básica está apta a elaborar textos argumentativos sobre temáticas diversificadas.

Por fim, consideramos este trabalho mais um aporte aos iniciantes na filosofia de Bakhtin, que possibilita estudar conceitos relevantes sobre educação e outras áreas das ciências humanas. Neste texto, objetivamos pensar, progressivamente, concepções relevantes para estudos sobre língua e linguagem.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no Ensino Médio: ambiguidades e contradições na LDB.** Campinas: Autores Associados, 2002.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, jan./mar. 2011.

[http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362011000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362011000100007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 12 mai. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2020b.

BARBOSA, Lívია. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas.** Rio de Janeiro, 2003. <file:///C:/Users/cinti/Downloads/3525-Texto%20do%20Artigo-16764-1-10-20131029.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas: Unicamp, 2020. p. 25-36.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido.** 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005.

BRAIT, Beth; FIORIN, Luiz José. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 161-193.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado, enunciado concreto, enunciação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 61-78.

BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil. **Bakhtiniana,** São Paulo, v. 15, n. 2, p. 33-63, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/Vms7Tfx9w79mkmn93xcjyC/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas: Unicamp, 2020. p. 265-273.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro 1996.** Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998.** Institui o Exame Nacional Ensino Médio – ENEM. Disponível em

<[http://www.inep.gov.br/basica/enem/legislacao/p438\\_280598.htm](http://www.inep.gov.br/basica/enem/legislacao/p438_280598.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **ENEM-Documento básico 2002**. Brasília: Inep/MEC, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2002. <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **A democratização e a expansão da educação superior no país 2003 2014**. <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Termo de Referência – Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada, de 8 de abril de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que trata a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. <https://sisu.mec.gov.br/#/legislacao> Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017. <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2017**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=227221-proposta-de-recomendacoes-ao-novo-enem&category\\_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227221-proposta-de-recomendacoes-ao-novo-enem&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL. **Exame Nacional do Ensino Médio – Enem Escalas de Proficiência 1998/2008**. Brasília – DF, novembro/2018. [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/enem\\_escala\\_de\\_proficiencia\\_1998\\_2008.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/enem_escala_de_proficiencia_1998_2008.pdf). Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. A redação no Enem 2020: cartilha do participante. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_do\\_enem\\_2020\\_-\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Novo ENEM**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?view=article&catid=179%Avestibular&id=133>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BUKOWSKI, Chaine. **Regime de implementação das políticas para o ensino médio**. In: EDUCERE XII Congresso Nacional em Educação. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21721\\_10331.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21721_10331.pdf). Acesso em: 13 mai. 2022.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. **O ensino médio no contexto da política de educação básica**: articulação entre a formação geral e profissional. Disponível em: <https://www.seminariosregionaispae.net.br/numero1/Textos/MariaJosePires.pdf>. Acesso

em: 13 mai. 2022.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar em Revista**. Curitiba, n. 28, dez., p. 125-140, 2006.  
<https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2022.

CATANI, Denice Barbara; GALLEGO, Rita de Cassia. **Avaliação**. Coleção Paradidáticos. Série educação. Editora: Unesp, 2010.

CÓSSIO, M. de. F. Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, out./dez. 2014.

COELHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (org.). Universidade e ensino: treino ou formação? In: **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 87-107.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FAISSAL, Reinaldo et al. **Atração e seleção de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FELPI, Lucas. **Cartilha redação a mil**. 3. ed. Rio Branco.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOMES, Livia Letícia Zanier; FELICE, Maria Inês Vasconcelos. Um estudo a partir das questões de Língua Portuguesa de provas do novo ENEM. **Revista L@el em (Dis)curso**. São Paulo, v. 6, n. 2, 2014. p. 13-27. Disponível em:  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/revlael/article/view/6387>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GRILLO, Sheila. Ensaio introdutório. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHER, Roberto. **ENEM**: o que é comodificado é mercadoria. Salvador: ADUNEB, 2009.  
[https://www.aduneb.com.br/artigos.php?news\\_not\\_pk=480](https://www.aduneb.com.br/artigos.php?news_not_pk=480). Acesso em: 14 mai. 2022.

MACHADO, Paulo Henrique Alves; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. O ENEM no contexto das políticas para o ensino médio. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 355-373. Disponível em:

[https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2014v32n1p355/pdf\\_31/124701](https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2014v32n1p355/pdf_31/124701). Acesso em: 13 mai. 2022.

MALANCHEN, Julia. SANTOS, Silvia Alves dos. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica *versus* a Base Nacional Curricular Comum e a Pedagogia das Competências. **Revista HISTEDBR**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Rev. HISTEDBR On-line Campinas, SP v. 20 1-20, 2020.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 115-131.

MELLO NETO, Ruy de Deus et al. O impacto do Enem nas políticas de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro. **Revista Comunicações**. Piracicaba. Ano 21 edição especial p. 109-123. Jul-dez 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Jonas de Paula. **Acesso à educação superior pelo ENEM/ Sisu**: uma análise da implementação nas universidades sul-mato-grossenses. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Dourados, 2014. 151 p.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINALIA, Cristiana Leão et al. Política pública de educação – uma análise do Enem: exame nacional do ensino médio no Distrito Federal. **Universitas/JUS**, v. 24, n. 1, p. 61-78, jan/jun. 2013 Doi:10.5102/unijus.v24i1.2259.

RABELO, Maria Clara; BATALHA, Patrícia. O novo Enem e o sistema de seleção unificada. **Revista ComCiência** nº 111. Campinas, 2009.

RICARDO, Elio Carlos. Implementação dos PCN em Sala de Aula. **Física na Escola**, v. 4, n. 1, p. 9, 2003.

REZENDE, Renato Cabral. Políticas públicas como tema de produção textual: uma análise bakhtiniana de cinco edições da prova de redação do ENEM. **Linguagens em (Dis) curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 485-506, set./dez. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Isabelle Martins da; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Seleção para ingresso na Educação Superior: adesão ao Enem e Sisu. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Isabelle-Martins-da-Silva-Jackeline-Nascimento-Noronha-da-Luz.pdf>. Acessado em: 10 dez.2022.

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 1, 1101(2015) <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11173710001>. Acessado em: 10 dez.2022.

SOBRAL, Adail. Ato, atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 11-36.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 177-190.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 7. ed. Trad. de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1975.

TRAVITZKI, Rodrigo. **ENEM: limites e possibilidades do Exame nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar**. São Paulo, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

ZOOPI-FONTANA, Mónica Graciela. O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2005. p. 108-118.